



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**



ADRIELE APARECIDA SQUINCALHA DA SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO:
A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)**

**DOURADOS, MS
2017**

ADRIELE APARECIDA SQUINCALHA DA SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO:
A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação – nível de Mestrado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani.

Linha de Pesquisa: História da Educação, Memória e Sociedade.

DOURADOS, MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586i	Silva, Adriele Aparecida Squincaha da. Institucionalização da educação no sul de Mato Grosso : a primeira escola de Fátima do Sul (1950-1974). / Adriele Aparecida Squincaha da Silva. – Dourados, MS : UFGD, 2017. 149f. Orientadora: Prof. Dra. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados. 1. Colonização. 2. Palotinos. 3. Escola paroquial. 4. Espaços-tempos. I. Título.
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ADRIELE APARECIDA SQUINCALHA DA SILVA

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO:
A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)**

COMISSÃO JULGADORA

**RELATÓRIO DE DEFESA PARA OBTENÇÃO DO GRAU
DE MESTRE EM EDUCAÇÃO**

Prof^ª. Dr^ª. Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani
Universidade Federal da Grande Dourados
Presidente (orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Jacira Helena do Valle Pereira Assis
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Kênia Hilda Moreira
Universidade Federal da Grande Dourados

Prof^ª. Dr^ª. Maria do Carmo Brazil
Universidade Federal da Grande Dourados

**DOURADOS, MS
2017**

AGRADECIMENTOS

Elaborar esta dissertação foi um desafio que trará saudades, mas também muito alívio em saber que as madrugadas que passei estudando não foram em vão, mas trouxeram resultados. Depois de dois anos poder finalmente sentir a sensação de visitar a família e os amigos sem peso na consciência, pois na verdade o tempo livre vinha sendo dedicado à pesquisa. Enfim, a pesquisa exigiu sacrifício. Neste espaço não poderia deixar registrado o meu “muito obrigado” a todos que de forma direta ou indireta me ajudaram, portanto agradeço.

Primeiramente a Deus por ter me enviado Seu Santo Espírito Onipotente para iluminar a minha mente.

A minha orientadora Profa. Dra. Rosemeire Ziliani pela orientação e paciência prestadas, além do zelo e amizade, fundamentais à conclusão desta dissertação.

A toda Comissão julgadora pelas valiosas contribuições, no caso a Prof^a. Dr^a. Jacira Helena do Valle Pereira Assis, Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Brasil e em especial a Prof^a. Dr^a. Kênia Hilda Moreira, por quem tenho apressado desde a graduação.

Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED, pelos ensinamentos.

Aos depoentes que deram vida a este trabalho, em especial ao Pe. Ládio Luiz Girardi pela atenção, disponibilidade e carinho.

Aos idealizadores do Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka pelo empenho em guardar e disponibilizar precioso acervo fotográfico.

Aos meus pais Adália e José, meus exemplos de humildade, por terem me incentivado e por todo amor, cuidado e carinho prestados.

A meu namorado Francisco por estar ao meu lado nos momentos bons e ruins, me fazendo rir e me dando apoio.

Aos colegas e amigos do Curso de Mestrado e aos demais amigos e familiares que estiveram presentes durante esses dois anos.

Naquele tempo as pessoas eram mais simples, obedientes, mais dóceis, muito mais bem comportadas na escola, e a religião era muito mais procurada e valorizada do que nos dias de hoje.

Pe. Ládio Luiz Girardi

Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.

Michel Foucault

RESUMO

Objetivou-se descrever e analisar o processo de institucionalização da educação, efetivado na década de 1950, no município de Fátima do Sul, antigo sul de Mato Grosso, investigando como esse processo ocorreu no município, levando em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos. Para tanto fez necessário uma aproximação do funcionamento da primeira escola criada no município: a Escola Paroquial Vicente Pallotti. O recorte temporal inicia-se na década de 1950 com o processo de institucionalização da educação em Fátima do Sul e encerra-se no ano de 1974, quando a escola passa a compor a rede de escolas, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do estado de Mato Grosso. As fontes analisadas foram o *Livro do Tombo* da Igreja Matriz, fotografias e narrativas de ex-professores, ex-diretores e ex-alunos da Instituição estudada. Como apoio teórico utilizamos produções de Michel Foucault (1977; 1978; 1984; 1994; 1999; 2008; 2009), Deleuze (1996), Le Goff (1990), Varela e Alvarez-Uría (1991), Viñao-Frago e Escolano (1943), Silva (2010), Thiry-Cherques (2010), Albuquerque Junior (1994) e Marín-Díaz e Noguera-Ramírez (2014), além de referências sobre a temática privilegiada como Mogarro (2005), Vidal e Faria Filho (2000), Carvalho (2014), Louro (1990) e outros. Inicialmente tratamos da colonização da região Centro-Oeste, apontando a sua ocupação com a Campanha denominada “Marcha para o Oeste”, a criação do município de Fátima do Sul, a institucionalização da educação em Mato Grosso, enfatizando o município de Fátima do Sul e a chegada dos padres palotinos na cidade. No segundo capítulo foi abordado o surgimento da primeira escola e os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da educação no município. O último capítulo foi dedicado a uma aproximação do funcionamento da Instituição, abordando sua condição de escola paroquial gestada pelos padres palotinos, algumas das atividades cotidianas que realizou em seu interior e a participação em eventos cívicos e comemorativos no período do recorte adotado. Concluímos que o aparecimento da Instituição escolar em Fátima do Sul teve uma relação direta com o processo de colonização e ocupação da Região e a consequente fixação dos migrantes que ali se instalaram, apoiados em noções como a de “progresso”. A primeira iniciativa de alfabetizar as crianças surge no seio da própria comunidade e tem início em um dos sítios da Colônia, mas a institucionalização da educação na cidade deveu-se a iniciativa da Igreja, com a chegada dos padres palotinos e foi sob a gestão dos mesmos que a Escola permaneceu funcionando por quase duas décadas, até 1974, quando passou a compor a Rede pública de escolas do estado de Mato Grosso. A descrição e análise das mudanças em sua localização na geografia da cidade, entretanto, permitiram evidenciar que, de certo modo, não se tratava propriamente de uma prioridade, nem para a Igreja, nem para os governantes. Foi ainda possível compreender como as edificações ou os espaços que lhes foram destinados, que incluíam as formas de governar “o outro”, evidenciam a função que desempenhou. O acesso a algumas das programações e atividades realizadas em seu interior e na relação com a cidade permite explicitar sua inserção na feitura do lugar e a importância que foi destinada à educação escolar e, disso, ao empreendimento palotino. Evidenciou, em especial, a conexão construída entre a pedagogia da Igreja/palotinos e a escolarização das crianças. Por meio de subsídio financeiro e de pessoal o Estado garantiu à Igreja condição de gestar a educação das crianças, depois dos jovens por meio do Instituto, e inculcar suas ideias na constituição de subjetividades infantis, educadas e tementes a Deus. Um tipo de sujeito e de comportamento desejados e condizentes com o momento histórico e político em que a escola estudada se materializou e funcionou.

Palavras-chave: Colonização. Palotinos. Escola Paroquial. Espaços-tempos.

ABSTRACT

The objective was to describe and analyze the process of the institutionalization of education, effectuated in the decade of 1950, in Fátima do Sul city, former State of Mato Grosso, investigating how that process occurred in the city, considering power games or forces involved. Therefore, it was necessary an approximation of the functioning of the first school created in the city: Escola Paroquial Vicente Palloti. The time frame begins in the decade of 1950 with the process of institutionalization of education in Fátima do Sul and finishes in the year of 1974, when the school starts to be part of the joint of schools, by the responsibility of Secretaria de Educação of the State of Mato Grosso. The sources analyzed were *Livro Tombo* of Parish Church, photographs and narratives of former teachers, principals and students of the school. As a theoretical support, we used the works of Michel Foucault (1977; 1978; 1984; 1994; 1999; 2008; 2009), Deleuze (1996), Le Goff (1990), Varela and Alvarez Uría (1991), Viñago Frago e Escolano (1943), Silva (2010), Thiry-Cherques (2010), Albuquerque Junior (1994) and Marín-Díaz and Noguera-Ramírez (2014), besides the references about the set of themes studied as Mogarro (2005), Vidal and Faria Filho (2000), Carvalho (2014), Louro (1990) and others. Initially, we treated the colonization of Center-West, pointing its occupation as a campaign denominated “Marcha para o Oeste” (March to the West), the creation of Fátima do Sul city, the institutionalization of education in Mato Grosso State, emphasizing the city and the arrival of Pallotine priests in town. On the second chapter we approached the beginning of the first school and the school times in the process of institutionalization of education in the city. The last chapter was dedicated to an approximation of the functioning of the institution, approaching its condition of a parochial school managed by the Pallotine priests, some of the daily activities that organized in the its interior and the participation in civic and commemorative events of the time frame chosen. We concluded that the appearance of the school institution in Fátima do Sul had a direct relation to the process of colonization and occupation of the region and the consequent establishment of the migrants, supported in notions like “progress”. The first initiative in literacying children comes up inside the community and has beginning in one of the farms of the region, but the institutionalization of education in town was due the initiative of church, with the arrival of the Pallotine priests and it was under their management that the school kept working for about two decades, until 1974, when comes to be part of the public schools in Mato Grosso State. The descriptions of the analysis of changes in the localization of the city, nonetheless, allowed evidencing that, in a certain way, it wasn't about a priority, neither to church nor to the rulers. It was even possible to understand how the edifications or spots previously destined, that included the ways of the ruling “the other”, evidence the role it developed. The access to some of the card and activities accomplished in its interior and in the relation with the town, allows exposing its insertion in building the place and the importance that was destined to school education was a Pallotine priests' undertaking. It was evidenced, in special, the connection built in the pedagogy of church/Pallotine and the education of children. Through financial and personal subsidy the State guaranteed the church the condition to manage the education of children, after youngsters through the Institute, and inculcate its thoughts in the constitution of child subjectivities, educated to God-fearer. A kind of subject and behavior wished and suitable to the same historical and political moment in which the studied school was materialized.

Keywords: Colonization. Pallotine. Parochial School. Space-time.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa da <i>Revista Rainha</i> (1979).....	18
Figura 02 – Capa do <i>Livro do Tombo</i> (1963).....	20
Figura 03 –Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.....	32
Figura 04 – Primeiros barracos (1952).....	36
Figura 05 – Ponte sobre o Rio Dourados (anos 1954).....	38
Figura 06 – Rua Tenente Antônio João esquina com a Rua Cristobalina Ruiz Cabelo (1957).....	39
Figura 07 – Desfile cívico (década de 1960).....	55
Figura 08 – Capela Nossa Senhora Aparecida (1956).....	71
Figura 09 –Varanda da capela/escola.....	72
Figura 10 – Escola/Capela Nossa Senhora Aparecida.....	73
Figura 11 – Mapa com a localização da Capela Nossa Senhora dos Navegantes (1988).....	74
Figura 12 – Primeira edificação da Escola Paroquial (frente, década de 1960).....	75
Figura 13 – Primeira edificação da Escola Paroquial (lateral e fundos, década de (1960).....	76
Figura 14 – Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti.....	77
Figura 15 – Salão de Festas da Escola Vicente Pallotti (década de 1960).....	78
Figura 16 – Interior da Escola (década de 1960).....	79
Figura 17 – Construção do Instituto D. Pedro II (década de 1960).....	81
Figura 18 –Prédio do Instituto, em fase de acabamento (1966).....	82
Figura 19 – Planta baixa com as localizações da Escola (1988).....	83
Figura 20 –Pe. Guido Carcich inaugura o Instituto Dom Pedro II (1966).....	84
Figura 21 – Prédio do Instituto D. Pedro II.....	85
Figura 22 – Quadra de esporte do Instituto (1967).....	86
Figura 23 – Mapa completo da cidade de Fátima do Sul (1988).....	89
Figura 24 – Capela/escola ao fundo e primeira turma da Escola (1957).....	94
Figura 25 – Alunos em “Primeira Comunhão”.....	95
Figura 26 – Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti.....	99
Figura 27 –Pe. José Pascoal Busatto (1962).....	100
Figura 28 – Professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti.....	102
Figura 29 – Rainha do sino (1959).....	110
Figura 30 – Rainha do Algodão (1960).....	110
Figura 31 – Professoras no interior da Escola (década de 1960).....	111
Figura 32 – Comemoração do dia das crianças (1962).....	114
Figura 33 – Professora e os alunos (década de 1960).....	115
Figura 34 – Visita do Presidente da República João Goulart (1963).....	116
Figura 35 –Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960).....	120
Figura 36 –Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960).....	120
Figura 37 – Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960).....	121
Figura 38 –Desfile cívico da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960).....	124
Figura 39 – Desfile Cívico (Década de 1960).....	125
Figura 40 – Alunos da Escola Paroquial Vicente Pallotti cantando o hino nacional...	126

LISTA DE ABREVIATURAS

AL –Alagoas

CAND–Colônia Agrícola Nacional de Dourados

CANG– Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CEUD– Centro Universitário de Dourados

Dr.– Doutor

ENTREV. – Entrevista

FAED – Faculdade de Educação

FIFASUL– Faculdades Integradas de Fátima do Sul

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

JR – Júnior

MEC –Ministério da Educação e Cultura

MS –Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

N^a S^a–Nossa Senhora

Pe.–Padre

PPP – Projeto Político Pedagógico

PR–Paraná

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RS – Rio Grande do Sul

SC –Santa Catarina

SMT – Sul de Mato Grosso

SP –São Paulo

Sr - Senhor

UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I - EDUCAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO.....	27
1.1 A colonização da região Centro-Oeste: a campanha “Marcha para o Oeste”.....	28
1.1.1 Colonização e a criação do município de Fátima do Sul.....	31
1.2 A institucionalização da educação no Brasil e no Mato Grosso.....	40
CAPÍTULO II -OS ESPAÇOS-TEMPOS E A ARQUITETURA COMO PROGRAMA: ASTRANSFORMAÇÕES NA ESCOLA PAROQUIAL VICENTE PALLOTTI(1957 a 1974).....	58
2.4 Os espaços-tempos da Escola Paroquial Vicente Pallotti	68
2.4.1 O surgimento da escolarização em Fátima do Sul (1955).....	68
2.4.2 Escola Paroquial: espaço “próprio” (1960)	75
2.4.3 Instituto D. Pedro II: o “novo” espaço da Escola Paroquial Vicente Pallotti.....	80
CAPÍTULO III - ESCOLA VICENTE PALLOTTI: FUNCIONAMENTO, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO E NAS PROGRAMAÇÕES DAS PRIMEIRAS DÉCADAS	89
3.1 Gestão e modo(s) de educar na Escola Paroquial Vicente Pallotti.....	91
3.2 O sujeito professor: formação e atividades de ensino na Escola.....	102
3.3 Currículo escolar: civismo, religiosidade e outras coisas mais.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS.....	132
FONTES	136
APÊNDICES.....	144

INTRODUÇÃO

O objetivo da pesquisa, socializada neste Relatório, foi descrever e analisar o processo de institucionalização da educação, efetivado em meados da década de 1950, no município de Fátima do Sul, sul de Mato Grosso¹, investigando como esse processo ocorreu no município, levando-se em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos. Para tanto, se fez necessário uma aproximação da criação e do funcionamento da primeira escola do município.

A Escola Vicente Pallotti foi a primeira a ser fundada em Fátima do Sul no ano de 1957, apresentada como símbolo de “progresso”² para a cidade que estava se iniciando e como um marco ao início das construções de espaços apropriados para o ensino. Justificamos a necessidade de fazer uma análise dos aspectos culminantes para a institucionalização da educação, na localidade selecionada para a pesquisa, e buscar uma aproximação das duas primeiras décadas de seu funcionamento, com enfoque na iniciativa dos palotinos e programações de ensino, até o momento em que passou a ser responsabilidade do Estado.

O recorte temporal abrangeu a década de 1950 a 1974. A década de 1950 foi adotada como início do recorte, considerando o momento em que se iniciou o processo de alfabetização de crianças, como iniciativa de colonos, ainda de modo “improvisado” ou não oficial no município. Enfatiza-se como marco inicial do processo de institucionalização o ano de 1957, quando foi criada a primeira escola. O final do recorte temporal no ano de 1974 foi definido por se constituir o momento em que a Escola deixa de ser responsabilidade dos padres palotinos passando a compor a Rede pública de educação do Estado de Mato Grosso, por meio do Decreto nº 2.330 de 28 de novembro de 1974.

A investigação buscou dialogar e ampliar uma pesquisa de conclusão do curso de Pedagogia, realizado na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), orientada pela professora Dra.Kênia Hilda Moreira, intitulada *História da primeira escola primária de Fátima do Sul: Escola Paroquial Vicente Pallotti, entre 1957 e*

¹ No dia 11 de outubro de 1977, através da Lei Complementar nº 31 (BRASIL, 1991), o então presidente da República General Ernesto Geisel, autorizou o desmembramento do estado de Mato Grosso e, em primeiro de janeiro de 1979, foi instalado o estado do Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande. Justificou-se a separação devido ao estado de Mato Grosso ser muito extenso e os recursos administrativos insuficientes para todo o estado.

² Em sua versão mais atual a noção de progresso pode implicar “[...] deslocar-se mais rápido, viver mais tempo, comunicar-se instantaneamente e outras proezas [Mas, é preciso indagar...] a quem predominantemente esse progresso serve e quais os riscos e custos de natureza social, ambiental e de sobrevivência da espécie que ele está provocando; e que catástrofes futuras ele pode ocasionar” (DUPAS, 2007, p. 74).

1971 e concluída em 2014. Por considerar a disciplina de “História da Educação Brasileira” como predileta, optei naquele momento em pesquisar a temática. Assim, passei a pesquisar e reunir fontes sobre a primeira escola do município de Fátima do Sul. Desse modo, o Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia constituiu-se em estudo inicial sobre a Escola daquele município.

O trabalho se encerrou, porém ficou o desejo de aprofundar a pesquisa. Fato que me levou a participar da seleção de Mestrado em Educação da FAED, com um plano de pesquisa que objetivava ampliar a pesquisa iniciada na graduação, ingressando na Pós-graduação em 2015.

Além das atividades de pesquisa, outras tarefas relacionadas ao Programa de Mestrado foram cumpridas, como por exemplo, os créditos das disciplinas. No primeiro semestre de 2015, estive matriculada em três disciplinas: *Educação e Paradigmas do conhecimento I; História da Educação, Memória e Sociedade e Estágio no Ensino Superior*. No segundo semestre de 2015 estudei a disciplina: *Seminário de Pesquisa em História da Educação, Memória e Sociedade* e no primeiro semestre de 2016 cursei duas disciplinas: *Docência no Ensino Superior e Pesquisa Educacional*.

Os encontros de orientação possibilitaram pensar na melhor realização das atividades ligadas à pesquisa com: indicação bibliográfica; orientação no trabalho com as fontes, reflexão de informações a partir da bibliografia indicada e da documentação analisada.

A pesquisa de mestrado, iniciada em 2015 e socializada neste Relatório, foi qualitativa e se apoiou em dois tipos de estudos disponíveis: os estudos referentes a instituições escolares e adotando, em especial, conceitos inscritos na perspectiva foucaultiana para as análises.

Nessa perspectiva compreendemos que, ao realizar uma análise do processo de institucionalização, temos de considerar um conjunto de discursos, instituições, leis etc., que, com apoio de Foucault (2008), podemos chamar de “dispositivo”. Nesses termos podemos nos referir ao processo de institucionalização da educação como um dispositivo, assim como a escolarização também o é.

O dispositivo pode ser definido, com apoio de Deleuze (1996, p. 1), como “[...] um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente”. Podendo ser nessa pesquisa os diferentes discursos e práticas que permitiram institucionalizar a educação das crianças naquele momento e lugar. Mas, também, podemos considerar os mecanismos próprios utilizados para efetivá-la. Diferentes linhas foram analisadas, essas podem se aproximar ou não e isso ocorre sempre de forma desequilibrada: “Qualquer linha pode ser quebrada - está sujeita a variações de direção - e pode ser bifurcada, em forma de forquilha - está submetida a

derivações” (DELEUZE, 1996, p. 1). Uma linha, ou melhor, um pensamento, um enunciado, pode seguir a diversos rumos sem deixar de ser a mesma linha.

A escolarização das crianças é um dispositivo. O dispositivo de escolarização pode ser definido, com apoio de Foucault (1994), como uma rede de saber-poder, que se organiza pelo “conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não-discursivas” (como as instituições escolares, por exemplo). Nesse sentido podemos afirmar que “[...] a educação participa dessa rede que conforma o dispositivo, é um dos seus elementos” (ZILIANI, 2009, p. 17).

A pesquisa aqui socializada buscou dar uma interpretação ao caminho do processo de institucionalização da educação e escolarização de crianças, em um lugar e momento circunscritos, cuja materialidade inscreve-se na criação e no funcionamento da instituição escolar estudada.

Segundo Foucault (2008, p. 8):

[...] Por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, desenham-se histórias, quase imóveis ao olhar-histórias com um suave declive: história dos caminhos marítimos, história do trigo ou das minas de ouro, história da seca e da irrigação, história da rotação das culturas, história do equilíbrio obtido pela espécie humana entre a fome e a proliferação.

Assim, interessou olhar a história debaixo para cima, analisar práticas discursivas em circulação no município, com os enunciados que os sustentam, a fim de compreender o contexto em que essa escola surgiu, ou seja, os enunciados sobre educação das crianças que circularam nos discursos políticos, religiosos, culturais, que culminaram no processo de institucionalização da educação, como necessidade, desde o final da primeira metade do século XX.

Segundo Thiry-Cherques (2010, p. 227), “[...] o discurso para Foucault é um conjunto de enunciados que obedecem a regras de funcionamento comuns”. É preciso analisar o discurso em questão, seguindo alguns critérios como, por exemplo, observar quais foram às regras utilizadas por parte dos “enunciadores” para construí-los. Para entendê-lo, segundo Foucault (2008b, p. 35), precisamos indagar “[...] como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” Pensar o que fez tal enunciado aparecer é indispensável e, para tanto, faz-se necessário indagar sobre “[...] a intenção do sujeito falante”. Os enunciados “diferentes em sua forma, [e] dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (FOUCAULT, 2008b, p. 41) e podem aparecer em um ou mais campos de saber, em uma época.

Cada enunciado tem a sua particularidade, é dado de forma única, dessa maneira ele anuncia determinado objeto, às vezes com a mesma frase, mas não será forçosamente o

mesmo: “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2008b. p. 117). É preciso que haja uma frase estabelecida e determinada para que haja um enunciado; por fim, para que este exista é necessária sua materialidade, estar posto em algum campo específico, “aparecer” em algum lugar: “[...] o enunciado tem necessidade dessa materialidade” (FOUCAULT, 2008b. p. 118), cada qual a sua forma, mesmo que idênticas “[...] uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral” (Ibidem). O enunciado, porém, não é necessariamente, ou somente material, podendo ser também linguístico. Assim, pode-se analisá-lo sobre a “necessidade de escolarizar as crianças”, presente em diferentes discursos da primeira metade do século passado, com suas características próprias, ao ser relacionado com outros enunciados com os quais se articulou como a relação entre educação e trabalho, educação como condição ao desenvolvimento e ao “progresso da nação” e outros.

A noção de “progresso” pressupõe dirigir o olhar para o futuro, considerar o devir ou o que está por vir e por fazer. É uma noção moderna, que implica um “sentido de evolução” (WHITROW, 1993), que se disseminou em diferentes áreas da vida e que contribuiu para fundamentar a produção de conhecimento nos últimos séculos. Implica ainda a mobilização das energias individuais, dos corpos e das almas, para o bem geral de algo ou de alguma coisa, como a população, a sociedade, a nação.

O enunciado “[...] ninguém mais pode conter o progresso em todas as direções” (JORNAL ELO, 1979, p.8), que aparece na mídia escrita palotina de Fátima do Sul, para tratar da inauguração da primeira ponte de madeira que ligava o distrito a sua sede Dourados, nos remete a problematizar o que nomeamos “progresso”, o entusiasmo que foi e, em certa medida, ainda lhe é imputado. Esse enunciado, presente em diferentes discursos (político, econômico, midiático, educacional, religioso), encobre as lutas que em seu interior se efetivaram/efetivam. Por isso é pertinente mencionar, que a palavra “progresso” pode ter várias significações a depender de quem a profere. O termo no período da pesquisa associava-se a ideia de o país tornar-se uma “nação” desenvolvida, evoluída e, para tanto, se fazia imprescindível indústrias, trabalho capitalista, educação da população, defesa das fronteiras, ocupação dos espaços “vazios” e outras chamadas que estavam presentes nos discursos oficiais, mas não somente neles. Nesse contexto a educação era considerada “[...] um instrumento de reforma social e um dispositivo propulsor do progresso” (MONTEIRO, 2011, p. 19).

Na pesquisa foram usadas fontes orais, escritas e imagéticas, que constituíram material primordial para a pesquisa. Parte expressiva dos documentos oficiais da Instituição estudada se encontra na secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima e na Prefeitura Municipal da cidade, considerando que as fontes da Escola estão inter-relacionadas com as de outras instituições que delimitaram o lugar no qual esteve inserida.

A investigação permitiu “[...] reconstituir, a partir do que dizem estes documentos- às vezes com meias-palavras -, o passado de onde emanam e que se dilui, agora, bem distante deles” (FOUCAULT, 2008b, p. 12). Tratou-se, portanto, de uma interpretação, entre outras possíveis.

Nas buscas, deparamo-nos com a realidade do descarte de documentos de arquivos escolares, o que dificultou a reunião de fontes para uma aproximação da história da Instituição, como apontado por Mogarro (2005). Não foi localizado em Fátima do sul um arquivo com a escrituração escolar. Sobre documentos escolares (planos de aula, cadernos etc.) de posse dos sujeitos entrevistados foram localizados somente alguns, a partir de 1971.

Durante as entrevistas tivemos informação sobre um acervo palotino que se encontra na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, onde estão acondicionados documentos das ações palotinas no país. Porém, ao entrarmos em contato com a secretária responsável, ficou esclarecida a inexistência de arquivo da Escola nos documentos já catalogados e sobre a existência de um número expressivo de materiais, enviado pelas missões, que não haviam sido selecionados e catalogados.

Esse aspecto levou-nos a considerar as memórias dos sujeitos que participaram dos anos iniciais da constituição da cidade, da institucionalização da educação e das primeiras décadas de funcionamento da Instituição, como uma das fontes relevantes para a escrita de parte dessa história.

Segundo Le Goff (1990, p. 423), “[...] a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

A memória é capaz de nos remeter ao passado. Estudar a memória social é importante para acometer os problemas temporais e históricos. Cabe dizer que a memória não é somente falada, mas escrita que permite comunicar através do tempo sem interrupções da memória falada. Também não podemos deixar de mencionar sobre a memória eletrônica, sendo desenvolvida após o ano de 1950, considerada por Le Goff (1990, p. 467) como “uma verdadeira revolução da memória”. Há também a memória individual e memória coletiva.

A memória coletiva é composta pelas lembranças de pessoas pertencentes a um determinado grupo ao qual todos vão ter certas lembranças em comum. Le Goff (1990, p. 475) afirma que “[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção”. Enquanto que a memória individual é um processo psicológico básico, particular de cada indivíduo.

Conforme aponta, “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1990, p. 477). Mas, com a memória podemos nos agraciar com a recuperação de apenas parte de um passado, uma vez que a memória é falha e seletiva. É como se o pesquisador encontrasse um “baú” com vários documentos, fotografias, objetos, enfim, pertences de um passado que interessa ao mesmo, porém, neste arquivo faltam alguns utensílios por motivos diversos, alguns se perderam, outros não foram valorizados. O “baú” simboliza a memória, ela é completa de informações passadas, mas essas são armazenadas de acordo com cada indivíduo, sem deixar de salvar o passado e de servir o futuro.

A opção pelo uso de entrevistas se deu pelo fato de serem pertinentes, uma vez que os relatos permitem questionar os documentos encontrados e vice-versa. Além do mais há uma escassez de documentos que nos direcionaram para a busca de relatos. Foi, contudo, preciso refletir e problematizar o uso dessa fonte.

A história oral é a forma mais antiga de se construir história e foi usada neste trabalho, não como metodologia, mas como ferramenta de coleta de histórias contadas a partir das lembranças de quem delas participaram. Contudo, não se tratou de descrever histórias de vida (LOURO, 1990, p. 22), que suporia “um trabalho mais longo”, mas de colher depoimentos referentes à Escola, por meio de entrevistas semiestruturadas.

Nessa perspectiva os cuidados devem ir desde uma clara conceituação de memória e de história, que evite considerar as memórias como um discurso “mais verdadeiro”, mais próximo do que teria sido a “verdadeira história”, em contraponto à “história oficial”, até uma mais clara definição de método, tanto no que diz respeito à coleta dessas memórias como no seu emprego posterior em um discurso historiográfico (ALBUQUERQUE JR., 1994). Assim, foi preciso cautela ao manipular e ao conceitualizar a memória, para não cairmos na “armadilha” de acreditar que contém em si o caráter mais próximo da verdade.

Coube também problematizar possíveis motivações para o entrevistado afirmar algo sobre determinado assunto, uma vez que o sujeito seleciona aquilo que considera relevante mencionar ou que deseja dizer, pois a memória é seletiva.

É importante a relação de confiança entre pesquisador/pesquisado para que o trabalho flua de forma razoavelmente natural. Tomamos cuidado na escolha da pessoa a ser entrevistada, escolhemos as que possuíam relação com o tema, que de certo modo poderiam representar o grupo. Atentamo-nos aos detalhes, fizemos perguntas a fim de “auxiliar” a memória dos sujeitos, analisamos as informações e procuramos problematizá-las dialogando com as demais fontes.

Considerando que a entrevista narrativa objetiva estimular o entrevistado (o chamado informante) “[...] a contar a história sobre algum acontecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVCHELOVITH; BAUER, 2013, p. 93), Para a pesquisa foram entrevistados: um ex- professor, um ex-diretor, três ex-professoras, um ex-aluno e duas ex-alunas, esclarecendo que optaram pela identificação de seus nomes no trabalho, conforme formulário do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em anexo.

Levamos em consideração a importância de cultivar uma “boa relação” entre entrevistador/entrevistado para estimular a confiança de ambas às partes e para que a conversa fluísse com mais tranquilidade. Além disso, as narrativas dos sujeitos selecionados como informantes foi relacionada ou problematizada, dentro do possível, com as demais fontes localizadas.

Também fizemos uso do *Livro do Tombo*, disponível na Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima (que contempla registros do Pe. Amadeu Amadori, fundador da Escola Vicente Pallotti).

Algumas fotos da escola foram encontradas no endereço *online* do *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. O Museu foi organizado com acervo de fotos que contam a história da cidade, imagens fotografadas pelo fotógrafo Masuo Yasunaka. A página virtual foi criada pelos professores Manuel José Araújo e Maria Odete do Amaral, por Rivalde Souza e por Paulo da Silva, que em 2009 iniciaram o “Projeto Masuo Yasunaka” com o objetivo de resgatar e preservar a história e a memória fotográfica de Fátima do Sul.

Na Escola Estadual Vicente Pallotti, solicitamos informações e fontes que contribuíssem para a história da fundação da escola, mas não obtivemos retorno positivo. Foi nos informado que se houvessem documentos sobre esse período, eles estariam na secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima. O único vestígio desse período encontrado na atual Escola foi um registro da sua história, com poucas informações, no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2012).

Após conhecimento da pesquisa em andamento, a coordenação da Escola ligou para a professora Elcira Gracia Cielo e agendou uma conversa em sua residência. A mesma apesar de ter conversado conosco e narrado sobre sua chegada à cidade e sua relação com a escola,

fez questão de responder a um questionário escrito, com receio de que suas palavras pudessem ser distorcidas, em uma entrevista oral, “aberta”.

A mesma apresentou-nos alguns livros didáticos e cadernos utilizados durante período que atuou como professora na Escola, porém todos elaborados e utilizados após o ano de 1971. Também indicou o ex-aluno Pedro Rocha e a ex-professora Iraci de Souza de Oliveira. A professora Cláudia Coutinho Capilé foi quem nos indicou as professoras Iracema e Cinira.

Não conseguimos entrevistar o ex-aluno da Escola Paroquial, pois justificou não ter tempo devido ao seu trabalho. Tendo em vista a dificuldade de entrevistá-lo, elaboramos um questionário para que pudesse responder por escrito, no tempo que lhe conviesse. Em uma das tentativas de conversar com o Pedro ele informou que sua esposa Naura poderia nos ajudar, então fomos algumas vezes à mercearia procurá-la. Com ela fizemos uma entrevista fazendo uso de um gravador e, posteriormente, respondeu um questionário.

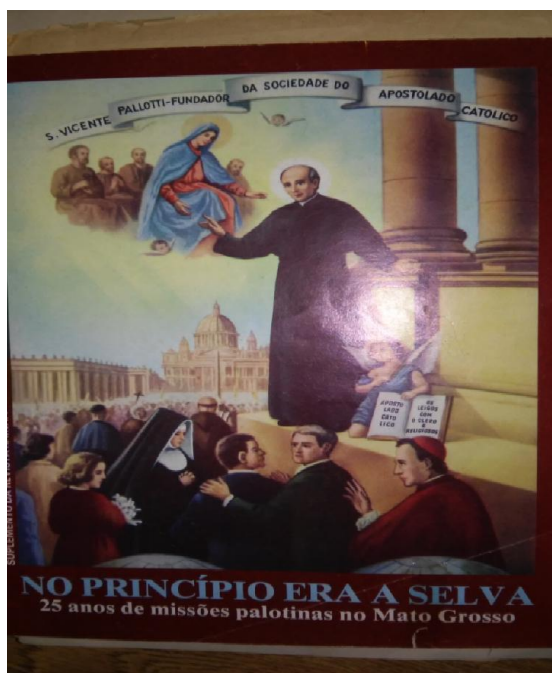
A professora Elcira nos passou o número do telefone da professora Iraci. Ligamos e solicitamos uma conversa sobre a Escola Vicente Pallotti. Foram poucas as suas lembranças. Foram elaboradas algumas perguntas, que não foram gravadas, mas as respostas foram anotadas.

As entrevistas datadas ao longo do Relatório com o ano de 2014 foram realizadas durante o trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, porém nem todas haviam sido utilizadas no trabalho mencionado, as que estão com as datas de 2015, 2016 e 2017 foram realizadas após início do Curso de Mestrado. Todos os fragmentos das narrativas dos sujeitos aparecem no Relatório em *itálico*.

Solicitamos à Secretaria Paroquial a autorização para fazer a leitura do *Livro do Tombo*, que fica arquivado na secretaria da Igreja Mariz Nossa Senhora de Fátima. Após autorização o *Livro* pode ser consultado nos períodos matutino e vespertino, com intervalo para almoço. Essa fonte fica arquivada na sala de atendimento dos padres palotinos Ademir Alves Moreira e Ládio Luiz Girardi. Como o *Livro* não pode ser retirado da referida Secretaria, fizemos a leitura do mesmo em salas disponíveis no local. Além do *Livro* também encontramos na Secretaria, a *Revista Rainha* (1979) ³ e o *Jornal ELO*, ambos foram consultados e fotografados. Na *Figura 1*, encontra-se um registro da Capa da *Revista Rainha* de 1979.

Figura 1- Capa da *Revista Rainha* (1979)

³A *Revista Rainha* dos Apóstolos nasceu em Vale Vêneto, distrito da cidade de São João do Polêsine (RS), por iniciativa do Pe. Palotino Rafael Iop (1882-1947). A primeira impressão foi a revista *Regina Apostolorum*, em abril de 1923. A mesma se modernizou e permanece sendo editada nos dias atuais, com circulação mensal.



Fonte: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima/Secretaria (2016).

Na *Figura* temos uma imagem que representa o Pe. Vicente Pallotti de braços abertos diante de outros padres, irmãs e bispo que representam o apostolado católico, além de uma multidão que o rodeia. Ao lado do padre há um anjo e uma bíblia e a cima um desenho representando Nossa Senhora, os apóstolos e os anjos.

No *Livro* há relatos sobre a Igreja, a comunidade, sobre o país e o mundo; nele foram registrados acontecimentos nacionais e, principalmente, locais selecionados pelo padre Amadeu Amadori (escritor do livro e fundador da Escola Paroquial Vicente Pallotti). As informações contidas recobrem o período de 1954 a 1990.

A utilização do *Livro* como fonte demandou tempo e dedicação, por ser extenso e todo escrito a punho, aspecto que limitou o entendimento e também dificultou a interpretação dos registros. As informações que consideramos pertinentes para a pesquisa, depois de selecionadas, foram copiadas em um caderno de registros da pesquisadora, pois não puderam ser fotografadas. Foram gastos vários dias para fazer a leitura e coletar as informações de interesse para a pesquisa nesse material.

Como apontado ao longo do trabalho, foi preciso problematizar as fontes, essa em especial, considerando ser uma fonte de registros da Igreja feita pelos padres palotinos, sujeitos da mesma Instituição. Em outros termos, foi preciso pensar a “posição” que ocupa o sujeito, aquele que conta a história (1999).

Além desse *Livro*, também entrevistamos o ex-professore ex-diretor do Instituto D. Pedro II, Ládio Luiz Girardi (2014, 2015, 2016), denominado neste trabalho “Pe. Ládio”. Os diálogos aconteceram na Secretaria da Igreja Matriz, na sala de atendimento. Para as

entrevistas foi elaborado um roteiro com indagações sobre temas de interesse da pesquisa a serem feitas ao padre, mas deixando espaço para outras memórias. As conversas com o mesmo foram ricas em conteúdo devido à experiência e conhecimento que possui. Nas narrativas foi possível contemplar, além das questões referentes à pesquisa, outras lembranças, pois o ex-diretor sempre “viajava” pela história da cidade, da igreja, da escola e da própria vida, acrescentando assuntos e informações. Uma dessas lembranças foi sobre a própria infância. A *Figura 2* nos apresenta a materialidade do *Livro do Tombo*⁴.

Figura 2: Capa do *Livro do Tombo* (1963)



Fonte: Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima/Secretaria.

O *Livro* possui uma capa dura cor de mel, com lombada de cor preta. Há uma lista impressa e plastificada colada na parte de dentro da capa com o nome de todos os Padres e Irmãos que residiram e fizeram missão em Fátima do Sul, desde o ano de 1959 até o ano de 2010. Há especificado o período que cada padre e/ou irmão permaneceu na cidade e se esse era Pároco ou Vigário.

No início do *Livro* há um Termo de Abertura (LIVRO DO TOMBO, 1963):

Termo de Abertura

Este ‘Livro do Tombo’ há de servir registrar os principais acontecimentos relacionados com esta paróquia de Nossa Senhora de Fátima, de Vila Brasil. Passo a rubricá-lo com meu nome que diz “Pe. Amadeu” e no fim lançarei o respectivo termo de encerramento. Vila Brasil, dois de setembro de 1963. (grifo do original)

⁴ A expressão Tombamento e Livro de Tombo proveem do Direito Português onde a palavra “tombar” tem o sentido de registrar, inventariar inscrever bens nos arquivos do Reino. Tal inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, a torre albarrã, do castelo de São Jorge, em Lisboa (Portugal).

E se encerra com um Termo de Encerramento (LIVRO DO TOMBO, 1963).

Termo de encerramento

Este livro contém 250 (duzentos e cinquenta) folhas numeradas tipograficamente e por mim rubricadas sem erro ou medo de que posso trazer eventuais dúvidas. Vila Brasil, dois de setembro de 1963. (grifo do original)

No final de cada termo há um carimbo escrito “Diocese de Dourados, Paróquia N. S. DE FÁTIMA, Vila Brasil, Mato Grosso.” Como mencionou o Pe. Amadeu Amadori, todas as páginas estão rubricadas com seu nome, inclusive as páginas finais que estão em branco.

Na primeira página há um parecer de Dom Carlos Schmitt da ordem Franciscana, assim como o próprio escreveu “Por mercê de Deus e da Santa Fé Apostólica Bispo de Dourados” (LIVRO DO TOMBO, 1963). Nele o bispo Dom Carlos decreta a criação da Paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. Dom Carlos salda a todos e inicia com a frase “In Nomine Domini: Amen” em latim cuja tradução é “Em nome do Senhor: Amém”. Resumindo, o bispo registra o seguinte:

Tendo em vista a densidade crescente da população desta diocese, na zona rural [...] desejando que os fiéis vivam uma vida paroquial intensa de acordo com as diretrizes emanadas da Santa Sé, [...] Usando da nossa Jurisdição ordinária segundo os Cânones 1.427 e 1.428 do Código de Direito Canônico, havemos por bem criar [...] a Paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. (LIVRO DO TOMBO, 1963, p. 1). (grifo do original)

Os pareceres de Dom Carlos Schmitt estão escritos de próprio punho no *Livro do Tombo* e também em forma de documento datilografado guardado dentro do livro.

Na segunda página está o Ato de Posse do Pároco Pe. Amadeu Amadori. A posse aconteceu no dia primeiro de setembro de 1963 às 19h00min horas, tendo sua nomeação em 31 de agosto do mesmo ano. Abaixo desse escrito há 26 assinaturas de testemunhas, entre elas a de Irma Soares de Souza, que foi professora da Escola Paroquial Vicente Pallotti no qual registrou, após a assinatura, que era Presidente da Cruzada Eucarística.

Dom Carlos Schmitt (LIVRO DO TOMBO, 1963, p. 3-4), nomeou o pároco Amadeu Amadori e na mesma nomeou também o “primeiro Vigário Cooperador” o Pe. José Pascoal Busatto. Vale observar que as páginas não estão enumeradas frente e verso, sendo cada folha correspondente a uma página. No verso da página 4 se inicia os relatos dos fatos históricos, a começar pela origem de Vila Brasil.

Por ser um livro antigo, algumas de suas páginas estão bem frágeis, tendo que ser manuseadas com cuidado. Algumas páginas se soltaram sendo xerocopiadas, pelo Pe. Ládio Luiz Girardi, e guardadas em sacos plásticos, com um bilhete aos pesquisadores,

evidenciando o cuidado e, ao mesmo tempo, as consultas que vem sendo feitas na referida fonte:

Caro pesquisador! Com mais de 50 anos, este papel tornou-se muito frágil, por isso, ao fazer uso deste livro, pedimos que usasse as fotocópias: Xerox ali anexas, que correspondem a cada uma destas páginas. Obrigado! Este livro histórico é um patrimônio da Comunidade (LIVRO DO TOMBO/Pe. LÁDIO, 2014). (grifo do original)

Há alguns “remendos” feitos pelo Pe. Ládio, com a minha ajuda, para tentar preservar o *Livro*. O mesmo possui 250 páginas e duas páginas zero, uma no início com o termo de abertura e outra no fim com o termo de encerramento e no final há 31 páginas vazias. As informações são do período de 1954 a 1990.

As fotografias do *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka* (2016) foram obtidas por meio de cópias utilizando o *printe* e o editor *paint*. O museu carrega o nome do primeiro fotógrafo de Fátima do Sul, oriundo do Japão. Os anos de atividades em seu ofício deixaram um acervo que, segundo seus idealizadores, “nenhuma cidade do país possui”, pois o mesmo registrou parte significativa de acontecimentos históricos, políticos, sociais e culturais do período.

Consideramos os resultados da pesquisa disponibilizada neste Relatório relevantes para a História das instituições escolares, mais especificamente do estado de Mato Grosso do Sul, no período do recorte adotado, sendo a primeira pesquisa de pós-graduação sobre a institucionalização da educação e sobre a primeira Escola do município de Fátima do Sul.

Destacamos a relevância de outras pesquisas realizadas sobre a institucionalização da educação e das instituições educacionais circunscritas ao antigo MT. Selecionamos pesquisas que se aproximam pela temática e, conseqüentemente, pelos recortes temporais adotados. Esses dois aspectos estão historicamente entrelaçados. A seleção foi feita com as palavras-chave institucionalização escolar no sul de Mato Grosso (década de 1950) utilizamos o *site* de busca *Google* acrescentando-se *Scientific Electronic Library Online - SciELO* /ou Banco de Dados de Teses e Dissertações- *BDTD* ao final da palavra-chave, em seguida a pesquisas e direcionou a vários trabalhos sobre institucionalização escolar, sendo em sua maioria sobre grupos escolares, por isso o pequeno número de trabalhos aqui registrados.

Os recortes das pesquisas estão definidos entre os anos de 1940 e 1970. Ao buscarem compreender a história da educação no Estado, materializada na criação das primeiras escolas, as pesquisas deparam-se com questões ou temas que acabam por também aproximá-las como migração, colonização, ocupação, trabalho, modelos de escolas, pedagogias, ensino primário etc.

Entretanto, não se tratou de afirmar somente semelhanças entre as pesquisas ou mesmo sobre as escolas estudadas. Interessou observar as especificidades das pesquisas sobre instituições escolares - que singularidades elas nos ajudam a “ver e dizer”.

Oliveira (2009) em *Migração e Escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra Mato Grosso- Brasil (1964 -1976)*, pesquisou como foi tratada a questão educacional durante o estímulo à ocupação territorial em Mato Grosso, a partir de 1964. A pesquisa aponta, em um primeiro momento para a compreensão dos significados de migração e escolarização, para então analisar como, em uma região considerada de colonização recente, esses elementos se amalgamaram. A migração ocorre pela inconstância dos movimentos econômicos e por uma economia planejada independentemente das necessidades da população. Adotou a noção de migração como “todos os movimentos de pessoas de um determinado país a outro, ou de um determinado lugar geográfico a outro dentro de um mesmo país, com a mudança de residência” (OLIVEIRA, 2009, p. 31) Para o autor o aparecimento de escolas foi importante para servir de atrativo ao movimento migratório, uma vez que as escolas seriam uma garantia de prosperidade. Oliveira analisou as Escolas “Emanuel Pinheiro”, “29 de Novembro”, “Dr. Ataliba Antônio de Oliveira Neto”, de forma a priorizar a cultura escolar produzida nessas instituições no período de 1964 a 1976 e analisar as relações entre migração e escolarização em Mato Grosso. A organização inicial das instituições escolares se deu por interesse da própria população, “pensando em seus filhos e em um futuro próspero”.

O trabalho intitulado *Ensino Primário e Colonização em Batayporã (1955–1964)* de Bobadilha e Ziliani (2015), resulta de pesquisa que analisou a relação entre a institucionalização da educação no município de Batayporã e o projeto de colonização da Região, no sul do antigo Mato Grosso, evidenciando a presença de migrantes de varias partes do país, e a influencia thecoeslovaca na Região, que não parece ter afetado significativamente o ensino na escola, especialmente na década estudada. O recorte temporal adotado foi de 1955 a 1964, tendo como justificativa a criação da primeira escola, o “Grupo Escolar de Batayporã” e, por fim, a primeira década de funcionamento da Instituição, até a inclusão do curso ginasial. A pesquisa em questão foi a primeira referente ao processo de institucionalização da educação no município de Batayporã; processo que se inicia quando o lugarejo ainda era distrito de Bataguassu, evidenciando o papel que a mesma desempenhou na manutenção dos colonos no lugar, na organização da cidade e na constituição de subjetividades infantis escolarizadas.

Zoti (2015) realizou uma pesquisa intitulada *História e Instituição escolar: Grupo Escolar “Moura Andrade” (1958-1970)*, sobre a implantação da primeira escola de Nova

Andradina. Segundo o autor a pesquisa buscou uma “[...] articulação entre a pesquisa histórica e a análise do papel das instituições educativas, no caso as escolares, revela-se produtiva para os esforços de ensino e aprendizagem do curso de História” (ZOTI, 2015, p. 2). A pesquisa em questão enfocou a importância dos grupos escolares como objeto de estudo para a História.

Em pesquisa denominada *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã- MT: uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974)* Rodelini (2015) analisou as condições políticas e sociais determinantes na implantação do Grupo Escolar Antônio João Ribeiro, suas configurações de funcionamento, além das práticas cotidianas. O recorte temporal adotado foi de 1953 a 1974, tendo como justificativa a criação do município de Itaporã e a escola: “O ano de 1974 refere-se à data em que o Grupo Escolar definitivamente elevou-se a escola de 1º Grau - passando a denominar-se Escola Antônio João Ribeiro - como cumprimento da Lei 5.692/71, que determinou a extinção dos grupos escolares no Brasil” (RODELINI, 2015, p. 7). A autora chegou à conclusão que os governantes de Mato Grosso se preocupavam em criar escolas para instruir a população, com o intuito de alcançar a “modernidade” e o “progresso”. A Escola Antônio João Ribeiro foi veículo propagador de ideais próprios do período republicano (1953-1974), os quais foram nacionalmente divulgados, além de ter cumprido o papel de formadora social e ter sido importante no desenvolvimento da história do município.

Silva (2015) analisou como se deu o processo de institucionalização da educação na zona rural de Dourados- MS. Foram discutidas a criação, organização e atividades realizadas pelas escolas rurais do município:

[...] este trabalho levou em consideração as ações humanas cotidianas desenroladas no plano regional, sempre com base nas informações históricas que estiveram ao alcance da investigação proposta. A análise regional foi realizada à luz do contexto econômico, político, social e cultural brasileiro, consoante o viés interpretativo oferecido pela historiografia recente no que tange às leituras, escritas e interpretações históricas. A proposta foi identificar a forma como em diferentes localidades ou em temporalidades distintas um fenômeno social é pensado, construído e representado pelos grupos envolvidos no processo de construção (SILVA, 2015, p. 19).

A pesquisa de Silva (2015, p. 207) deu ênfase ao Grupo Escolar “Presidente Vargas” situado em Vila Vargas, município de Dourados, e chegou à conclusão de que a mesma serviu para o espaço em que se insere “como símbolo de continuidade e fronteira”. Segundo o autor, essa associação ocorreu devido à escola ser “o ponto base para uma transformação no modo de vida do indivíduo campesino [...] possibilitar um envolvimento íntimo entre a escola e a

comunidade, e entre a comunidade e seus integrantes” (Ibidem). Fato que, antes da institucionalização escolar, só ocorria em âmbito religioso.

Irala e Furtado (2013) no trabalho *Escola Rural da Picadinha: história e memória da educação no sul de Mato Grosso (1940-1974)*, de Irala e Furtado (2013, p.4), explicitam que “[...] a criação e a instalação da Escola Geraldino Neves Corrêa foi motivada pelo anseio e necessidade da população local em relação ao ensino primário”. Segundo os autores “a história da educação no Município de Dourados aconteceu, como em grande parte do país, primeiramente sob a responsabilidade de uma família, tendo sido transferida, a *posteriori*, ao poder público” (2013, p. 4). A instituição estudada passou por suspensões que levaram os professores a ministrar aulas aos alunos em suas casas, para evitar que os mesmos ficassem sem o ensino, entre outros contratempos que surgiram.

Rohden (2013) em *E, tudo começou ali, naquela salinha de chão batido! Considerações sobre a história da primeira instituição escolar de Sinop-MT (1973-1979)* tratam da criação da primeira instituição escolar de Sinop – MT; evidenciam que a mesma se instaurou no período da colonização, no ano de 1973:

[...] representa deste modo, o início da implantação de um sistema educacional em um descampado da floresta amazônica, e que, portanto, mais que cumprir com suas funções educacionais, esta escola e a educação de forma geral representava naquele contexto histórico um instrumento fundamental para a construção de uma cidade. (ROHDEN, 2013, p. 2).

A pesquisa de Rohden (2013, p. 2), apresenta questões relacionadas à memória e as práticas, “[...] na procura de resignificar a identidade desta Instituição Escolar”. Mais uma vez, migrantes tiveram de assumir a responsabilidade inicial da educação institucionalizada.

Para uma aproximação do objetivo proposto na pesquisa o Relatório foi organizado em três capítulos. O Capítulo 1, denominado *Institucionalização da Educação e Colonização no Sul de Mato Grosso*, apresenta uma análise das relações entre o processo de colonização e de institucionalização da educação no sul do antigo Mato Grosso (SMT), com ênfase nos começos da organização da cidade e na educação oferecida no município de Fátima do Sul, em meados dos anos de 1950. Para tanto foi tratado o processo de colonização da região Centro-Oeste, por meio da campanha “Marcha para o Oeste”, a criação do município de Fátima do Sul, a institucionalização da educação no Brasil e em Mato Grosso, o início da educação institucionalizada e da alfabetização no município e a chegada dos padres palotinos em Fátima do Sul.

O segundo capítulo intitulado *Os espaços-tempos e a arquitetura como programa: as transformações na Escola Paroquial Vicente Pallotti (1957 a 1974)*, analisou como as edificações e a arquitetura com sua distribuição espaço-temporal, constitui-se elemento

material da institucionalização da educação e parte da programação das instituições escolares. A instituição privilegiada na pesquisa foi a Escola Paroquial Vicente Pallotti. Enfatizou-se a ausência e a naturalização das instituições escolares, a instituição como espaço-tempo educativo, a arquitetura e a distribuição espaço-temporal na constituição dos sujeitos. Quanto à educação no município de Fátima do Sul foi tratado sobre o surgimento da escolarização (1955), o espaço próprio da Escola Paroquial (1960) e apresentamos o aparecimento do Instituto D. Pedro II, no final da década de 1960, como “novo” espaço para o funcionamento da Escola Paroquial Vicente Pallotti.

No Capítulo 3, denominado *Escola Paroquial Vicente Pallotti: funcionamento, relações e transformações na gestão e nas programações das primeiras décadas*, o objetivo foi uma aproximação e análise do funcionamento da Instituição escolar Vicente Pallotti, enfatizando as relações com a política do Estado, de apoio as instituições privadas do período, a gestão palotina, a relação com a cidade e algumas de suas programações, que incluíam o civismo, religiosidade, esporte e outros elementos para educar/governar o outro.

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO E COLONIZAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO

Este capítulo teve a finalidade de explicitar e analisar as relações entre o processo de colonização e de institucionalização da educação no sul do antigo Mato Grosso (SMT), com ênfase nos começos da organização da cidade de Fátima do Sul e na educação oferecida no país e no município, em meados dos anos de 1950.

Para essa tarefa não pudemos deixar de tratar sobre os acontecimentos históricos vivenciados pelos sujeitos, os colonos, os padres palotinos e outros, que fizeram parte do contexto analisado.

Nesse empreendimento foi preciso conhecer as minúcias e, nesse caso, as narrativas dos sujeitos foram importantes para uma aproximação do processo de colonização e de institucionalização da educação, mais especificamente no município escolhido e no recorte espaço-temporal selecionado.

Conhecer as minúcias visa melhor entender o todo para entender as partes menores da história. O todo pode ser chamado de economia, de modernidade, e que são preenchidas pelas práticas cotidianas de pessoas comuns e que não aparecem, por exemplo, nas capas das revistas, na mídia. Dessa maneira foi preciso fazer uma análise daquilo que estava próximo para melhor entender o que parecia distante e complexo.

O conhecimento histórico,

[...] é perspectivista, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se fez a História do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde se fala, e o lugar institucional onde o saber histórico se produz. (ALBUQUERQUE JR., 2007, p. 61).

O conhecimento histórico é representado ou visto de maneira diferente a depender do momento histórico em que é tratado, assim como o historiador. Por isso a importância de buscar as minúcias, uma vez que esse tipo de saber histórico é produzido no cotidiano.

Iniciamos as reflexões retomando a institucionalização da educação no município de Fátima do Sul e o processo pelo qual essa cidade passou até o momento em que surgiu a primeira instituição escolar. O processo de institucionalização da

educação no Mato Grosso e na Região em questão inscreve-se no cenário da institucionalização da educação no Brasil e ajuda/ajudou a compor essa história. Mas, nos perguntamos quais as especificidades e singularidades desse processo em Fátima do Sul.

Para uma aproximação do objetivo, além das fontes documentais e fotográficas disponíveis, optamos pela busca das memórias de alguns dos sujeitos que participaram dos acontecimentos que constituíram essa história.

O capítulo foi organizado em duas partes. Na primeira intitulada *A colonização da região Centro-Oeste: a campanha “Marcha para o Oeste”*, tratou de explicitar discursos sobre a ocupação dos espaços considerados (des) habitados no país e o aparecimento da cidade lócus da Escola estudada e, na segunda parte, denominada *A institucionalização da educação no Brasil e no Mato Grosso*, foram abordados aspectos apontados como relevantes em estudos sobre a institucionalização da educação nos contextos nacional e do Estado.

1.1 A colonização da região Centro-Oeste: a Campanha “Marcha para o Oeste”

Neste tópico foram apontados aspectos da colonização da região Centro-Oeste, mais especificamente do antigo sul de Mato Grosso, considerando discursos políticos e científicos sobre o tema.

A região do estado de Mato Grosso⁵, segundo Moreira (2012), foi habitada por indígenas. Objetos arqueológicos foram encontrados no município de Anaurilândia, divisa com Batayporã, que comprovam a presença destes. Foram encontrados, entre outros, artefatos de cerâmica Guarani. Além do índio Guarani também habitava o Mato Grosso os índios Terenas, Caiowás, Caiapós e os Ofaiés. Conforme Moreira (2012, p. 3):

Os Guaranis, desde o século XVI, foram alvo de exploração, primeiro dos espanhóis; no século XVII dos jesuítas e bandeirantes; por fim, da entrada de colonizadores não índios nos “sertões”, em busca de mão de obra indígena para o desenvolvimento dos empreendimentos paulistas. No século XIX, houve a Guerra do Paraguai (1864-1870) e no início do século XX novas frentes de colonização.

A partir dos anos de 1940 o fluxo migratório se intensificou coma denominada campanha “Marcha para o Oeste”, planejada durante o Estado Novo⁶.

⁵Em 1977,conforme a Lei complementar nº 31, de 11/10/1977 (BRASIL, 1991), ocorreu à divisão do estado de Mato Grosso e em 1979 foi implantado o estado de Mato Grosso do Sul, desse modo considerando o período adotado como recorte temporal e o município estudado foi utilizado neste Relatório o termo antigo sul de Mato Grosso.

⁶ Estado Novo, ou Terceira República Brasileira, foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Era caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e pelo autoritarismo. Faz parte do período da história do Brasil conhecido como “Era Vargas”.

Em pesquisa sobre a relação entre ocupação territorial em Mato Grosso e educação, Oliveira (2009) explicita que:

A migração ocorre pela inconstância dos movimentos econômicos e por uma economia planejada independentemente das necessidades da população. É conveniente ressaltar aqui que se denomina como migração todos os movimentos de pessoas de um determinado país a outro, ou de um determinado lugar geográfico a outro dentro de um mesmo país, com a mudança de residência. (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

O extenso território interiorano não explorado pelo capitalismo de forma intensiva fazia parte do contexto brasileiro em meados do século XX: “Em discurso improvisado na cidade de Corumbá, à época pertencente ao estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, em 28 de Julho de 1941, Vargas enfatizou a necessidade de ocupar os espaços considerados pelo governo como vazios (PONCIANO, 2007, p. 59)”. Porém, esses espaços não estavam “de fato” vazios:

Os espaços vazios não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Companhia Matte-Laranjeira; as fazendas de gado no pantanal matogrossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada-de-ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão – vêm atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitantes da região – os indígenas. (LENHARO, 1986 apud PONCIANO, 2007, p. 60).

A política do Estado Novo mesmo reconhecendo a presença de moradores na região Centro-Oeste, a considerou “vazia” e objetivou povoá-la. Assim o fez porque seu plano econômico tinha como centralidade desenvolver o capitalismo industrial com uma intervenção marcante do Estado. Para tanto, foi preciso que, em todos os setores da economia brasileira, tivesse a participação da população, incluindo a exploração da terra.

A economia do sul de Mato Grosso no período não se adequava a política do Estado Novo, o que fez o governo de Vargas lançar o plano de colonização dos “espaços vazios” da região Centro-Oeste, para assim alcançar o ideário de país moderno. A época moderna inicia “[...] no momento em que o imperativo de transformação da vida deixa de ser assunto de uma elite e passa a ser considerada como uma necessidade de todos e de cada um.” (SLOTEDIJK, 2012 apud MARÍN-DÍAZ; NOGUERA-RAMÍREZ, 2014, p. 52).

A atividade econômica predominante na Região, entre outros fatores, levou Getúlio Vargas a idealizar a “Marcha para o Oeste”,

[...] o extremo sul do estado de Mato Grosso, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, caracteriza-se, em termos econômicos, em grande parte, pela atividade de exploração da erva-mate nativa – atividade essa que, no referido período, constituía praticamente um monopólio da Companhia Matte-Laranjeira, a qual mantinha, sob seu domínio, mediante contratos de arrendamento assinados com o Estado, vastíssimas extensões de terra, criando, assim, um grande latifúndio, o que prejudicaria o desenvolvimento das relações capitalistas no campo. (PONCIANO, 2007, p. 62).

Um número expressivo de imigrantes paraguaios trabalhava na Companhia Matte-Laranjeira, que contava também com investimento de capital argentino, sendo fraca a presença brasileira.

Inscrito no ideário do Estado Novo foi criado por Getúlio Vargas em 1943 o Território Federal de Ponta Porã:

[...] tal medida colocaria essa vasta região sob a tutela direta do governo federal, o que representava parte do processo de ocupação dos ‘espaços vazios’ e facilitaria sua ação em relação a qualquer problema que viesse prejudicar sua política de desenvolvimento. (PONCIANO, 2007, p. 63).

A criação do Território Federal de Ponta Porã (1943) ⁷ fez parte da política de nacionalização das fronteiras, já que, como mencionado no parágrafo anterior, a Companhia Matte-Laranjeira empregava estrangeiros nessa Região. Na época esse território abrangia os municípios de Porto Murtinho, Nioaque, Miranda, Bela Vista Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito, sendo dissolvido juntamente com o Estado Novo em 1946. Em 1943 surgiu a Colônia Agrícola Nacional de Dourados- CAND localizada no Território Federal de Ponta Porã, durante a campanha “Marcha para o Oeste”, no extremo-sul do antigo Mato Grosso.

A Campanha foi desencadeada em 1938: “Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a ‘Marcha para Oeste’, integradas ao desenvolvimento econômico do país, posto que alcançariam as conquistas de regiões mais avançadas economicamente” (PONCIANO, 2007, p. 64).

⁷O Território Federal de Ponta Porã foi criado em 1943 e abrangia os municípios de Dourados, Bela Vista Miranda, Maracaju, Nioaque, Ponta Porã e Porto Murtinho. Esses municípios estiveram diretamente subordinados à União, durante o período em que o Território existiu.

Podemos compreender que a Campanha em questão foi articulada para expandir as relações capitalistas de produção, com a instauração das pequenas propriedades que visavam dar fim ao latifúndio, onde a terra era explorada de forma “arcaica e primitiva”, característica essa considerada distante do modo de produção capitalista.

O projeto de Vargas, entretanto, não foi suficiente para convencer a sociedade, visto que havia grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo que superavam economicamente as regiões do Centro-Oeste, por isso “[...] teria de ser desenvolvida também no campo simbólico e ideológico- urgia a necessidade de conduzir a ocupação territorial por meio do símbolo da ‘brasilidade’” (PONCIANO, 2007, p. 65).

Nesses termos Vargas buscou apontar que a construção eficaz do país ocorreria somente por meio de uma adesão entre governo e sociedade, pelo funcionamento “primoroso entre o campo político e o econômico”, aspecto que promoveria a fundação da política de colonização estadonovista. Política que preconizava a ocupação de áreas consideradas “vazias” por migrantes, principalmente pelos provenientes de regiões onde a maior porcentagem de mão-de-obra poderia exprimir um desequilíbrio na “[...] oferta de trabalho para a indústria, o que possivelmente levaria a ocasionar tensões sociais e ‘braços desocupados’ em demasia” (PONCIANO, 2007, p. 65).

Para que a “Marcha” tivesse êxito Vargas precisou “convencer” os brasileiros de que deveriam tomar posse de um lugar que lhes pertencia. Tentou-se criar um “sentimento de pertencimento” ao Estado brasileiro com a finalidade de colaborar com a ocupação do território nacional, em particular o fronteiro, o que beneficiaria a transformação de áreas “retardadas” economicamente. Esse “sentimento” foi marcado pela proposta de colonização e industrialização, pois, desde a chegada dos portugueses a concentração da população era litorânea; nesses termos, estava posto o desafio, de adentrar e povoar o “sertão”. Para tanto o Estado Novo procurou dar uma nova versão ao conceito de “nacionalidade”, de forma que todos ajudariam a legitimar sua ação. Nesse empreendimento de colonização estava incluído o então estado de Mato Grosso na região Centro-Oeste do país.

A seguir buscamos uma aproximação do processo de colonização no antigo sul do Mato Grosso, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND e do município de Fátima do Sul.

1.1.1 Colonização e a criação do município de Fátima do Sul

Detalhamos nesta parte questões relativas ao processo de colonização com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), constituída no cerne do movimento ou

Segundo Santos (2007), os nordestinos eram a maioria. Almejando fugir da seca e da falta de terras onde viviam, foram atraídos pelo discurso de Vargas de que no Centro-Oeste havia terras gratuitas e de qualidade, propagandeadas como um “bom lugar” para se viver.

Em 1945 até o ano de 1950, durante a instalação e demarcação da CAND, passou a governar o presidente Eurico Gaspar Dutra. Pessoas de várias localidades do Brasil foram para essa parte do Estado fixar moradia, chegando à região de Dourados em 1948, tendo se intensificado após o mandato do presidente Dutra, quando retornou ao poder o presidente Vargas.

Em 1948 quando os colonizadores migraram para a região da CAND não encontraram todos os lotes demarcados, em conformidade com alguns discursos em circulação e que afirmavam que os que chegassem à Região iriam, de imediato, tomar posse das terras sem nenhum transtorno. A primeira “desordem” que encontraram foi à ausência de demarcação dos lotes, aspecto que criou um problema para a administração, como:

[...] Agrupam-se várias famílias num mesmo lote, sem a indispensável habitação, criando, também dificuldades para o serviço médico da Colônia, onde só um facultativo atende numa enorme área de uma população estimada em fevereiro do corrente ano em 25.000 almas. Os que conseguem lotes regularmente arrendam-nos aos que chegam a prejuízo, não raro, das atividades normais da Colônia. Além da demarcação anual de número suficiente de lotes, seria interessante para o serviço de colonização que o emigrante só fosse recebido na Colônia com lote ou lotes determinados facilitando-se, dessa forma, todos os trabalhos e obrigações com os colonos nos termos dos artigos, 10,11, 12 e 13 do Decreto-Lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 podemos citar a dificuldade de demarcação dos lotes da Segunda Zona pelas autoridades competentes. Conforme o relatório sobre a CAND de 1954. (JORNAL O PROGRESSO apud PONCIANO, 2007, p. 74).

O Boletim Informativo da Diocese de Dourados, *Jornal ELO* (1979, p. 8), relatou em algumas palavras o período de colonização de Fátima do Sul:

Depois da 2ª. Guerra Mundial os nossos irmãos nordestinos empreenderam peregrinação, formando verdadeiras bandeiras, distribuindo-se pelo sul e Centro-Oeste do país, marchando parte deles para o sul de Mato Grosso, mas propriamente para o antigo Território Federal de Ponta Porã, fixando-se na região de Dourados, onde desbravaram as férteis terras, abrindo corajosamente as matarias, donde surgiram os arraiais patrimônios, hoje cidades. Neste particular se destaca FÁTIMA DO SUL.

Em 1953, a Primeira Zona da CAND que se localizava no município de Dourados estava “saturada de migrantes”, sendo necessário colonizar uma Segunda Zona. Segundo

Capilé (1999, p. 14), “[...] novos imigrantes, seduzidos pela oportunidade, vinham a reboque e desmontavam todo o sistema de planejamento da administração do Núcleo, gerando assim a formação do primeiro povoado à margem direita do Rio Dourado”. Era significativo o número de migrantes concentrados à margem esquerda do Rio Dourados, localidade da Segunda Zona da colônia de Dourados.

Conforme o Pe. Amadeu Amadori (2002):

O povo foi chegando, chegando, naquela época tinha tanta gente que vinha aos borbotões. A colonização não conseguiu instituir o corte, o agrimensor, o engenheiro não conseguiu dar conta. Vinha gente para a terceira linha, Vicentina, para a banda de São José, quarta linha, Glória de Dourados e foi avançando, eles iam à frente do agrimensor, aí deu aquela briga porque ele mudava de linha naturalmente. Pensa que na mata é fácil de tirar uma linha reta? Ia mais ou menos, quando um tirava até ali, outro continuava, de repente, sabe lá? Mudava de rumo, aí tinha que cortar um pedaço, a estrada não passava mais aqui, às vezes ficava no fundo ou no meio do lote. Bem, mas o povo vinha chegando. (ENTREVISTA/PE. AMADEU AMADORI, 2002 *apud* PONCIANO, 2007, p. 75).

Diante da situação “embaraçosa” apresentada pela organização da CAND, os próprios migrantes tomaram partido na demarcação das terras, dificultando ainda mais para os mesmos, que se viram sozinhos nesse processo de colonização. Porém, esse “desarranjo”, segundo Ponciano (2007), foi planejado para que a ocupação do território da Segunda Zona ocasionasse o menor gasto possível para o Estado, visto que os próprios colonos diante da demora da CAND teriam que solucionar o problema da demarcação e distribuição dos lotes. Na citação abaixo uma moradora da Região e que participou desse acontecimento afirma:

Nós chegamos aqui em 51, era mata virgem, essas estradas foi aberta pelo olho do colono, não foi com maquinário, foi com o olho do colono. As famílias se juntavam e, ali, juntava 20 homens e rancavam uma peroba, e aí prosseguindo a estrada. Foi muito difícil a vida aqui para pessoa pobre, nós mesmo sofreu muito, nós era fraco [sic] [...] Muitas pessoas sofreu como a gente. Um tanto dessas pessoas não moram mais aqui, uns faleceram, outros mudaram. (ENTREVISTA/DULCE DE OLIVEIRA, 1999 *apud* PONCIANO, 2007, p. 78).

Com o relato da senhora Dulce, pudemos analisar parte das miudezas ocorridas, ao mesmo tempo em que foi possível observar a seleção que realizou em suas lembranças. Ressalta o sofrimento que os migrantes tiveram de passar e, também, evidencia e reforça a ideia de que o plano dos organizadores de gastar o mínimo de dinheiro possível com os migrantes e com a Colônia foi exitoso.

Os migrantes que saíram de seus estados com esperança de encontrar no Centro-Oeste uma vida melhor, digna, longe da pobreza e do sofrimento em que viviam ao chegarem à tão “sonhada terra” se depararam com outra forma de sofrimento, pois muitos vieram apenas com a roupa do corpo. Segundo Ponciano (2007, p. 78) “[...] o governo do estado de Mato Grosso havia enviado uma quantia de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) à Cooperativa da CAND, cuja finalidade era atender as necessidades básicas dos migrantes que estavam chegando”. No início o governo ajudava, mas com a intensificação da chegada dos migrantes a situação fugiu ao controle do Estado, tendo que o colonizador tomar parte da situação.

Em Porto Ubatuba (primeiro nome dado a Fátima do Sul) muitas picadas tiveram de ser abertas. Os primeiros ranchos foram construídos de pau a pique e cobertos de sapé e tabuinhas: “Muitos deles dormitórios à noite, armazéns, lojas e farmácias durante o dia. Até uma pequena pensão, de propriedade do Sr. Gaudêncio, já havia para abrigar os viajantes” (CAPILÉ, 1999, p.14). Como explicitado os primeiros colonizadores que ali habitaram, se preocupavam com a organização do local, com esforço e, na medida do possível, a comunidade foi se erguendo.

Como retrata o *Jornal ELO* (1979, p. 8):

Fátima do Sul, nascida junto ao antigo Porto Ubatuba, Vila sapo, que é até hoje uma testemunha de intepidez de homens e mulheres em busca de melhor futuro, enfrentaram tarefa difícil para amanhar a terra, ansiosos pela formação de uma cidade donde surgiu a Vila Brasil, hoje Fátima do Sul.

Conforme Ponciano (2007, p. 88), “[...] no interior da CAND, no início dos anos 1950, o trabalho era familiar, girava em torno da família e dos vizinhos; não havia, necessariamente, uma relação de trabalho assalariado.” Os colonizadores se estabeleciam pela vida em comunidade, com sua religião e principalmente com sua família.

Como detalhado no *Jornal ELO* (1979, p. 8):

Foi nas proximidades do ano 50 que chegaram às margens do Rio Dourados as primeiras famílias e se instalaram à margem esquerda, visto que a travessia era quase impossível, pela falta de embarcações e, arriscar seria morte na certa, em virtude de largura e profundidade do Rio. Formaram o arraial, onde está a Vila Barbosa, praticamente fizeram uma invasão, pois estas terras pertenciam ao território Federal e o patrimônio mais próximo era a antiga Cooperativa, local em que se abasteciam, tendo que peregrinar dois ou três dias para conseguir subsistência.

Figura 4- Primeiros barracos (1952)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016)

Na *Figura 4* temos uma fotografia de um dos primeiros barracos construídos à margem esquerda do Rio Dourados, datada de 1952. Pelo registro é possível observar as características das primeiras construções, com telhado em duas águas coberto por palhas e estrutura de madeira vedada também com palhas. No início, segundo a *Revista Rainha* (1979, p. 12), “[...] A única casa de madeira e telhas era o escritório do agrimensor”. Enquanto alguns colonos eram beneficiados com casas doadas pela CAND, outros eram obrigados a construir as casas conforme exposto na Figura, por falta de recursos e de investimentos da administração da Colônia. Além dos perigos contra a saúde que esses colonos encontravam no dia a dia, também havia o risco de incêndio que aumentava aos que residiam em barracos feitos com o uso desse tipo de material.

Fátima do Sul teve vários nomes, o primeiro deles foi Porto Ubatuba em homenagem ao segundo administrador da CAND. Conforme Ponciano (2007), esse administrador estava enraizado nos ideais construídos durante o Estado Novo, ou seja, a ideia de modernização, uma vez que o mesmo incentivava os trabalhadores da Colônia a “não se conformarem com a realidade em que se encontravam”, a não desanimar e a trabalhar com garra para conseguir um futuro próspero: “E o pressuposto da valorização do trabalho estava na negação do ócio, da preguiça, na negação do homem do campo que se satisfazia com a ‘pobreza’ financeira e intelectual (PONCIANO, 2007, p. 81)”.

O incentivo ao aspecto intelectual pressupõe que a educação fazia parte do ideal de “progresso” preconizado, sendo este considerado referência de modernidade. Entretanto, a quem estava acessível e a quem interessava esse chamado “progresso”? (DUPAS, 2007).

Mesmo com “todo incentivo” preconizado, foi dada voz de prisão ao administrador, senhor Lloyd Ubatuba, uma vez que esse era “Amante de várias mulheres, fumante de charuto, andava em sua perua na constante companhia de capangas (que seriam mais de dez) - e mulheres (que seriam mais de três), além de ser amante da noite e dos jogos (PONCIANO, 2007, p. 84)”. Mas, outras questões relacionadas à sua administração não satisfiziam a população. Então, como o nome da cidade, Porto Ubatuba, relacionado à figura do administrador, não agradava aos colonos, em 08 de novembro de 1953, quando o Frei Frederico Miés foi rezar a primeira missa no vilarejo, os moradores lhe pediram sugestões de um novo nome para o lugar. O Frei sugeriu que se chamasse “Vila Brasil”, pois era um povoado formado de pessoas oriundas de todo o país. Naquele momento o vilarejo recebeu o nome de Vila Brasil.

Pessoas vindas principalmente da região norte do país continuaram a chegar, o que fez com que a margem direita do Rio Dourados passasse a ser vislumbrada para a ocupação; porém, a administração da Colônia não queria que aquela localidade fosse habitada, pois não planejavam a construção de cidade naquela área, visto que almejavam e até tinham um projeto para a formação de uma cidade, onde hoje se localiza o município de Glória de Dourados. Foi então que:

[...] na madrugada do dia 9 de julho de 1954 (sexta-feira), 450 homens, rompem a barreira que os separava e se alojam onde se situa o centro de Fátima do sul. Demarcaram terrenos e os ofereciam aos que se dispunham a construir sua casa em 90 dias. (CAPILÉ, 1999, pp.15-16).

O mesmo acontecimento foi divulgado no *Jornal ELO* (1979), com destaque para o “progresso” que se instalava:

[...] Para que nascesse o Distrito de Vila Brasil muitos morreram na perigosa invasão das terras que se situam à margem direita do Rio, onde hoje temos uma bela cidade e a sede da Comarca de Fátima do Sul. A invasão da margem direita do Rio Dourados, se deu a 9 de Julho, uma vez que o local se prestava para uma cidade, por ser um lugar alto, aprazível e salubre. Após essa invasão de terras à margem direita do Rio Dourados, ninguém mais pode conter o progresso em todas as direções. A prova disso a temos no cognome que leva até hoje, de ‘FAVO DE MEL’ (JORNAL ELO, 1979, p.8).

Dessa forma, sem acatar a vontade da administração do núcleo colonial, os migrantes ocuparam a margem direita do Rio Dourados e seguiram com seus próprios objetivos. Durante a travessia do Rio, uma tragédia que marcaria a história da Região, o colono Evaristo Lopes, que havia construído uma balsa, veio a naufragar devido ao peso excessivo depositado,

matando quinze moradores da Vila Brasil. Em meio a conquistas e fatalidades se formava a cidade que, posteriormente, viria a ser chamada de Fátima do Sul.

Os aspectos retratados sobre a história inicial da Vila, a fixação dos colonos e a criação da cidade, relacionados em certa medida a noção de “progresso”, evidenciam uma luta de forças para fazer valer interesses discordantes. Ao mesmo tempo demonstra resistências empreendidas pelos colonos para colocar em prática seus objetivos.

Os moradores de Vila Brasil logo passaram a sonhar com a emancipação, visto que a mesma continuava a prosperar e gerar recursos para a Sede que era em Dourados, e esse “[...] era um aspecto suficientemente forte para que essas ideias libertárias proliferassem” (CAPILÉ, 1999, p.17). Em 1954 foi construída uma ponte de madeira sobre o Rio Dourados.

Figura 5 - Ponte sobre o Rio Dourados (1954)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na *Figura 5a* ponte construída e entregue em 1954, que passou a ligar a Vila Brasil ao município sede Dourados, sendo este um motivo impulsionador da emancipação da Vila. É possível observar que amadeira de construção da ponte foi utilizada como um meio de propaganda para a loja Riachuelo, que na época possui instalações na cidade. A ponte parece ser um local de passagem e de lazer (do lado esquerdo da foto aparece uma pessoa saltando da mesma para se banhar no Rio). Em 17 de novembro de 1958 Vila Brasil foi elevada à categoria de distrito do município de Dourados, conforme a Lei Estadual nº 1.125/1958 (MATO GROSSO, 1958), oriunda de um projeto apresentado pelo Deputado Estadual Wilson

Dias Pinho, engenheiro e funcionário do núcleo colonial de Dourados, eleito pelos votos dos cidadãos da Colônia.

Figura 6- Rua Tenente Antônio João esquina com a Rua Cristobalina Ruiz Cabelo (1957)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na *Figura 6* podemos observar o local onde hoje é a cidade, mais especificamente onde se localiza a Praça Getúlio Vargas (um dos locais onde funcionou a Escola Paroquial) e a Câmara Municipal. A área se encontrava desmatada com as primeiras construções. Essa imagem é de 1957, ano em que o Pe. Amadeu Amadori fundou a Escola. Havia poucas construções, mas segundo Capilé (1999), já contava com um mínimo de organização como, por exemplo, a inauguração de um correio no mesmo ano.

A área do Distrito de Vila Brasil, quando da sua criação, abrangia as áreas dos atuais municípios de Jateí e Glória de Dourados. Com a promulgação da Lei 2.057/1958 (DOURADOS, 1958), Vila Brasil foi elevada à categoria de município.⁹

Em 1965 houve eleições municipais em algumas cidades do Estado. No caso de Vila Brasil houve a primeira eleição para prefeito, sendo eleito Antonio Gabriel Moreira:

Eleições - Em 4 de abril de 1965 houve eleições para a escolha do primeiro Prefeito e Vice- Prefeito e Vereadores deste novo Município de Vila Brasil. Tudo ocorreu com calma e ordem. A obtenção de votos foi mais ou menos de 40% entre os dois candidatos: Antonio Gabriel Moreira (M. D. N) e João Castro Ribeiro (P.T. B) coube a vitória ao primeiro com 1.046 votos de vantagem. Os eleitores qualificados do Município são 6.000 e poucos. Como Vice- Prefeito foi eleito o Sr. Reinaldo dos Santos Moraes, também do

⁹De 1949 a 1963 vários povoados que se formaram no interior da CAND se emanciparam e se desenvolveram formando cidades, no antigo sul de Mato Grosso, entre elas Glória de Dourados, Jateí, Angélica, Vicentina e Fátima do Sul.

M.D.N. Nesse dia houve eleições também em Glória de Dourados e Jateí. (LIVRO DO TOMBO, 1965, p.13).

Segundo o *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka* (2016), em Vila Brasil a primeira seção legislativa foi para votar o projeto de Lei nº 1 para criar uma comissão a fim de mudar o nome do município, alegava-se que não correspondia mais à realidade, que o povoado continuasse sendo chamado de “Vila”. Em 9 de junho de 1965, no prédio da Prefeitura Municipal, houve um plebiscito para a escolha de outro nome para a cidade. Alguns foram propostos e o mais votado foi “Fátima do Sul”¹⁰, que venceu com um número significativo de votos.

1.2 A institucionalização da educação no Brasil e em Mato Grosso

Nesta parte tratamos de forma mais geral sobre a institucionalização da educação no país e no estado de Mato Grosso.

1.2.1A institucionalização da educação no Brasil

No processo de ocupação das regiões pouco habitadas a educação escolar galgou um lugar de destaque:

[...] por razões determinadas pelas atividades econômicas, políticas e culturais que vão se complexificando, a educação escolar vai se fazendo necessária a uma quantidade maior de pessoas. [...] A produção do conhecimento vai sendo exigida numa velocidade cada vez mais intensa. E tal produção precisa ser registrada por escrito e difundida, além disso, é preciso tomar conhecimento dela. Por essa e por outras razões, cada vez mais o saber ler e escrever se impõe com necessidade a um número cada vez maior de pessoas. O saber ler e escrever vão deixando de ser um luxo, uma coisa de quem dispõe do ócio, como em tempos passados. (SILVA, 2002, p. 33-34).

A necessidade de “modernização” se fez presente também na instrução pública envolvendo “[...] vários aspectos institucionais e pedagógicos, como a construção de vários edifícios escolares suntuosos e monumentais, a ampliação dos currículos, com a introdução de disciplinas científicas, a produção de cartilhas e manuais didáticos” (SOUZA, 2014, p.15).

Both (2013) fez uma análise da escola primária na configuração política educacional dos estados de Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso nos anos 1889 a 1930, correspondente

¹⁰ Atualmente Fátima do Sul possui 19.029 (dezenove mil e vinte e nove) habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE, 2011).

ao Período Republicano. A análise foi realizada por meio de estudo de mensagens governamentais, além dos avanços das reformas educacionais e a organização do ensino primário desenvolvido nos três estados:

A escolha pela sequência de estudo dos 3 estados, conforme a implantação dos grupos escolares assim sendo: no Maranhão em 1903, Minas Gerais em 1906 e em Mato Grosso em 1910. Dentre os três estados, Mato Grosso possuía maior extensão territorial. O estado do Maranhão foi o primeiro estado constituído, no século XVI, colonizado pelos europeus e, mais tarde, os colonizadores adentraram-se ao Estado de Minas Gerais. Mato Grosso foi colonizado somente no século XVIII, embora os europeus tenham chegado, no século XVI, conquistando territórios e apoderando-se de suas riquezas, como ouro e pedras preciosas. (BOTH, 2013, p.12).

Naquela época os índices de analfabetismo no país eram altos, havia escassez de escolas entre outros problemas e propugnava-se a necessidade de ações que gerassem mudanças. Em Minas Gerais, Maranhão e Mato Grosso, a escola isolada era a instituição educacional predominante, destinada ao ensino primário. Os grupos escolares eram em menor número e considerados instituições educacionais de “qualidade”, enquanto que a escola isolada não tinha muito prestígio.

Silva (2011) apresenta o processo de institucionalização dos grupos escolares maranhenses, no período de 1903 a 1920. Analisa o que foi feito pelo governo daquele estado para que houvesse a criação dessas escolas, além do cotidiano escolar.

Com a finalidade de romper com a imagem negativa das escolas isoladas foram implantados os Grupos Escolares, que iriam corresponder a uma modernidade escolar e ao novo modelo de escola primária, sendo os prédios próprios sua diferenciação, visto que as escolas isoladas não funcionavam em ambientes considerados apropriados. A preocupação central dos republicanos maranhenses no início do século XX era com o elevado número de analfabetos. Para transformar essa realidade foram criados os Grupos Escolares.

Cordeiro (2007) evidencia o processo de criação e instalação da escola holandesa na região dos Campos Gerais, na Primeira República, tendo como objetivo compreender o contexto da saída dos imigrantes de seu país de origem e a chegada ao Brasil, em Carambeí, estado do Paraná, fazendo uma análise da importância da religião na formação da escola:

[...] A pesquisa trata da constituição histórica da Escola Evangélica de Carambeí, a partir da qual se procurará estabelecer relação com o contexto nacional; e por se tratar de uma instituição criada para descendentes holandeses, procurar-se-á também, compreender o contexto europeu do período que marca a imigração holandesa no Brasil. (CORDEIRO, 2007, p.17).

Formou-se uma colônia em Carambeí em 1911, fundada pelos imigrantes holandeses. A economia era baseada na produção de leite e utilizavam o idioma de origem. A indústria européia estava em desenvolvimento, já o Brasil vivia o período da Primeira República e necessitava substituir a mão de obra escrava. Por acreditarem que o progresso da Europa se devia à superioridade da raça européia, buscavam imigrantes para colonizar áreas que se encontravam despovoadas:

Para isso, o governo brasileiro enviou agenciadores que, percorrendo os países europeus, encontrariam emigrantes, uma vez que a industrialização provocou um número significativo de pessoas desempregadas, com interesse de melhorar de vida em outros países. (CORDEIRO, 2007, p.18).

Os imigrantes holandeses pioneiros do Paraná foram Leendert, JanVerschoor e Jan Vriesman, que se fixaram na cidade de Irati e fundaram a colônia de Gonçalves Júnior, onde encontraram algumas dificuldades devido à inexperiência em trabalhar na agricultura. Além de outras dificuldades, como epidemias que causaram desconfortos aos imigrantes, por isso alguns voltaram ao seu país de origem, enquanto outros se fixaram na nova colônia em Carambeí pertencente a Castro, no Paraná, no ano de 1911.

A integração dos imigrantes aparece na Primeira República atingindo lentamente a esfera pública, econômica, religiosa, linguística, educacional e familiar, provocando mudanças na esfera social já existente e nas que recém se fixaram:

A preocupação com o analfabetismo e com a necessidade de se criar uma política nacional de educação, essa já era uma preocupação desde o século XIX, agora retomada com grande intensidade. Mas, mesmo os estados mais desenvolvidos não conseguiam a população analfabeta, sendo o analfabetismo considerado a causa de todos os problemas nacionais. Aumentou-se a necessidade de difundir, entrando em cena o entusiasmo pela educação. Esta, além de alinhar o Brasil às nações desenvolvidas, era também para ampliar as bases eleitorais do grupo urbano industrial, que vinha crescendo significativamente. (CORDEIRO, 2007, p.50).

Em 1935 a Colônia passou a realizar atividades religiosas regulares quando chegou um pastor na localidade. O primeiro grupo escolar instalado na cidade de Castro foi em 1904. Em Carambeí os colonos formaram uma escola na segunda década do século passado, mantendo relações com a Igreja. Traziam professores e material escolar para garantir a educação dos filhos. A carência de oferta de educação no país e a preocupação com a religião e com a educação levaram os colonos a buscar alternativas para seus filhos, e então se criou a Escola Carambeí-Pilatus, no município de Carambeí, no estado do Paraná.

Abreu (2013) mapeou as organizações escolares na Primeira República, analisando-as com enfoque nas estratégias de escolarização primária. A autora procurou entender como as cidades do interior paulista se organizaram para atender à imposição legal da lei da obrigatoriedade do ensino de 1874. O recorte temporal de 1889 a 1920 foi justificado por ser uma fase de efervescência na República e especialmente, pela difusão da escola primária, em 1920. Foi utilizado o recurso da micro-história que possibilitou identificar a criação dos grupos escolares, a expansão das escolas isoladas, as iniciativas particulares implementadas e os sujeitos que circularam nesses espaços.

Segundo Valle (2002) o período republicano foi considerado como uma continuação da monarquia, ou seja, o primeiro se deu de forma muito delicada, sem posturas fortes e concretas de república, deixando intensas marcas do período monárquico. Isso significa, por exemplo, que a sociedade nesse espaço de tempo não tinha o direito à democracia, sendo a falta dessa uma característica da monarquia, a ausência de tal direito dificultava a possibilidade de as escolas formarem cidadãos, sendo assim também não havia “igualdade política” (VALLE, 2002, p. 29). Os primeiros anos da República não foram um avanço em termos de educação, o governo republicano simplesmente se isentou da responsabilidade de oferecer educação para todos tornando-a facultativa.

A educação durante o período republicano serviu para garantir os interesses “nacionais”, que na verdade defendia o que era vantajoso à elite, por meio da tentativa de “combater a militância operária” (VALLE, 2002, p. 33). Portanto, a educação segundo Valle (2002) era contaminada por tais ideais, sendo assim, o conceito de nacionalismo pregado pela educação tinha um caráter elitista, de forma que, se todos tivessem acesso à educação dificultaria a submissão da militância operária à elite dominante, uma vez que o acesso à educação resultaria em uma participação política igualitária, por isso não era interessante que a educação fosse obrigatória, o que vem de acordo com Foucault (1977, p. 23) ao afirmar que “uma dominação de classe [...] ou uma estrutura de Estado só podem bem funcionar se há, na base, essas pequenas relações de poder”.

A escolarização primária nas cidades do interior, entretanto, não estava centrada nos grupos escolares:

No início do período republicano, Rio Claro, como muitas outras do interior do Estado, passou por diversas transformações, experimentando um acelerado desenvolvimento como produtora de café e com a chegada da linha férrea. O oeste paulista, região na qual se encontra Rio Claro, também se destacou pela participação na política regional. (ABREU, 2013, p. 18).

O mapeamento realizado pela autora versou sobre as estratégias de escolarização primária da cidade, a fim de identificar os costumes, as tradições locais e, evidentemente, sobre as escolas:

Na cidade de Rio Claro, foi possível localizar um número expressivo de iniciativas públicas de escolarização primária. Em levantamento, realizado entre os anos 1889 e 1920, foram encontrados 03 (três) grupos escolares, 02 (dois) estaduais e 01 (um) municipal; 64 (sessenta e quatro) escolas isoladas, 52 (cinquenta e dois) estaduais e 14 (quatorze) municipais. Desta forma, as iniciativas públicas totalizavam 67 (sessenta e sete) escolas. (ABREU, 2013, p. 89).

Segundo a autora, mesmo havendo um número aparentemente grande de escolas, elas não eram suficientes para atender a demanda, as leis de obrigatoriedade do ensino não eram cumpridas no início, assim os grupos escolares eram importantes para efetivar a escolarização das crianças, porém, havia relevância da presença das escolas isoladas.

Para o ideário republicano era preciso educar as massas, implantar o nacionalismo e, com esses objetivos, a educação tornou-se responsabilidade do Estado. Para tanto, foi preciso convencer as pessoas de que a educação pública era necessária e, mais ainda, convencer os pais sobre a importância e a obrigatoriedade de manter seus filhos na escola.

Em 1940 a grande maioria das crianças em idade escolar estava nas escolas na zona urbana, algumas persistiam outras desistiam, mas o número de estudantes como ficou evidenciado era superior aos da zona rural.

Nos anos de 1950 quando o Estado fez um esforço extensivo para expandir a rede pública de ensino, tanto primária quanto a ginásial, o fez com base na precariedade, como a ausência de prédios próprios, a escassa formação de professores, salários defasados, entre outros; quadro que se perpetuou até os anos de 1980.

Antes dos anos de 1980, e após a Segunda Guerra Mundial, os fatores econômicos ganharam destaque no Brasil, com isso as campanhas políticas usavam a educação como *slogan*, relacionando-a com a melhoria da economia do país. Com essas iniciativas a educação foi se tornando parte do cotidiano de muitos brasileiros, mesmo em meio às dificuldades e com a ajuda de algumas entidades religiosas. A cidade de Palotina no Paraná é um exemplo do esforço e influência dos palotinos. A Sociedade Vicente Pallotti se expandiu rapidamente no Oeste do Paraná e no Mato Grosso graças à “integração com as colonizadoras da região” (FREITAG, 2011, p. 23). A “boa” relação dos palotinos com as colonizadoras foi um fator impulsionador para acelerar o trabalho missionário.

1.2.2 A institucionalização da educação em Mato Grosso

O objetivo neste tópico foi descrever a institucionalização da educação em Mato Grosso, com ênfase na educação primária.

Segundo Monteiro (2011), a primeira Reforma Republicana da Instrução Pública em Mato Grosso, foi o Decreto nº 10, de 07 de novembro de 1891, promulgado no governo de Manoel José Murtinho, que constituía normas para os níveis de ensino primário e secundário no Estado.

A educação públicano término do século XIX tinha adquirido evidência no campo político, como nunca havia ocorrido. A aspiração pelo desenvolvimento da instrução era movida pelo interesse do progresso e de modernização do Brasil: “A educação escolarizada, passou a ser considerada como uma estratégia de regeneração da população, um instrumento de reforma social e um dispositivo propulsor do progresso” (MONTEIRO, 2011, p. 19).

Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911) assumiu a presidência do estado de Mato Grosso no início do século XX. Pedro Celestino teve como um de seus objetivos, enquanto governou industrializar o estado de Mato Grosso. Para que esse objetivo se concretizasse, afirmava-se a necessidade de modernização no sistema escolar, visto que a precariedade era intensa, por isso o então governador fez uma reforma no ensino primário, iniciada com a implantação dos grupos escolares, por meio do Decreto nº 265, de 22 de outubro de 1910, promulgado na primeira década do século XX, no qual havia a afirmação de que o futuro da “educação popular” era fundamental para o progresso da nação. Dessa forma Pedro Celestino conseguiu aumentar o número de escolas isoladas e, conseqüentemente, o número de crianças matriculadas.

A segunda metade do século XX foi um momento importante para Mato Grosso, visto que houve um intenso movimento migratório de pessoas advindas de diversas partes do país, que se fixaram em localidades que posteriormente se tornaram cidades. Para os migrantes, em sua maioria nordestinos, estava se concretizando o “sonho de uma vida digna”, um futuro próspero, em um lugar de terra fértil.

O ensino primário se tornou gratuito e obrigatório no Brasil a partir da promulgação da Constituição de 1934, no entanto, não deixou de ser um problema ao governo do estado, como evidenciado na citação a seguir:

[...] Distribuir escolas numa imensa, entre população de densidade tão apoucada, é o empreendimento mais penoso que ao Departamento de Educação e Cultura, o órgão responsável por esse importante setor de

administração, cumpre realizar. E quando atentamos que à escola cabe a função de instruir e de educar, isto é, preparar na infância homens aptos para a vida, equaciona-se, então, o seu problema culminante que é o do professor a quem cabe a execução dessa magna tarefa. Porque ensinar, mesmo que sejam noções apenas dos programas de ensino, implica ter conhecimento que não se cifram somente à leitura, à escrita e à contabilidade, mas de higiene, saúde, domínio da terra dos assuntos sociais mais de interesse da coletividade em que atua o professor, a quem também não se dispensou o senso psicológico. Recrutar elementos portadores desses predicados, numa terra onde as aptidões são chamadas a atividades mais atraentes quer sob o aspecto da labuta, quer sob o prisma econômico, é o cruciente trabalho quer se depara à administração. (MATO GROSSO/MENSAGEM, 1952 *apud* FURTADO; PINTO, 2013, p.6).

Segundo uma análise feita por Oliveira (2009) as relações entre migração e escolarização em Mato Grosso no período de 1964 a 1976 se deu de forma que a organização inicial das instituições escolares ocorreu pela própria população pensando em seus filhos e em um futuro próspero.

A partir de 1950, a “Marcha para o Oeste” marcou o processo de colonização que atraiu migrantes de vários estados brasileiros, marcando ainda mais o processo de institucionalização da educação em Mato Grosso. As relações sociais do contexto histórico de Mato Grosso podem ser expressas pelas instituições escolares:

[...] Um dos elementos constitutivos nas propagandas e de atração de migrantes é a presença de escolas. A escola, para o migrante, seria a materialidade da garantia de um futuro próspero. O ensino que esta escola poderia oferecer, não era posto em discussão, mas cobrava-se a efetiva existência de um espaço físico em que ocorresse uma relação de ensino do professor para com o aluno. (OLIVEIRA, 2009, pp.31-32).

Segundo o autor o processo de colonização de Mato Grosso foi um marco impulsionador da institucionalização da educação no referido estado ou, ainda, contribuiu para que a ocupação pudesse ocorrer.

A educação em Fátima do Sul se organizou por iniciativa da comunidade sendo logo depois assumida pela Igreja com a chegada dos padres palotinos, e não como instrução ou educação pública. A institucionalização da educação no município não se iniciou com os grupos escolares, tendo esse modelo de escola iniciado em 1959, com o Grupo Escolar Isabel Mesquita.

1.3 O início da educação institucionalizada e da alfabetização no município de Fátima do Sul

Este tópico analisou o início da educação institucionalizada no município de Fátima do Sul e a maneira como esta foi “usada” na Campanha “Marcha para Oeste”, como um atrativo para os migrantes.

Os discursos em circulação na primeira metade do século passado, que preconizavam a necessidade de escolarizar as crianças como condição ao “desenvolvimento” e ao “progresso” da nação eram quase consensuais. Essa “verdade” tornou-se condição à fixação de migrantes colonos nas regiões de colonização no estado. Adotamos essa proposição como elemento explicativo ao aparecimento da alfabetização em Vila Brasil, depois denominada Fátima do Sul, e sua posterior institucionalização.

A educação em Fátima do Sul foi vista como sinônimo de “progresso”, pois compactuava com a ideia da necessidade de educar a população e serviu de atrativo para fixar as pessoas que iriam participar da colonização dessa Região do país.

A escolarização que se propagou no Brasil estava voltada para atender as indústrias, uma vez que se precisava de mão de obra barata e qualificada. Segundo Freitas e Biccas (2009, p. 139), “Na década de 1950 no Brasil alguns diagnósticos políticos chegaram a colocar em dúvida a possibilidade de o país industrializar-se com os níveis educacionais que apresentava”. Assim, para que houvesse um crescimento econômico e diminuíssem as taxas de desemprego, havia certo consenso de que seria preciso “diplomar a população”:

Estava em andamento um processo de expansão crescente do acesso à escolarização. A ‘razão desenvolvimentista’, porém, impregnava a maioria das análises em circulação e estas se esforçavam em demonstrar que sem outros números educacionais sequer capitalistas teríamos em lugar tão atrasado, ou melhor, em lugar tão subdesenvolvido. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 140).

Segundo essa a lógica, Mato Grosso, visto como um lugar “atrasado” precisava de educação escolar para se modernizar e para atrair os migrantes.

Mesmo “[...] num cenário em que o idioma da economia predominava, também aflorava uma forma, por assim dizer, singular de pensar a escola, sua ‘anatomia’ e seu modo próprio de ser” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 142). Os autores se referem ao âmbito nacional como um todo, mas esse cenário ecoou em diferentes estados.

A instituição escolar era um elemento que firmava a garantia de um futuro promissor, relacionada aos interesses capitalistas da colonização, como evidenciaremos ao analisar o momento inicial da institucionalização em Fátima do Sul, no próximo capítulo.

A institucionalização da educação no Brasil tornou-se necessária ao longo do processo de implementação da atividade industrial, a fim de obter mão de obra. A educação escolarizada era propagada como condição para alavancar melhoria na economia do país. Com isso a educação foi se institucionalizando e a instrução pública se “modernizando”, porém, esse acontecimento não cessou os problemas educacionais.

Os grupos escolares representavam o modelo moderno de instituição escolar, tendo em São Paulo a maior rede de escolas públicas desde a Primeira República. No entanto, mesmo considerados modelo de modernidade, não estavam presentes em todas as cidades e em vários dos locais onde funcionavam eram em geral “desestruturados”.

Como podemos perceber no decorrer do texto, a institucionalização da educação em Mato Grosso foi impulsionada durante o governo de Pedro Celestino Corrêa da Costa (1908-1911) então presidente do Estado. Mais uma vez o intuito de modernização era propugnado como fator primordial. Porém, não se tratava propriamente de industrializar. O interesse era o de transformar o estado em uma potência econômica no cultivo de grãos, aspecto que pareceu importante para que o governo iniciasse a “modernização” do sistema escolar.

Além do impulso dado por Pedro Celestino, o processo de institucionalização escolar também se deu e com grande ênfase em decorrência da mencionada Campanha “Marcha para o Oeste”. Entretanto, assim como em outros estados brasileiros, o ensino primário não deixou de ser um problema, na perspectiva de compará-lo a outros estados considerados desenvolvidos.

As escolas rurais predominavam no final da Primeira República em Mato Grosso, isso em relação às escolas urbanas, porém, o fato de as escolas rurais serem em maioria no estado, não era sinônimo de qualidade:

Talvez essa decadência da escola rural pudesse estar associada ao fato de não ter recebido a atenção devida do poder público de Mato Grosso. Não se pode esquecer que a escolarização rural somente foi mencionada em três momentos, nos documentos oficiais de Mato Grosso durante a Primeira República. O primeiro é o relatório do professor da Escola Mista de Lagunita (MATO GROSSO, 1916), de Ponta Porã, enviado ao inspetor daquele período; o segundo, na reforma da Instrução Pública, em 1927, quando deixam oficialmente de ser designadas de escolas isoladas, para serem classificadas como escolas rurais; e nos relatórios e mensagens a partir de 1930, de forma mais precisa e pontual. (PAES, 2011 *apud* FURTADO; PINTO, 2013, p.7).

Como apontado no início desta parte, o processo de institucionalização da educação no município de Fátima do Sul foi um importante atrativo para os migrantes. Os impulsionadores

desse processo foram os padres Palotinos, com a ajuda do governo, de organizações internacionais e da própria população.

Segundo Santos (2007, p. 56), o poder público tinha interesse:

[...] em favorecer as acomodações da Igreja Católica. Não havia de forma declarada qualquer restrição a outras religiões, no entanto percebe-se que, as articulações entre o catolicismo e o governo ficaram mais evidentes. [...] Alguns fatores possivelmente contribuíram para esse bom entrosamento, o próprio tradicionalismo secular de proximidade entre a Igreja católica e o Estado. Como exemplo dessa tradição cabe destacar o ato de se utilizar a cruz como marco da criação da Colônia Agrícola; outro aspecto relevante reside no fato de que um significativo número de colonos era de origem nordestina, região onde o catolicismo [...] é predominante.

A estreita relação entre governo de estado e Igreja poderia basear-se em interesses mútuos. O ensino primário era obrigação do Estado, no entanto a Igreja Católica, como missionária, tomou como partido a educação (entre outras ações). O Estado ao permitir que a Igreja ofertasse educação teria um gasto menor, pois um subsídio cedido à Igreja seria o suficiente para cumprir com sua obrigação de ofertá-la. Ao mesmo tempo, a Igreja também se beneficiava, pois poderia acompanhar de perto a educação dos filhos dos colonos e disseminar com maior eficiência o ideário religioso. Devemos ainda mencionar o fato de a população ser em sua maioria católica. Além disso, segundo Hilsdorf (2003), os deputados faziam “favores” às vésperas de eleições em troca de votos, como por exemplo, a oferta de vagas em escolas.

Não foi possível detalhar mais a Missão recebeu ajuda financeira de fora do país. As informações sobre ajudas internacionais anotadas no *Livro do Tombo* (1966, p. 20- 21), acenam para esse tipo de apoio:

Visita do Pe. Guido Corcich SAC. Aos 19 de Setembro de 1966 recebemos a grata visita do Pe. Guido Corcich SAC., vice-provincial da Província Palotina ‘Imaculada Conceição’ dos Estados Unidos da América do Norte, o qual se fazia acompanhados de 3 médicos especialistas e um jornalista, americanos. O fim da visita, que já é a segunda, foi conhecer ‘in loco’ as necessidades mais prementes da Missão Palotina de Mato Grosso, especialmente quanto à saúde e educação, para na medida do possível nos ajudar, dos Estados Unidos. A visita durou 8 dias.

No *Livro do Tombo* (1969), há informação de que na terceira visita do Pe. Guido Corcich à Fátima do Sul o acompanhou um jornalista, um dentista e dois médicos. Esses permaneceram na Região do dia 04 ao dia 11 de março de 1969 e segundo o Pe. Amadeu Amadori o Pe. Guido Corcich:

[...] É um grande benfeitor das obras Sociais da Paróquia. A ele deve-se em parte a construção do Prédio do Instituto D. Pedro II parte da Maternidade e parte da casa Paroquial. Já enviou para Fátima do Sul diversas remessas de

medicamentos para a pobreza. A ele deve-se também a compra do Campo Experimental em Fátima do Sul- Vila Brasilândia. Ajudou muito também as paróquias de Vicentina, Glória de Dourados e Amambai. (LIVRO DO TOMBO, 1969, pp. 26- 27).

Segundo o padre Girardi (2014), os palotinos pensaram não só na vida espiritual, mas também na material. Encontramos um trecho que afirma: “[...] aconteceu também àquela transformação que constitui o verdadeiro progresso: a educação, a evangelização, a humanização” (REVISTA RAINHA, 1979, p. 8).

Podemos observar que a educação era um empreendimento valorizado e decisivo para se alcançar o chamado “progresso” (aspecto abordado no segundo capítulo).

1.3.1 A chegada dos padres palotinos em Fátima do Sul

Este tópico objetivou identificar e analisar a história da chegada dos palotinos no Estado e em Fátima do Sul e sua relação com o processo de colonização e de educação escolar.

Os padres palotinos chegaram ao Brasil em 24 de julho de 1886, por influência dos imigrantes italianos, no Vale Vêneto, Rio Grande do Sul-RS, para “atender” aos colonos. Posteriormente, se expandiram para outras cidades do Rio Grande do Sul e fixaram-se no Brasil.

Em 1954 os Palotinos partiram para os estados do Paraná e Mato Grosso. No Paraná a cidade de Palotina recebeu esse nome em homenagem a São Vicente Pallotti¹¹. Os estados do Amazonas e de Rondônia também tiveram a presença dos Palotinos.

A partir de 1954, a ordem dos padres Palotinos se estabeleceu na região da Grande Dourados advinda da província de “Nossa Senhora Conquistadora”, que se localizava em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Com a intensificação do processo de da colonização, a congregação foi residir à margem esquerda do Rio Dourados, região da atual cidade de Fátima do Sul, com o intuito de evangelizar.

Com o tempo os padres passaram a realizar outras ações, incluindo o campo da educação escolar, como a criação da primeira escola denominada Escola Vicente Pallotti e fundada em 1957:

¹¹ Vincenzo Vicente Pallotti (Roma, 21 de abril de 1795 — Roma, 22 de janeiro de 1850) foi um presbítero católico italiano. Foi ordenado padre em 1818 aos 23 anos. Com a sua vida espiritual, suas múltiplas atividades apostólicas e a realização profética do apostolado, influiu de modo relevante na história da Igreja no século XIX. Foi teólogo e doutor em filosofia, excelente professor e confessor. Era pastor de prisioneiros e doentes. Fundou escolas noturnas e abrigos para jovens; organizaram atividades de ajuda e de socorro para os lavradores das vizinhanças de Roma, que viviam na mais absoluta miséria, conhecido por todos os mendigos, pelos doentes e pelas vítimas das pestes (Retirado de Portal Pallotti).

A chamada ‘Era Vargas’ foi um período deveras complexo na vida brasileira. A Igreja Católica viu a possibilidade da abertura de um espaço real para a redefinição de sua situação dentro da sociedade civil e com os grupos instalados no poder. Ao longo da década de 1930, esta prestou seu apoio ao fortalecimento do Estado, principalmente diante da ameaça do crescimento do movimento operário, e criou uma série de organizações católicas no intuito de formar intelectuais católicos [...] Nesse período houve uma aliança tácita entre a Igreja e o Estado, numa estratégia em busca de resultados. [...] Vargas permitiu a abertura do poder a grupos intelectuais católicos, que passaram a ocupar posições decisórias no Estado. Ao mesmo tempo, a instituição clerical conseguiu colaborar para a manutenção e a legitimação do poder existente, por meio de um moralismo católico. Nessa medida, ambos fortaleceram-se dentro da sociedade brasileira. [...] Também houve um esforço considerável da elite decisória em direção à construção de uma representação do trabalho e do trabalhador, no encaminhamento do discurso e a ação rumo a uma estratégia disciplinar, ordeira e longe dos vícios mundanos. Ao invés da preguiça, do consumo de bebidas alcoólicas e das reivindicações através da luta de classes, haveria uma série de concessões de direitos trabalhistas, ou que levaria ao engrandecimento do Brasil. A Igreja ajudou a fortalecer essa linha de ação. (AMARAL, 2005, p. 17).

A ação comunista é totalmente contrária à doutrina católica, o que fez com que as autoridades clericais se aliassem ao Estado, mais precisamente enquanto governava o então presidente Getúlio Vargas, para que juntos por meio de estratégias comuns pudessem anteparar a ameaça comunista. Segundo Amaral (2005), o clero brasileiro obteve bons resultados durante os 15 anos de aliança com o Estado, porém, não conseguiu atingir todas as suas exigências. O mais importante, que seria o impedimento das lutas de classes foi alcançado, além de evitar que muitos católicos procurassem outras religiões; por isso se fixar na região da CAND era considerado importante, sendo delegado aos palotinos fazer à missão em Fátima do Sul:

A CAND era vista como um lugar de desafios e de missões. Na visão católica, as populações rurais estariam distantes das visões distorcidas e contaminadas da vida urbana. O ato de lidar com a terra aproximaria o homem de Deus. Nessa medida, os Palotinos estabeleceram-se na região com os objetivos de reavivar a fé e reacender a caridade entre os católicos e formar um homem apostólico, com uma família apostólica, frequentando uma escola apostólica e uma igreja apostólica. Era preciso educar pela transformação de valores morais e éticos do educando, que buscava torná-lo apto a participar na vida em sociedade e transformá-la num mundo melhor. (AMARAL, 2005, p. 75).

A *Revista Rainha* (1979) fez uma homenagem aos 25 anos da Missão palotina em Mato Grosso, comemorando seu Jubileu de Prata. A seguir transcrevemos uma mensagem do Pe. Ilvo Santo Roratto, no Editorial de Abertura:

Visando prestar assistência religiosa aos colonos que então afluíam em levas do norte, do sul, do leste e do oeste, em busca de terras, os nossos missionários para lá se dirigiram em maio de 1954. Instalaram-se inicialmente na região dos campos de Amambai, na divisa com o Paraguai e o Paraná. A seguir, procurando acompanhar os colonos, internaram-se nas florestas da então colônia Federal de Dourados. Foram anos de dureza, de heroísmo, à sombra das matas seculares, onde faltavam até as coisas mais indispensáveis. Mas à sua passagem sofrida e laboriosa foram surgindo às primeiras comunidades. Cinco delas são hoje paróquias cheias de vida, sementeiras viçosas de Evangelho, de Fé e de Graça. (REVISTA RAINHA/CAPA, 1979).

A mesma *Revista* (1979, p. 4) traz o seguinte enunciado: “NO PRINCÍPIO ERA A SELVA” (grifo do original). Com tal afirmação a *Revista* anuncia que graças aos esforços dos palotinos o lugar que era apenas mata passou a ser habitável. Sendo assim, o governo e a Igreja tomaram para si a colonização daquelas terras. Segundo o periódico, os 25 anos de missões palotinas fez nascer cidades e vilas e junto a essas, escolas, igrejas entre várias outras obras sociais. Utilizando-se de “boas obras” a Igreja conseguiu com o apoio do Estado a perseverança de um número expressivo de fiéis, além de afastar a chamada “ameaça comunista”.

Na *Revista Rainha* (1979) há um artigo do Pe. Ládio Luiz Girardi com relatos da entrada dos palotinos em Mato Grosso, segundo esse texto os padres chegaram ao início da década de 1950, pois a Província Nossa Senhora Conquistadora considerava importante ampliar seu campo de apostolado. Em 1953 estavam em São Miguel D’Oeste, quando foram avisados pelo prefeito Olímpio Dalmagro do início de uma colonização em Piquiri, no estado do Paraná. Conversaram com o bispo de Toledo para também firmar missão naquela Região, porém, o mesmo demorou a responder levando o padre José Daniel a tomar a decisão de ir para o Mato Grosso trabalhar com os índios em Diamantino. Em Campo Grande, porém, o mesmo se encontrou com o bispo de Corumbá, Dom Orlando que fez a proposta de “dar-lhe muitas paróquias”. Desse modo, “entusiasmado”, o Pe. José Daniel ao invés de ir trabalhar com os índios foi “desbravar as matas” em uma área de colonização:

A entrada na selva se deu em 1954, com os padres José Daniel e Luiz Ventrúsculo. No ano seguinte, outros três lhes seguiram os passos: Genésio Trevisan, José Stefanello e Amadeu Amadori. O início foi duro. Imagine-se o isolamento e a solidão daqueles sertões. Também a pobreza era absoluta, pois faltavam os recursos mais primários. (REVISTA RAINHA, 1979, p. 5).

A paróquia que o Pe. José Daniel teria que criar se situava segundo Amaral (2005, p. 74), “à margem direita do rio Dourados, com uma área de 9.000 km²”. O mesmo iniciou seu trabalho na Igreja de São Pedro e depois em Vila Glória, atual Glória de Dourados.

Primeiramente o Pe. José Daniel morou alguns meses em Amambai (Mato Grosso), indo para a Vila São Pedro em 1954, onde esperaria abrir caminho para o local em que se formaria a única cidade que havia sido planejada pelo projeto de colonização, denominada Glória de Dourados. No entanto, a espera foi longa e com a demora o padre decidiu ir, em 23 de maio de 1955, para um aglomerado de pessoas, onde hoje se localiza a cidade de Vicentina¹².

Em Vila Brasil, atual Fátima do Sul, os colonos já haviam invadido a área do lado direito do Rio Dourados e “[...] em vista do rápido crescimento, no natal de 1956 estabeleceu-se nesta comunidade o Pe. Amadeu Amadori. No ano de 1959 recebeu como companheiro o Pe. José Pascoal Busatto e juntos trabalharam treze anos” (REVISTA RAINHA, 1979, p. 14).

Segundo Amaral (2005, p. 78) o Pe. José Pascoal Busatto,

[...] dinamizou a ação dos religiosos na região com a criação do Movimento Social Palotino, dedicado a oferecer cursos profissionalizantes de datilografia, de corte e costura, de culinária, de hortas comunitárias etc. Não há dúvidas da influência desse religioso na localidade, inclusive na alteração do nome da Vila Brasil para Fátima do Sul.

O Pe. Amadeu Amadori veio da matriz de São Pedro, localizada na Vila São Pedro, distrito de Indápolis, para atender ao povo como coadjutor das paróquias de São Pedro e de Glória de Dourados, com o objetivo de construir uma nova igreja. Segundo Santos (2007, p. 47), “As tradicionais missões, ao longo da história da Igreja católica, têm sido um mecanismo para a expansão de suas ações, garantido assim, influência significativa nos mais diversos meios sociais e contextos históricos em que atuou”.

Em Mato Grosso a atuação “[...] das ordens dos padres franciscanos, palotinos e salesianos, [foram] segmentos clericais que se estabeleceram na região da Grande Dourados, nas décadas de 1940 e 1950”. (SANTOS, 2007, p. 48).

Com a chegada desses missionários na Região, o trabalho da Igreja Católica se expandiu:

A partir de meados da década de 1940, são notáveis os esforços por parte da Igreja Católica para melhor estruturar seus trabalhos na região de Dourados. A estruturação de seus trabalhos dependia, em grande parte, de um número maior de padres. O espaço físico também era uma preocupação. No demonstrativo de despesas da paróquia Nossa Senhora da Imaculada Conceição, referentes ao ano de 1945, apresentados à diocese de Corumbá, estão registrados valores empregados em obras de edificação de capelas. (SANTOS, 2007, p. 49).

¹² Vicentina é um município brasileiro do estado de Mato Grosso do Sul. A cidade se situa próxima a Dourados e Fátima do Sul, cidade à qual é praticamente conurbada. A distância entre as duas é de menos de 10 km centro a centro, o que faz com que compartilhem certos serviços, como transporte por exemplo.

O número de padres era pequeno frente à densidade dos trabalhos a serem realizados, além de a população não atender à expectativa dos missionários, assim,

Na tentativa de contornar o quadro apresentado, a Igreja Católica decidiu investir na criação de escolas, de igrejas, de hospitais, de seminários, de criar associações devocionais e de criar um trabalho assistencialista, ações que tentavam colocar em evidência a importância e o papel do clero e da Igreja na vida da sociedade matogrossense. (AMARAL, 2005, p. 114).

Segundo narrativa do Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2014, p. 1), o interesse dos palotinos em fundar escolas “[...] *era não só de pensar pela vida espiritual, mas também, pelo bem comum da pessoa humana*”. O padre também afirma que a construção de escolas fortalecia a formação de cidades, uma vez que em outros lugares em que os padres fundaram missões:

[...] *e pensaram só pelo espiritual e não pensaram nas escolas, na formação do povo, na capacitação para o trabalho da pessoa humana e o bem-estar do lugar, esses lugares tiveram dificuldade de persistir e de progredir. Eles não conseguiram formar um núcleo urbano e municipal, bem fundamentado e permanente.*

O trabalho dos católicos se expandiu com a ação das ordens religiosas masculinas e femininas. Na capela da Vila São Pedro, inaugurada em 1950, primeiramente trabalharam os franciscanos e, em 1954, os palotinos como foi anteriormente explicitado, pois encontraram a distribuição de terras adiantada.

Segundo Santos (2007), os franciscanos, os palotinos e os salesianos que chegaram à região em 1950, se empenharam em atender ao colono em questões que se referiam ao espiritual, à pobreza, entre outros aspectos como a educação escolar. No caso dos salesianos, por exemplo, o “projeto de construção de uma escola agrícola foi anunciado assim que os padres chegaram ao local. Para realizar o projeto receberam um lote de terras cedido pela administração da Colônia” (SANTOS, 2007, p. 52- 53).

Desde a década de 1960,

[...] o Mato Grosso passou a ser visto como uma terra de colonização e fortemente atrativa para aqueles que estivessem em dificuldades nos locais em que viviam. Os religiosos que quisessem atuar nesse espaço precisavam preparar-se para o encontro com a fome, a falta de moradia, as doenças, a falta de higiene e de conforto etc. Via-se claramente que os governos federal e estadual não se encontravam estruturados para oferecer o suporte necessário para tamanho trânsito de pessoas. (AMARAL, 2005, p. 94).

Na mesma década, os palotinos instalados e atuando em Vila Brasil, haviam investido na criação da Paróquia e de uma escola. A participação da instituição escolar nos desfiles cívicos era associada à ideia de “progresso” em circulação.

Figura 7-Desfile cívico (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na *Figura 7* uma criança é fotografada dirigindo um pequeno trator, fazendo referencia ao cultivo da terra e o “caminho ao progresso”, que pode ser conquistado com a força do trabalho.

A Revista Rainha (1979, p. 10) registra os feitos palotinos também os associando a noção de progresso:

E tenho a alegria de poder afirmar que em todo o progresso havido naquelas comunidades esteve presente o incansável empenho dos padres palotinos. Alguns deles já tomaram e bateram às portas do paraíso, porém o amor, que os levou a consumirem suas vidas em benefício daquela gente, não se apagou. São lembrados como fundadores e, no desejo de torná-los ainda mais presentes, quer o povo construir-lhes monumentos e batizar com seus nomes as obras mais expressivas da comunidade (REVISTA RAINHA, 1979, p. 10).

Na citação há “enunciados efetivos”, seguindo Foucault (2008, p. 29), isto é, aqueles que aparecem, ou seja, são escritos ou falados. Durante o início da colonização havia uma chamada sobre o “progresso” referente à força de trabalho, que poderia se realizar na Região; sendo assim, a *Revista Rainha* se apropriou e fez circular esse enunciado presente em diferentes discursos para afirmar o “incansável” esforço dos padres palotinos e a relação de seus feitos com “todo o progresso naquelas comunidades”.

Os pontos que abarcam a presença da Igreja na Colônia são expressivos, especialmente se levar em conta a figura do colono, como “principal personagem”:

A Igreja passou a integrar o cotidiano daquela população que participava do processo de formação de uma nova sociedade. Embora a Igreja tivesse seus propósitos como a expansão de seus trabalhos, é importante considerar que ela servia aos propósitos dos colonos, tanto no campo religioso, com a manutenção de sua fé, como na construção dos valores materiais indispensáveis para sua acomodação no local que tinham escolhido para começar uma nova vida. (SANTOS, 2007, pp. 59- 60).

Considerando o depoimento do Pe. Ládio e as análises de Santos (2007) pode-se afirmar que o interesse dos palotinos pela educação escolar ocorreu não somente para que a população conhecesse a “palavra de Deus”, mas por acreditarem ser tal ensinamento indispensável e condição para a “manutenção da vida terrena”.

Estudos evidenciam que os trabalhos palotinos estiveram ligados ao atendimento de necessidades da população pobre e seus veículos de divulgação escrita, como o Jornal ELO e a Revista Rainha, descreviam a CAND como “local onde reinava a pobreza”, justificando suas ações junto aos moradores da Colônia:

O trabalho dos Palotinos foi visto, de maneira geral, pela administração do Núcleo Colonial de Dourados como positivo, pois os padres colaboravam na distribuição de sementes, de medicamentos e ajudavam na manutenção da ordem interna. Por outro lado, todos os relatos publicados pelos religiosos na imprensa e no jornal Elo, mostram que os mesmos viam a CAND e sua população como um local onde reinava a pobreza, e a culpa disso é que faltavam escolas, igrejas católicas, conhecimentos agrícolas, higiene e assistência médica (AMARAL, 2005, p. 79).

A visão Palotina estava amplamente apoiada nos discursos da época, que consideravam a educação (escolar, religiosa, para o trabalho) e a saúde, como condições para melhorar a vida material e espiritual dos colonos, por isso o investimento em educação foi constante e se iniciaram com a paróquia que logo se tornou escola também, como trado no s próximos capítulos. Desse modo atendiam seus interesses, mas, também, os do governo do Estado, que tinha obrigação de oferecer escolas e ensino primário à população; por isso era justificado o subsidio com recursos e pessoal oferecido a instituições religiosas.

No próximo Capítulo o objetivo foi estabelecer uma aproximação da educação escolar na ocupação e organização da cidade, analisando como a distribuição espacial inscrita na arquitetura escolar constituiu-se como elemento do programa educativo.

CAPÍTULO II

OS ESPAÇOS-TEMPOS E A ARQUITETURA COMO PROGRAMA: AS TRANSFORMAÇÕES NA ESCOLA PAROQUIAL VICENTE PALLOTTI (1957 a 1974)

Este Capítulo analisou como a arquitetura, com sua distribuição espaço-temporal, constitui-se elemento material da institucionalização da educação e parte da programação da Instituição estudada: a escola Paroquial Vicente Pallotti.

Como fontes foram utilizadas, em especial, fotografias da escola encontradas no *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka* (2016). Tivemos acesso a vinte e duas fotografias, sendo uma delas referente ao início de seu funcionamento na Capela Nossa Senhora Aparecida, três referentes ao campo de futebol da escola, uma do pátio, quando já funcionava no Instituto D. Pedro II, quatro do interior da escola, nove dos alunos na frente da escola, uma apenas com os professores à frente da mesma, juntamente com o padre José Pascoal Busatto e três que se referem às comemorações cívicas. Além dessa fonte, um questionário foi entregue a ex-alunas e a um ex- professor da Instituição, algumas informações foram retiradas do *Livro do Tombo* (2016), que se encontra na secretaria da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima, município de Fátima do Sul e um mapa da cidade encontrado na prefeitura municipal da mesma (PREFEITURA, 2016).

O funcionamento das instituições escolares é a materialidade das múltiplas formas de conhecimento. Foi preciso que houvesse adaptação a diversas normas e condições e, disso, a manutenção do foco de imbuir as pessoas a fazerem parte de um determinado grupo.

Segundo Carvalho (2014, p.106), “Afirmar que uma escola é uma instituição significa pensá-la como um foco de experiência concreto, por onde as formas de saber, as matrizes de comportamento e os modos possíveis de ser dos sujeitos confluem, para definir um número de estratégias específicas”. Para o alcance do objetivo proposto foi preciso uma aproximação das iniciativas de alfabetizar as crianças, filhos de colonos, em Fátima do Sul, MT, no ano de 1955, sobre os espaços destinados à Escola Paroquial na primeira década de seu funcionamento, até sua inserção no prédio Instituto D. Pedro II.

2.1 Instituição escolar: de ausência à naturalização

Na atualidade as instituições escolares são vistas como algo natural. É “comum” andarmos pelas cidades e encontrarmos escolas em diversos bairros uma vez que conforme a legislação educacional do país é obrigatório que as crianças frequentem as escolas regularmente.

A obrigatoriedade é uma das formas de fazer com que “todos” os sujeitos não só tenham acesso, mas se sintam compromissados com a educação. Porém, a frequência escolar não foi sempre encarada com “naturalidade”, houve um longo processo de transformações para que essa instituição se tornasse uma realidade e fosse algo naturalizado na formação das crianças.

Sempre existiram maneiras de transmitir hábitos, valores, conhecimentos, enfim, aquilo que se pretendia que as próximas gerações aprendessem, porém sem a existência de instituições que fossem específicas para essa prática. Havia diferentes formas de educação desde o século XVI, mas foi somente no século XX que começaram a surgir as instituições escolares públicas semelhantes as que conhecemos hoje.

Foi a partir do século XVI que começou a surgir e a instrumentalizar uma sequência de dispositivos que culminaram em outras formas de governar a infância. Segundo Varela e Alvarez-Uría (1991, p. 15) as condições que permitiram o aparecimento da escola foram:

1. A definição de um estatuto da infância.
2. A emergência de um espaço específico destinado à educação das crianças.
3. O surgimento de um corpo de especialistas da infância dotados de tecnologias específicas e de ‘elaborados’ códigos teóricos.
4. A destruição de outros modos de educação.
5. A institucionalização propriamente dita da escola: a imposição da obrigatoriedade escolar decretada pelos poderes públicos e sancionada por leis¹³.

Definir um “estatuto da infância” fez com que as pessoas olhassem para as crianças de forma diferente; trouxe a ideia de que essas precisavam e tinham o direito de serem não só cuidadas, mas educadas. Com essa valorização da criança, passou-se a delimitar um espaço destinado à educação das mesmas e, também, definiu a necessidade de pessoas habilitadas

¹³ 1. La definición de un estatuto de la infancia. 2. La emergencia de un espacio específico destinado a la educación de los niños. 3. La aparición de un cuerpo de especialistas de la infancia dotados de tecnologías específicas y de ‘elaborados’ códigos teóricos. 4. La destrucción de otros modos de educación. 5. La institucionalización propiamente dicha de la escuela: la imposición de la obligatoriedad escolar decretada por los poderes públicos y sancionada por leyes (VARELA, ALVAREZ-URÍA, 1991, p.15).

para educá-las. Nesses termos foram surgindo os profissionais específicos para educar as crianças e, à medida que atuavam na área, foram aperfeiçoando as práticas pedagógicas para melhor atender-las e moldá-las. Assim, não era mais tão comum ter crianças recebendo educação em casa, visto que havia a “novidade” da instituição educativa, tida cada vez mais como “o” melhor lugar para educar a infância. As formas de educação antes comuns foram desaparecendo e dando lugar a novas técnicas, passando a ser institucionalizadas.

Segundo Ziliani (2009, p. 2), para que a

[...] educação escolarizada se instituisse e se tornasse ‘o’ espaço-tempo de transmissão de saber, foi preciso que fosse objetivada como a ‘melhor’ alternativa à educação de crianças e jovens e não como uma dentre outras formas possíveis. Isto é, foi preciso que as demais formas de transmissão e de formação fossem objetivadas como desqualificadas para essa função. Foram essas objetivações, que implicaram uma operação em diferentes campos, que permitiram sua invenção, implantação e imposição nos dois últimos séculos.

Tal afirmação, entretanto, não significa que de imediato todas as crianças passaram a frequentar a instituição escolar, pois muitas eram submetidas ao trabalho para ajudar nas despesas de casa. O trabalho geralmente ocorria no núcleo familiar, nas lavouras, enfim, o fato é que para que as crianças frequentassem regularmente uma escola era preciso algo mais do que criar este tipo de instituição, por isso passou a ser proibido o trabalho infantil até os dez anos, como vimos na citação de Varela e Alvarez-Uría (1991), passando a ser exigido que a educação escolar fosse obrigatória.

Como se pode perceber, houve um longo processo de transformações para que a instituição escolar surgisse e se tornasse espaço privilegiado de educação das crianças. A disseminação desse discurso como verdade contribuiu para o aparecimento de instituições escolares. Nesse processo ressaltam-se os jogos de forças envolvidos, de um lado os moralistas e de outro os homens da Igreja, do Renascimento.

Para um melhor entendimento, esses acontecimentos inscrevem-se no momento em que “[...] começam a se configurar os Estados administrativos modernos” (VARELA; URÍA, 1991, p.15); os moralistas e os homens da igreja tentaram por meio da educação “moldar e governar as crianças” de acordo com seus princípios e objetivos.

Varela (1992) trata sobre a conexão existente entre o processo de individualização e os modos de educação. As formas de educação que se produziram a partir do século XVI, com a definição de infância, impulsionaram a educação institucional, “[...] predominantemente urbana e elitista que encontrou uma de suas figuras paradigmáticas nos colégios jesuítas supôs

a elaboração de uma pedagogia que [...] se movia e transmitia seguindo uma nova concepção do espaço e do tempo” (VARELA, 1992, p. 81).

Essas instituições educativas tinham caráter regulador e disciplinar, “[...] as pedagogias disciplinares fazem das instituições educativas instituições examinadoras, espaços de observação eminentemente normalizadores e normativos” (VARELA, 1992, p. 85). As pedagogias disciplinares são práticas de poder que por meio da atividade do processo de aprendizagem, entre elas as repetições, as correções e os castigos, obtêm o objetivo de moldar e disciplinar.

Podemos então fazer uma crítica, desde esse início, pela ideia de que a escola seria uma “maquinaria” para moldar seus frequentadores. Nesse caso, precisamos nos apoiar em Foucault, pela crítica de Carvalho (2014, p.105), que afirma os “excessos de governo presentes no campo da Educação”.

Toda instituição traça limites em torno dos seus frequentadores, o que segundo Carvalho (2014), é sujeitar os seus a um “regime de verdade”, organizando os indivíduos em um espaço determinado; nesse espaço quem é formado, assim o é por algum objetivo. Nesse sentido, a institucionalização dos saberes sempre esteve ligada a formas de governo, por meio de alguma estratégia direcionada às relações entre os indivíduos.

Seguindo Carvalho (2014, p. 108), podemos afirmar que “A concepção de experiência educativa na atualidade está implicada a uma ‘exigência institucional’”, aquilo a que seus frequentadores devem aceitar. O papel do professor é o de transmitir o conhecimento previamente selecionado, moldar e governar, visto que ele está inserido em uma instituição a qual tem por objetivo principal a ação de governar: “Em nossa sociedade institucionalizada, seria pouco compreensível tentar pensar a Educação fora da instituição” (CARVALHO, 2014, p.109).

2.2A Instituição como espaço-tempo educativo

Neste tópico o objetivo foi uma aproximação da concepção de instituição, entendendo o espaço-tempo como uma característica que a configura.

Cada contexto da sociedade é moldado ao longo do tempo, se modifica e se introduz de diferentes maneiras. O espaço e o tempo escolares também são históricos, foram construídos e se transformaram de forma particular no decorrer do tempo da história da educação. Essa diferença fez com que se tornassem uma “provocação” para a educação brasileira, uma dificuldade a ser enfrentada diante do que seria considerado indispensável para o “progresso” da sociedade/população.

Os espaços e os tempos escolares fazem parte da trajetória do processo de escolarização primária no Brasil. Os espaços educacionais se relacionam com a organização temporal. Cada agir em sala de aula passou a ser cronometrado, tudo com seu limite de tempo e de espaço. O espaço aqui corresponde às salas de aula, ao pátio, a biblioteca, enfim, a todo espaço criado especificamente para o ensino, que se materializa no todo da instituição escolar.

Foucault (1994) caracteriza a escola do século XVIII e XIX em países europeus, como um espaço fechado, repleto de uma ordem mantida pelo controle disciplinar, controle que, em suas palavras, tem o poder de “adestrar” os corpos para uma função produtiva no mundo do trabalho.

O espaço-tempo escolar carrega/veicula, há pelo menos um século, o discurso de sua adequação para ministrar o ensino, fator que elevou sua valorização e que possui seu “regime de verdade” próprio.

Os espaços e os tempos como componentes da ordem social e escolar, segundo Vidal e Faria Filho (2000), são próprios e ao mesmo tempo institucionais e é por essa institucionalização que se justifica o controle e o planejamento do tempo e do espaço, que somente são pensados e articulados pela existência de uma instituição. É pela existência da instituição que se justifica a modulação de horários, planos de aula, carteiras, enfim, todo mobiliário e currículo escolar.

Para melhor compreendermos sobre os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil, vamos dialogar sobre as escolas de improviso, as escolas-monumentos e as escolas funcionais.

As Escolas de Improviso são do século XVIII e XIX. Do período colonial restaram-nos poucas escolas régias, como a primeira forma do sistema de ensino público no Brasil, pertencente ao Estado e não mais à Igreja. Os professores em sua maioria não tinham uma “formação acadêmica” para exercer tal função, eram nomeados e reconhecidos como professores, pelos órgãos de governos responsáveis pela instrução. As escolas de improviso, como o nome esclarece, eram escolas que “[...] funcionavam em espaços improvisados, como igrejas, sacristias, dependências das Câmaras Municipais, salas de entrada de lojas maçônicas, prédios comerciais, ou na própria residência dos mestres” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p.21).

Essa, contudo, não era a única forma de ensino, pois também ocorria nas casas, às chamadas de escolas domésticas. No século XIX havia um número de professores vinculados a essas escolas, mais elevado do que os que tinham vínculo com o Estado. O funcionamento dessas ocorria pelo empenho dos pais e dos próprios alunos que cediam e organizavam

espaços para que os professores pudessem lecionar. Os vencimentos desses professores eram pagos pelo chefe da família. Era comum também que os próprios pais se reunissem para criarem escolas e contratar professores para instruir seus filhos.

Com os debates sobre a necessidade de se adotar um “novo” método de ensino nas escolas brasileiras, o chamado método denominado de ensino mútuo, passou-se a pensar na questão do espaço para abrigar a escola pública primária. Essa necessidade foi posta em circulação por intelectuais e políticos, porque os mesmos estavam insatisfeitos com a forma de ensinar dos professores, uma vez que estes instruía cada aluno individualmente. Essa forma de ensinar, com a utilização do método individual, era considerada ineficiente, visto que nesse modelo não havia possibilidade de generalizar a instrução para um número elevado de alunos. Uma explicação possível para essa visão é a de que, o que se planejava na realidade era produzir uma escola rápida, barata e com bons profissionais.

O método de ensino mútuo recomendado era muito utilizado na Europa, no qual segundo aqueles que o defendiam, era possível um professor lecionar para até mil alunos, desde que tivesse a ajuda de alunos monitores e que houvesse um espaço adequado para essa prática. Portanto, seguindo essa lógica, era preciso que fossem construídos novos espaços para escolarizar.

Conforme Chizzotti (2001, p. 36), em estudo sobre as constituintes brasileiras, o problema da instrução pública havia sido introduzido pelo discurso inaugural feito pelo imperador D. Pedro I, solicitando uma “legislação especial”. Segundo o autor explicita “O plano imaginado consistia em criar uma escola de ensino mútuo em cada província e, para isso, cada uma delas deveria enviar um soldado que aprenderia o método na capital e, voltaria como mestre e propagador do mesmo na província de origem”.

A preocupação referente à forma de utilização do tempo, não era apenas escolar, mas se disseminava na sociedade moderna e as instituições escolares não poderiam ficar fora desse processo. Nesse caso, havia discussões comparativas entre as diferentes instituições existentes, afim de que os pais se conscientizassem da necessidade de matricular e manter os filhos na escola. Porém, essa ainda não era a questão mais importante, o fato é que cada vez mais se disseminava a ideia de que a escola deveria associar seu tempo com os outros tempos sociais.

O tempo escolar aos poucos foi se especificando ao sistema de produtividade do ensino, por meio da repartição e da organização sequencial dos conteúdos escolares, atentos ao que os alunos monitores precisavam para melhor realizar suas atividades com o grupo de aprendizes por meio da utilização das divisões, sendo esta indispensável ao método mútuo:

O afastamento do governo central, no Império, da iniciativa de difusão da escola elementar pública, passada à alçada das províncias, em 1834; a diversidade da conjuntura econômica e política das várias regiões do Brasil; os custos relativamente altos da manutenção do ensino mútuo – gastos com quadros murais, sólidos para geometria, bancos e mesas para todos os alunos, ponteiros e estrados para os monitores, campainhas e matracas para os sinais sonoros, caixas de areia para a escrita, ardósias e quadros-negros, além de cartões de perdões e penas - talvez tenham sido algumas das razões de seu declínio já nos anos 1840 e de sua progressiva associação com o ensino simultâneo (método misto) ou substituição pelo ensino individual (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p.23).

Mesmo com a difusão da escola elementar, os problemas quanto ao espaço escolar não cessaram. Na década de 1870, os profissionais da educação tinham em comum a insatisfação referente ao espaço destinado para a escolarização, principalmente em se tratando das escolas públicas, pois os espaços eram precários. Sendo assim, defendiam a precisão de instituições específicas para a realização da educação primária. A “inadequação” desses espaços foi motivo de denúncias, por meio de matérias em jornais, apontando as irregularidades dos espaços considerados educativos.

A falta de providências significativas frente à educação não era somente quanto ao espaço, mas quanto ao salário dos professores, ao material e a metodologia utilizada, à falta de higiene, enfim, quanto a quase tudo que se referia à instrução. Em 1870 se iniciou em São Paulo, uma proposta de construções escolares, sendo a primeira escola inaugurada apenas em 1876. A urgência de escolas fazia com que estas fossem inauguradas antes mesmo da edificação terminar.

O debate sobre a criação de espaços específicos à instrução e da estabilidade de tempos de permanência na escola precisou esperar até o ano de 1890, para assumir a forma mais próxima da proposta dos grupos escolares. Foi mais de um século de “espera”, tendo como pioneiro o estado de São Paulo e, posteriormente, os demais estados brasileiros.

Nessa “nova” formatação os prédios escolares tinham de estar em destaque na cidade. A arquitetura escolar passou a ser pensada para transmitir a ideia de apreciação à educação racional e científica. Com todo esse aparato de novidades na institucionalização escolar, também podemos afirmar que houve novos espaços-tempos escolares: “Num meio onde a escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas” (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p.25), passava-se a exigir que as crianças se adaptassem ao espaço-tempo escolar.

As Escolas Isoladas também queriam os próprios espaços, sendo este um modelo de escola que se organizava conforme os costumes do ambiente. Com a utilização do ensino

simultâneo passou-se a pensar melhor sobre o tempo escolar, as classes passaram a ser divididas de acordo com a idade dos alunos e com os conteúdos de ensino. Os alunos eram instruídos por uma única professora e ao mesmo tempo.

Os grupos escolares impulsionaram a escola da maneira como a conhecemos hoje. Os grupos pioneiros se materializaram no estado de São Paulo, nos anos 1890, porém começaram a ser reivindicados no século XX, na maioria das capitais brasileiras. A história dos grupos escolares foi distinta em cada estado brasileiro.

O estado matogrossense teve dificuldade em instalar os grupos escolares:

A criação dos grupos escolares em Mato Grosso [...] foi forjada no cenário que a antecedeu, cuja organização administrativa e pedagógica fundava a cultura escolar dos oitocentos. A ideia de instituir os grupos escolares encontrou uma realidade material e cultural bastante adversa ao intento de disseminar um modelo de escola moderna, racional e orgânica. [...] a expansão dos grupos escolares não teve, em Mato Grosso, o mesmo destino de outros estados. Até o ano de 1930 foram instaladas apenas 11 unidades escolares nessa modalidade, para uma demanda de 8.726 alunos (CARDOSO; AMÂNCIO, 2012, p. 276).

Em Mato Grosso havia a preocupação de evitar gastos, podendo ser este um dos fatores que justificou a demora em instituir os Grupos. Como apontado no primeiro capítulo, à primeira escola de Fátima do Sul foi paroquial, e contava com apoio financeiro do governo do Estado. Somente na década de 1960 se inicia o funcionamento de um Grupo Escolar na cidade.

2.3A arquitetura e a distribuição espaço-temporal

O objetivo neste tópico foi refletir sobre a distribuição espaço-temporal delimitada pela arquitetura das instituições escolares e como um dos componentes que afetam a formação dos sujeitos.

A arquitetura escolar transpassa a parte puramente visual. Para melhor entendermos é preciso explicar o que ela pode significar e produzir no contexto escolar. Pode ser um instrumento controlador dos espaços, pensado para intervir no comportamento de seus frequentadores, influenciar a forma de pensar, agir, entre outros aspectos. Sendo assim, para a compreensão da arquitetura escolar é preciso ultrapassar a visão apenas do espaço como algo diferenciado, que é destinado ao ensino, mas tomá-lo como algo que pode compor e/ou conformar os sujeitos e exercer poder em uma sociedade.

A realidade material da escola é tão importante quanto o agir cotidiano de alunos e professores. Tudo o que existe é pensado para uso e manuseio de seus frequentadores, não só

para seu uso externo, mas interno, este último no sentido de que os objetos, os espaços e principalmente a forma como são manuseados se internalizam e se tornam cotidianos, dessa maneira são aceitos involuntariamente por sua forma corriqueira na vida de seus usuários.

Uma instituição pode fazer com que aquilo que deseja, seus objetivos maiores e/ou menores sejam internalizados e aceitos por seus usuários, por isso tem merecido a atenção em estudos sobre as instituições:

[...] o uso e a distribuição do espaço escolar, sua transformação em lugar, começam a estar na mira tanto daqueles que se preocupam com as questões organizativas, curriculares e didáticas, quanto daqueles que, a partir das ciências sociais, analisam os tipos de organização e distribuição espacial que as instituições educacionais oferecem e as outras, fechadas ou demarcadas, com as quais elas guardam certas semelhanças (ESCOLANO, 1943, p. 11).

No momento em que os pesquisadores da História da Educação passaram a analisar a escola em suas singularidades, notando-as como uma realidade social e material, passou a ganhar destaque a questão do espaço e do tempo escolares. O micro ganhou espaço, relativizando a relevância dos grandes fatos e acontecimentos políticos, dando lugar à organização escolar interna.

Podemos valorizar a arquitetura e, principalmente, a forma como foi utilizado cada espaço para melhor entendê-lo:

A arquitetura escolar é [...] um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e de toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (ESCOLANO, 1943, p.26).

O espaço escolar pode ser estudado e compreendido como “constructo cultural” que perpassa sua materialidade, dando visão a algumas espécies de discursos. Além do mais também podem ser interpretados por meio da materialidade, dos denominados currículos ocultos, ou seja, aquilo que não fica registrado em atas ou em qualquer outro tipo de documento, que não faz parte do plano de aula em si, mas que acontece, está ali e pode ser analisado no espaço educativo.

Desde o século XIX vivemos a época do espaço: “[...] creio que a inquietação de hoje se refere fundamentalmente ao espaço, sem dúvida muito mais que ao tempo; o tempo provavelmente só aparece como um dos jogos de distribuição possíveis entre elementos que se reparte no espaço” (FOUCAULT, 1984, p. 413). Esse espaço é heterogêneo, marcado por suas diferentes formas e por suas definições, como por exemplo, o espaço escolar, de trabalho, de lazer, o espaço que serve para a passagem, ou seja, a rua, os pontos de paradas

como os cafés, os restaurantes, as praias entre diversas outras definições e posicionamentos do espaço atual.

Há dois espaços que mesmo contradizendo todos os posicionamentos estão ligados a eles, que são as “utopias” e as “heterotopias”. A primeira “são os posicionamentos sem lugar real” (FOUCAULT, 1984, p. 414) e, a segunda, se opõe à primeira. O filósofo a exemplifica em comparação com o espelho que une a realidade com a não-realidade seria a importância que um espaço tem sobre o outro, não vista de imediato: o “espaço do outro”.

As heterotopias são divididas em seis princípios: O primeiro diz que “[...] provavelmente não há uma única cultura no mundo que não se constitua de heterotopias” (FOUCAULT, 1984, p. 416); o segundo explicita que “[...] uma sociedade pode fazer funcionar de uma maneira muito diferente uma heterotopia que existe e que não deixou de existir” (FOUCAULT, 1984, p. 417); o terceiro afirma que “A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis. [...] a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com seu tempo tradicional” (FOUCAULT, 1984, p. 418); o quinto “[...] supõe sempre um sistema de abertura e fechamento que, simultaneamente, as isola e as torna penetráveis; o sexto seria [...] o papel de criar um espaço de ilusão que denuncia como mais ilusório ainda qualquer espaço real” (FOUCAULT, 1984, p. 420).

Podemos então considerar que as heterotopias se formam pelas diversas culturas, variam em conformidade com o tempo e de acordo com essas culturas, podem unificar variados espaços, que não podem coexistir consigo mesmo, podendo unir diferentes períodos de tempo em locais isolados do meio social e tem um papel que interage com o espaço ao redor.

As construções podem ser identificadas por suas particularidades, cada lugar possui o seu jeito único, que pode estar desenhado nas edificações. Além do mais, essas ditas particularidades podem expor valores e discursos de determinadas tradições, podendo e devendo a arquitetura também ser funcional e assim, necessária:

O edifício-escola, como se sabe, serviu para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, as imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, o campanário e o relógio... Isso expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sociomorais (ESCOLANO, 1943, p.40).

Conforme a citação, o edifício-escola serviu para proteger e impor os interesses nacionais, assim como por meio destes foi e é possível educar. Escolano (1943, p.45) explicita de que forma a arquitetura pode agir no processo de escolarização:

[...] a arquitetura escolar pode ser vista como um programa educador, ou seja, como um elemento do currículo invisível ou silencioso, ainda que ela seja por si mesma bem explícita ou manifesta. A localização da escola e suas relações com a ordem urbana das populações, o traçado arquitetônico do edifício, seus elementos simbólicos próprios ou incorporados e a decoração exterior e interior respondem a padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende.

O espaço escolar sempre tem algo a oferecer, quem o planejou e o executou, o fez pensando na imagem que pretendeu internalizar em quem por ele passasse. Segundo Frago (1943, p.69), “[...] a instituição escolar e o ensino só merecem esse nome quando se localizam ou se realizam num lugar específico”, um lugar que foi planejado e a partir daí construído para esta finalidade.

A escola, em suas diferentes concretizações, é um produto de cada tempo, e suas formas construtivas são, além dos suportes da memória coletiva cultural, a expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas (FRAGO; ESCOLANO, 2001).

2.4 Os espaços-tempos da Escola Paroquial Vicente Pallotti

Nesta parte o objetivo foi o de analisar os espaços-tempos da Instituição estudada e sua relação com a geografia da cidade.

2.4.10 surgimento da escolarização em Fátima do Sul (1955)

Na década de 1950 a educação serviu de *slogan* para atrair migrantes para a região Centro-Oeste do país, inscrita na campanha “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas, uma vez que as instituições escolares já eram vistas como algo “natural” e indispensável; assim, a promessa de que no Centro-Oeste haveria educação para as crianças, facilitou atrair e posteriormente fixar os migrantes.

Mas essa chamada inscrita no referido movimento não significou garantia de edificações destinadas à escolarização ou mesmo de apoio concreto ao seu funcionamento, como visto adiante sobre a primeira escola de Fátima do Sul. Entretanto, segundo Foucault (1999), podemos afirmar que esse discurso produtivo foi incorporado aos ditos dos educadores religiosos rapidamente.

Segundo Foucault (1999, pp. 8-9) “[...] em cada sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída”. No caso, os religiosos palotinos se apropriaram e (re) distribuíram um discurso em circulação que enunciava que a educação era condição para a vida na moderna sociedade. Nesse sentido, tomaram partido da educação em Fátima do Sul para conseguir participar da educação dos filhos dos colonos, e compô-los e conformá-los (ROSE, 2001), de acordo com os preceitos da igreja.

Para a razão da época, e ainda na atualidade, não poderia faltar um espaço adequado ao ensino numa cidade que estava se iniciando e que visava o “progresso”. O município de Fátima do Sul ficou mais de uma década sem a presença de escolas, de 1943 a 1955. Esses anos foram de transformações, que possibilitaram o surgimento dessas instituições. Em 1955 o colono Manuel Candido de Sá iniciou a alfabetização das crianças em seu sítio, de forma improvisada, nos remetendo às chamadas “escolas de improviso”.

O sítio se localizava do lado esquerdo do Rio Dourados, na Rodovia 376 s/n, onde hoje funciona a Corbucci ¹⁴. Segundo a filha do colono, Naura Souza da Silva (ENTREVISTA, 2016), conhecendo a importância de uma escola seu pai a construiu para a alfabetização dos filhos dos colonos. Inicialmente seu funcionamento ocorreu ainda sem regulamentação e sem nome definido.

A preocupação com a educação dos filhos dos colonos movimentou não só os próprios colonos, mas os padres palotinos. Em 1957 o Padre Amadeu Amadori iniciou o funcionamento dessa mesma escola na capela Nossa Senhora Aparecida atual Nossa Senhora dos Navegantes Vila Barbosa, deixando de funcionar no sítio do colono, porém, o espaço não era suficiente e, posteriormente, buscaram outro ambiente para os trabalhos escolares, a construção escolar era rústica e faltavam mobiliários. Desde então os padres assumiram a responsabilidade pela escola, embora no *Livro do Tombo* esteja anotado o ano de 1958, como podemos observar na citação a seguir:

Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’-Aos vinte e oito de março de mil novecentos e cinquenta e oito Pe. Amadeu Amadori funda a Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’ em Vila Brasil. [...] Embora sem carteiras funciona hoje na primitiva capelinha à margem esquerda do Rio Dourados, com 66 alunos. (LIVRO DO TOMBO, 1963, p.7).

A explicação para a data é que apenas em 1958 a escola foi regulamentada. Segundo o padre Ládio, naquela época era difícil regularizar uma escola.

¹⁴Corbucci Telhas de Concreto Ltda. - ME é uma empresa privada que atua na área de blocos de tijolo de concreto, fundada em 2005.

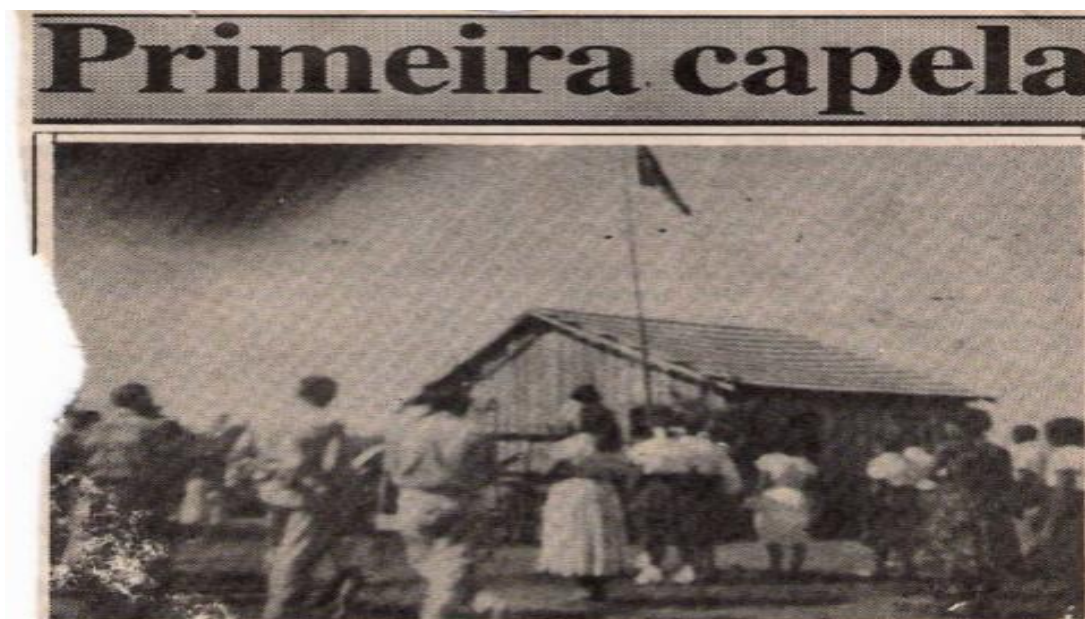
A capela se situava ao lado esquerdo do Rio Dourados, construída no dia 12 de outubro de 1954, tendo como responsável o Padre José Daniel. Vejam que o Pe. Amadeu Amadori em sua anotação no *Livro do Tombo* colocou a data de 1958, que foi o ano em que a escola foi regulamentada, mas essa anotação foi feita somente no ano de 1963, quando iniciaram os registros no *Livro do Tombo*.

Segundo o Pe. Amadeu Amadori (conforme registrado em uma folha de caderno solta guardada entre às páginas do *Livro do Tombo*), até o ano de 1967 havia na área da saúde em Fátima do Sul, um hospital particular de pequeno porte, uma maternidade denominada Imaculada, fundada pelos padres, três médicos, seis farmácias e cinco consultórios dentários. Havia também o Banco Brasileiro de Descontos, Banco Agropecuário e o Banco Financeiro de Mato Grosso. Quanto aos meios de comunicação, havia uma estrada estadual e muitas municipais, com linhas de ônibus sendo umas intermunicipais e outras interestaduais e uma estação de rádio cuja organização era dos padres. As principais produções agrícolas eram algodão, milho, amendoim, feijão, arroz e banana, com uma terra roxa e mista apropriada para qualquer cultura. Em 1967 já havia luz elétrica, água encanada, vários hotéis e pensões, oficinas, armazém geral, Clube Social e Clube Esportivo. Na educação, no mesmo ano, eram oferecidos dois cursos Técnicos de Comércio, sendo um de propriedade dos padres e outro protestante e dois Cursos Ginásiais. Havia uma Escola Paroquial dos padres, dois Grupos Escolares do estado, duas escolas particulares dos protestantes, quinze escolas rurais, sendo algumas do estado e outras do município, um curso de datilografia, um curso de corte e costura e um clube de mães ambos de propriedade dos padres. Fátima do Sul possuía 3.500 famílias totalizando uma população de 30.000 habitantes (AMADEU AMADORI, 1967, p. 2-3).

A capela, assim como todos os outros imóveis da época na Vila, foi construída com o único material disponível, a madeira. De começo não havia carteiras para o funcionamento da Escola, mas mesmo assim começou a funcionar nessa localidade em 03 de março de 1957. Seu funcionamento na capela foi de apenas quatro meses. As primeiras carteiras eram tábuas brutas de peroba, onde se sentavam cinco crianças em cada tábua (cinco tábuas para escrever e cinco para sentar). A *Figura 2* se encontra no Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016) e a outra, *Figura 1*, foi disponibilizada por Cláudia Coutinho Capilé, retirada do jornal *O Zangão*¹⁵ (1979).

¹⁵O jornal *O Zangão* surgiu em 15 de dezembro de 1979, e foi desativado em 1982 sendo transformado em *Diário do Povo* tendo sua primeira edição em 15 de setembro de 1993, com circulação regional.

Figura 8- Capela Nossa Senhora Aparecida (1956)

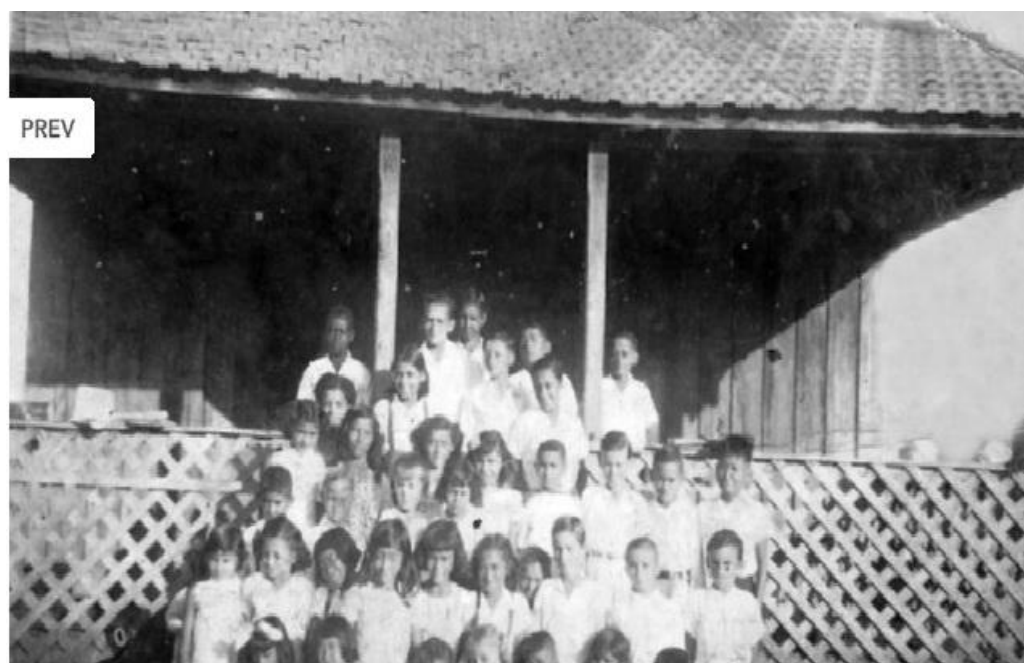


Fonte: Jornal *O Zangão* (1979).

A *Figura 8* registra uma comemoração cívica, datada de 1956, quando ainda não havia se iniciado o funcionamento da escola na capela, próximo a mesma foi hasteada a bandeira do Brasil. A Capela possuía segundo a *Revista Rainha* (1979, p.14) “cinco metros por sete” e foi construída a beira do Rio Dourados.

Podemos pensar por meio da análise dessa fotografia no espaço e no tempo em que a Escola se inseria na Capela, ambas funcionavam no mesmo espaço, porém em tempos ou em atividades aparentemente diferentes. Para Foucault (1984) o espaço determina o tempo quando aqueles que têm autoridade distribuem o tempo nos elementos do espaço. No caso, à hora de rezar e à hora de estudar, ou à hora em que o espaço era Capela e quando era Escola. Mas, e também, podemos interpretar que, pelo menos para as crianças, esses espaços-tempo não estavam tão separados, mas embaralhadas em suas experiências. Ambos os afetaram.

Figura 9- Varanda da capela/escola



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

A *Figura 9* apresenta a varanda da Capela-escola rodeada por uma cerca de madeira e os alunos uniformizados ocupando o espaço da entrada para serem fotografados. Encontramos na fotografia com os alunos o Pe. Amadeu Amadori, aos fundos. Certamente foi uma pessoa adulta que os posicionaram para que todos pudessem ser vistos na fotografia de forma que os menores ficassem a frente. Possivelmente nesse dia houve algum tipo de festejo, talvez religioso, já que naquela época as fotografias eram destinadas às datas especiais. O espaço que essa fotografia registrou é heterogêneo, levando-se em consideração suas diferentes formas visto que é uma Capela/Escola. Podemos observar que a capela era pequena, de madeira, coberta de telhas, com materiais rústicos e simples, com portas e janelas de tamanhos médios.

A imagem, encontrada no *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*, apresenta a data de 1957, porém, o que mais chamou a atenção, levando-se em consideração o tema deste Capítulo, foi à dimensão espacial da capela, mais precisamente, o possível espaço ocupado pela escola na capela.

Figura 10- Escola/Capela Nossa Senhora Aparecida

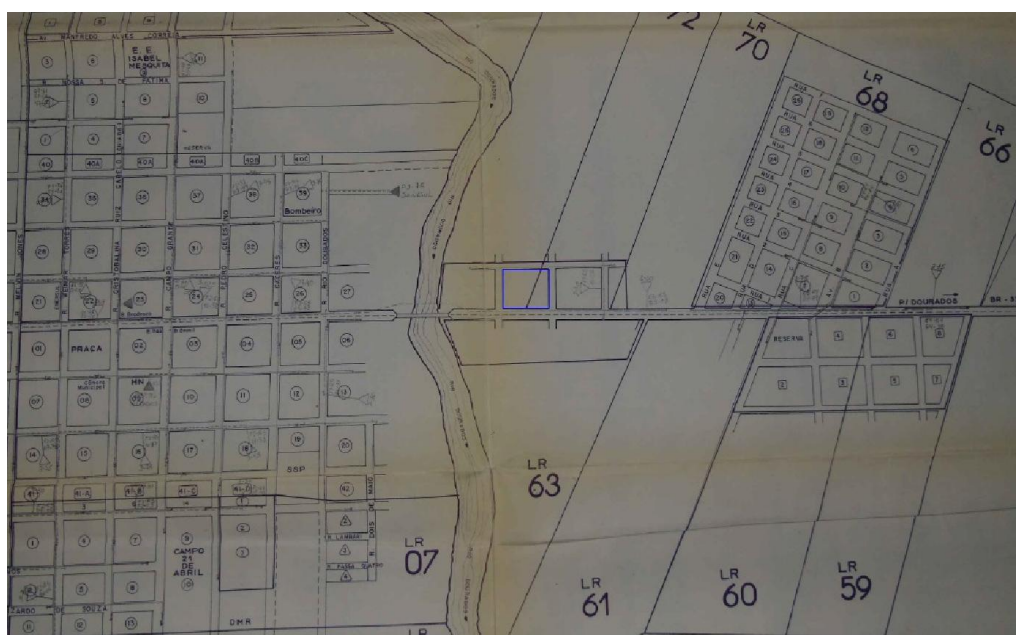


Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka.

Na *Figura 10* observa-se, além dos alunos, a janela que aparenta estar sem os vidros e a capela envolta por varandas e por um gramado e aos fundos algumas árvores. Era um dia ensolarado, percebe-se pelo fato de algumas crianças estarem protegendo os olhos da luz solar com a sombra das mãos.

Cabe ressaltar, dialogando com Foucault (1984), que esse simples lugar é considerado como uma heterotopia, não pelo fato de ser simples, mas por ser um lugar real, porém, provisório, de passagem; as crianças dessa fotografia não permaneceram no local, estavam ali apenas porque passaram pelo ambiente escolar. Além do mais, podemos destacar a importância que um espaço tem sobre o outro, no caso a importância que a Capela tem sobre a Escola, as crianças da fotografia certamente frequentavam a Capela não só enquanto escola, mas também em sua função religiosa.

Figura 11 - Mapa com a localização da Capela Nossa Senhora dos Navegantes (1988)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fátima do Sul (1988).

A *Figura 11* evidencia a localização da Capela Nossa Senhora dos Navegantes, antiga Nossa Senhora Aparecida, primeiro local onde funcionou a Escola Paroquial. O mapa é o mais antigo encontrado na Prefeitura Municipal de Fátima do Sul, datado de 1988.

A construção de um espaço próprio para o funcionamento da Escola, segundo o Pe. Ládio Luiz Girardi (2014) modificou todo o funcionamento da Vila. O padre afirma em seu depoimento que após a chegada dos missionários palotinos, através de seus ensinamentos, a “paz” começou a se instalar no lugar, “[...] *principalmente com a construção da escola, que foi um fator que fez a população deixar a ignorância de lado e conhecer as leis, aprenderem a viver em sociedade e a sonhar com um futuro melhor*” (ENTREVISTA, 2014, p. 1). Um espaço que conseguiu modificar o outro aspirou modificar as condutas.

Levando em consideração a pequena dimensão da Capela/Escola foi preciso que enquanto a Escola funcionava na Capela Nossa Senhora Aparecida, parte das aulas funcionasse em outro lugar, para atender a demanda de alunos. Por isso passou a funcionar concomitante na Avenida Nove de Julho, onde hoje se localiza a Praça Getúlio Vargas, isso depois do mês de julho de 1957. Com a regulamentação em 1958 passou a se chamar Escola Paroquial Vicente Pallotti. O prédio/espço da Capela atendia as crianças da zona rural enquanto que a Escola Paroquial atendia as crianças que residiam na cidade.

Ainda segundo o Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2014, p. 1):

Como diz Castro Alves, ‘Dai livros ao povo, e mandai o povo pensar’. Com a cultura, os métodos bairristas foram desaparecendo, os métodos arcaicos deram lugar a um pensamento, ou a um método mais culto de pensar, de educar os filhos, e de enfrentar o mundo no trabalho, na convivência e no relacionamento das pessoas humanas. E tinha gente muito arcaica aqui, então à escola ajudou a melhorar a forma de pensar da comunidade.

Nesses termos podemos entender que o espaço escolar, com as edificações nas quais funcionou, com suas normas e programas, serviu como instrumento que pode ter afetado o modo vida de crianças e de suas famílias, enfim, a cultura local.

2.4.2 Escola Paroquial: espaço “próprio” (1960)

Diante das dificuldades enfrentadas com a falta de espaço próprio para o funcionamento da escola, em 1960 os padres palotinos construíram uma escola de madeira com quatro salas, em um terreno emprestado e recursos doados pela comunidade e por duas serrarias. Como o terreno era emprestado a Escola não permaneceu um longo período de tempo neste local.

Figura 12- Primeira edificação da Escola Paroquial (frente, década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016)

Na *Figura 12* notamos que atrás da escola havia uma mata, paisagem comum no local, que havia sido recém-colonizado. O lugarejo tinha, portanto, muitas áreas ainda com vegetação nativa. Os alunos encontram-se juntos e posicionados próximos ao prédio da escola se preparando para um desfile cívico.

Figuras 13-Primeira edificação da Escola Paroquial (lateral e fundos-anos 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Na *Figura 13* observamos os alunos posicionados para a foto aos fundos da Escola, todos uniformizados. Percebe-se que alguns parecem interessados em sair na foto, pois subiram nos batentes das janelas para aparecer, assim como na *Figura 12*.

A ex-aluna da Escola Paroquial Vicente Pallotti, Naura Souza da Silva (ENTREVISTA, 2016) em sua narrativa afirmou que a Escola Paroquial funcionava na Rua Celcio Joaquim de Barros com quatro salas de aula, sendo uma de frente para a outra, todas sem nenhuma decoração. Para suprir a demanda estudantil foi preciso abrir uma sala de aula na Avenida Nove de Julho esquina com a Rua Melvin Jones, numa propriedade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a 950 metros do Rio Dourados.

Quando questionada sobre o tipo das janelas, Dona Naura alegou serem de madeira, grandes com dobradiças para abrir e muito largas, os corredores segundo a mesma eram tão estreitos que as professoras ficavam frente a frente conversando e não havia energia elétrica.

Havia um pátio e um campo onde nos finais de semana as crianças se reuniam para jogar futebol.

Figura 14- Campo e Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960).



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Na *Figura 14* vemos muitas crianças vestidas de branco ao redor do campo, no que provavelmente seria o último ensaio antes do desfile cívico e ao fundo a Escola Paroquial Vicente Pallotti. As carteiras da escola eram bancos grandes e sentavam-se mais ou menos dez alunos por banco.

Quanto à indagação se havia cartazes com lições impressas ou manuscritas, tais como abecedário, tábuas de multiplicação, pesos e medidas, etc., a resposta foi negativa. O professor tinha apenas o apagador e a caixa de giz, também não tinha relógio de parede, nem biblioteca, os banheiros eram “privados” (que são paredes levantadas de madeira, com um buraco no chão e uma cobertura), e se localizavam ao fundo da Escola. Também não havia cozinha, portanto, não tinha merenda; assim, “*cada criança levava o seu lanche na bolsa, as crianças que tinham condições, as que não tinham ficavam pedindo a metadezinha*” (QUESTIONÁRIO/EX-ALUNA, 2016).

Algumas fotografias do interior da Escola permitem visualizar as salas usadas para as aulas, mas também para reuniões.

Figura 15- Salão de Festas da Escola Vicente Pallotti (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Na *Figura 15* temos os alunos do Instituto D. Pedro II (instituição tratada no próximo tópico) no Salão de Festas da Escola Vicente Pallotti. As paredes estão decoradas com desenhos infantis, portanto havia a ideia de encantar as crianças proporcionando um ambiente acolhedor e com motivos infantis.

Figura 16- Interior da Escola (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016)

Na *Figura 16*, mais uma vez, temos o interior de uma sala de aula da escola. Os dois primeiros personagens da imagem são à esquerda e de preto o Pe. José Pascoal Busatto e ao seu lado o Pe. Amadeu Amadori, à frente deles há uma mesa de madeira, identificada como sendo dos professores por ser a maior da sala, as carteiras abrigavam duplas de alunos. Não foi possível identificar quem são as outras pessoas que estão sentadas, talvez uma reunião com os alunos do Instituto D. Pedro II.

Com esses registros do espaço material da Escola e alguns dos usos que lhes foram dados, o tipo de arquitetura e de mobiliário, a ausência de espaço “próprio” para o funcionamento, visto que inicialmente funcionou e dividiu espaço com as práticas da igreja na capela, depois em um terreno “emprestado”, evidenciam mais do que um possível “descaso”, antes nos aproximam da situação concreta em que a escolarização das crianças se efetivou. Situação que, em certa medida, se assemelhava a de outras escolas no Estado, especialmente públicas.

Indagamos à ex-aluna (2016) se na escola havia imagens de santos, bíblias, crucifixos ou qualquer símbolo religioso, levando-se em consideração que a escola foi fundada por padres. Dona Naura respondeu que não havia nenhuma imagem ou símbolo religioso, também não havia nenhuma imagem dos padres que fundaram a escola, porém, todas as crianças sabiam que a mesma era dirigida pelos padres Palotinos.

Quando a Escola Paroquial Vicente Pallotti passou a funcionar no mesmo prédio do Instituto D. Pedro II foi que o uso de símbolos e imagens católicas passaram a ser mais exploradas na decoração dos espaços, como podemos observar na análise e comparação dos relatos da ex-aluna Naura e do ex-diretor Ládio, aspecto este abordado no próximo tópico.

2.4.3 Instituto D. Pedro II: o “novo” espaço da Escola Paroquial Vicente Pallotti

A construção de edifícios destinados ao uso exclusivo da escolarização foi uma preocupação para os padres palotinos. O Instituto D. Pedro II não foi planejado para o funcionamento da Escola Paroquial Vicente Pallotti, mas arquitetado pelos religiosos para o funcionamento do Ginásio Comercial, sendo assim, mais uma vez, a Escola funcionou em um local temporariamente; nesse sentido, e em diálogo com Foucault (1984), para a escola o Instituto D. Pedro II foi um lugar de passagem, provisório, mas que permitiu o funcionamento de dois lugares em um só espaço.

O Instituto D. Pedro II foi edificado em um espaço privilegiado, se destacando na cena de uma cidade em construção, de modo a se tornar visível em toda a região. Cabe enfatizar que sua importância se destacava também pelo fato de ser a primeira e única instituição até então a oferecer cursos técnicos aos moradores da Região, além de “abrigar” os alunos da primeira escola de Fátima do Sul, foco desta pesquisa. Portanto, a reunião de escolares em um único prédio fez com que houvesse olhares enaltecendo para a instituição e para a arquitetura da mesma.

Sendo o Instituto e a Escola Paroquial Vicente Pallotti, ambos de propriedade dos padres, o funcionamento no mesmo edifício se deu de forma “natural”, já que a escola se situava em terreno emprestado. Então, podemos levantar a hipótese de que, entre outros fatores, a questão financeira levou a Escola Paroquial Vicente Pallotti a funcionar no edifício do Instituto D. Pedro II não sendo viável para a igreja, até aquele momento, construir um prédio exclusivo para o funcionamento da escola.

Somente anos depois, segundo o Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2014, p. 1):

Para construir a escola foi recebido dinheiro de órgãos do estado, de verbas de deputados e também de outros países que tinham associações que ajudavam países mais pobres, recebemos ajuda dos Estados Unidos e da Europa, o terreno os padres que vieram fundar missão aqui com a ajuda dos outros padres da comunidade palotina, ajudaram a comprar meio lote, terreno este onde seria construída a escola.

O edifício do Instituto D. Pedro II, iniciou sua construção no dia 21 de março de 1961, no cruzamento das Ruas Antônio João e José Pascoal Busatto, esta última carrega o nome do padre que fundou o Instituto. Logo em frente foi construída a Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima. Foram encontradas cinco fotografias do Instituto D. Pedro II no Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka, apresentadas a seguir.

Figura 17-Construção do Instituto D. Pedro II (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

A *Figura 17* retrata o início da construção do Instituto, quando se iniciava os alicerces do prédio.

Figura 18– Prédio do Instituto, em fase de acabamento (1966)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

A *Figura 18* mostra o Instituto em fase final, tendo o Padre José Pascoal Busatto a sua frente, em vistoria ao prédio em acabamento; vemos que o edifício era térreo, várias janelas com grades e apenas uma porta de entrada.

A princípio no Instituto D. Pedro II dirigido pelos palotinos Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto, funcionou a escola técnica, onde eram ministrados cursos como o de datilografia e o de corte e costura como foi mencionado anteriormente, pensando-se na formação profissional. O Instituto D. Pedro II era o maior da Região. No *Livro do Tombo* (1966, p.19) o Padre Amadeu Amadori anotou sobre a construção: “Instituto D. Pedro II- Aos 15 de maio de 1966, o edifício do Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II achou-se em fase de acabamento”. Com a mudança da Escola Paroquial Vicente Pallotti para o Instituto D. Pedro II, o antigo prédio foi demolido:

Demoliu-se o velho prédio da Escola Paroquial Vicente Pallotti: Aos 20 de maio de 1967 demoliu-se o prédio da escola paroquial Vicente Pallotti, para ceder o terreno às Irmãs de São José onde irão construir a sua residência. Com o material da velha escola está se construindo um salão atrás do prédio Instituto D. Pedro II, que servisse de salão de recreio de festas e formaturas (LIVRO TOMBO, 1967, p. 23).

Figura 19- Planta baixa com as localizações da Escola (1988)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fátima do Sul (2016).

Na *Figura 19* temos o mapa da cidade de Fátima do Sul com as quatro localizações onde funcionou a Escola Paroquial Vicente Pallotti. Na Avenida Nove de Julho onde se localiza a Praça Getúlio Vargas atualmente, na Rua Celcio Joaquim de Barros esquina com a Rua Presidente Dutra (quadra seis); na Avenida Nove de Julho (quadra 21) esquina com a Rua Melvin Jones onde funcionou apenas uma sala de aula para compor o quadro de alunos da escola enquanto funcionava na Rua Celcio Joaquim de Barros e por fim na Rua Antônio João

(quadra 45) esquina com a Rua Padre José Pascoal Busatto, no prédio do Instituto D. Pedro II, em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima.

Em setembro de 1966 o Instituto D. Pedro II encontrava-se totalmente construído: “Ginásio Comercial e Maternidade - Aos 10 de agosto, tanto o edifício do Ginásio Comercial como o da Maternidade acabaram de receber a pintura, embora a Maternidade apenas em parte” (LIVRO DO TOMBO, 1966, p.20).

Sua inauguração oficial aconteceu no dia 25 de setembro de 1966, com a presença do Pe. Guido Carcich e das autoridades civis e militares locais, como relatados pelo Pe. Amadeu Amadori no *Livro do Tombo* (1966, p. 21):

Aos 25 de setembro de 1966, com a grata presença do grande benfeitor pe. Guido Corcich e com a presença das autoridades civis militares locais teve lugar a solene inauguração do Edifício do Instituto D. Pedro II onde funcionarão a Escola Técnica, o Ginásio Comercial e a escola Vicente Pallotti, tudo propriedade dos Padres Palotinos. Todos os alunos dos cursos técnicos, ginásial, primário e cursos de datilografia e corte e costura do Instituto D. Pedro II às 09 horas uniformizados desfilaram pela Avenida 9 de Julho, ao som da nova Fanfarra- oferta do pe. Guido Corcich ao Instituto D. Pedro II. Às 10 horas, ante a grande multidão que se comprimia em frente ao novo Edifício, deu-se início o ato inaugural, cabendo ao Sr. Prefeito municipal - Antônio Gabriel Moreira, a honra de cortar a fita simbólica, dando por inaugurada esta casa de formação de Fátima do Sul. A seguir na fachada do Edifício em altar preparado e rodeado pelas bandeiras: brasileira e mato-grossense houve missa campal, celebrada pelo Pe. Guido Corcich às dependências do novo Edifício. Após a benção, os alunos do Instituto D. Pedro II, bem como os professores, como feito de gratidão e amor, prestaram uma homenagem ao Pe. Guido Corcich.

Figura 20- Pe. Guido Carcich inaugura o Instituto Dom Pedro II (1966)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

No ano seguinte, em março de 1967, a Escola Paroquial Vicente Pallotti, passou a funcionar no Instituto D. Pedro II. A partir daquele ano também funcionou o Ginásio Comercial, no período noturno.

Figura 21 – Prédio do Instituto D. Pedro II



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

A *Figura 21* apresenta o Instituto D. Pedro II em sua parte exterior. Na *Figura 22* podemos observar o pátio da Escola Vicente Pallotti quando esta funcionava no Instituto D. Pedro II e ao fundo uma quadra de basquete. Cabe mencionar que o espaço utilizado pela Escola Paroquial no Instituto D. Pedro II eram os mesmos, as salas assim como todos os espaços utilizados para funcionamento dos cursos do Instituto, também utilizados pela Escola, a diferença estava no tempo/horário de uso. O espaço foi distribuído “igualmente” entre os cursos, tendo cada um o seu momento para usá-lo. No caso a Escola funcionava no período diurno e o Instituto no período noturno, dessa forma a organização e distribuição do espaço-tempo se fez fundamental. O tempo aparece após a distribuição do espaço (FOUCAULT, 1984).

Figura 22- Quadra de esporte do Instituto (1967)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

A seguir apresentamos a Escola Paroquial Vicente Pallotti sob o olhar do Pe. Ládio Luiz Girardi. Os relatos são do período em que a Escola Paroquial se localizava na Rua Tenente Antônio João, em frente à igreja católica, mais precisamente do ano de 1970, sendo este o penúltimo lugar em que funcionou. Segundo Pe. Ládio a decoração que havia era espontânea, havia corredores e nas salas de aula, que eram bem espaçosas e de alvenaria, bem iluminadas e divididas por grau de ensino. As janelas eram amplas, todas em vidro, suficientemente altas. Os corredores eram largos todos no interior da escola e davam para o pátio, onde havia também quadra de esporte feita de cimento compacto e um salão para eventos. As carteiras eram individuais de madeira de cedro, bem talhada.

Quando questionado se haviam imagens de santos, bíblias, crucifixos, ou qualquer símbolo religioso em algum ponto da Escola, o Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2016, p. 1) respondeu que: *“Como todos, os alunos e professores eram Cristãos, embora de grupos diferentes, havia símbolos cristãos e todos os respeitavam.”* Também *“havia retrato de autoridades municipais, estaduais; e, também, dos padres fundadores da escola, e os que ajudaram construir o prédio e autoridades do ensino Estadual”*. Além de cartazes com lições conforme as necessidades pedagógicas da época.

Naquele tempo, segundo o padre, o livro era impresso de uma forma chamada de linotipo¹⁶, sendo esta uma descoberta importante para a época. Também havia relógio de parede e uma biblioteca simples, mas bastante sortida, embora não constasse com um grande numero de livros. Os banheiros eram revestidos de azulejos simples, comuns naquele tempo e na cozinha trabalhavam pessoas uniformizadas, que preparavam e serviam.

Os retratos dos padres que havia nas paredes da escola nos levam a pensar no poder que a arquitetura tem de demarcar uma educação segundo interesses, registrar os fatos que julgam importantes, por exemplo, que a construção da escola se deveu ao esforço dos padres palotinos; com a exposição permanente dos quadros os alunos as incorporariam as suas subjetividades. Assim como o todo da arquitetura pode ser pensada para o uso e manuseio de seus frequentadores.

Cinira (2016, p. 1), em sua narrativa relatou que:

A escola somente era decorada em festas juninas e em outras datas comemorativas, em outras épocas eram somente cartazes de alunos e de professores. A separação dos alunos era feita por grau e as salas eram medianas sem ventiladores, as janelas tinham vidros e os corredores se situavam ao longo do prédio, também tinha pátio, quadra de esporte e uma passarela coberta onde os alunos brincavam. As carteiras eram alinhadas e individuais, havia um quadro na parede com a imagem de São Vicente Pallotti, uma bíblia e um crucifixo na secretaria da escola, tinham o costume de hastear a bandeira e cantar o hino nacional em datas cívicas e festivas, nas salas de alfabetização havia muitos cartazes com gravuras, manuscritos, impressos, números e etc. Somente na sala da coordenação e na secretaria que havia relógios, não havia biblioteca, somente alguns livros nos armários que ficavam na sala dos professores, a localização dos banheiros era perto do pátio e da quadra de esportes, havia também uma cozinha que preparava a merenda para os alunos e o cafézinho para os professores.

Em relação às narrativas observamos que concordam ao alegarem a presença de símbolos religiosos entre outros aspectos.

A Sociedade Vicente Pallotti era mantenedora da Escola, mas recebia ajuda do Estado. Segundo o *Projeto Político Pedagógico* (PPP) 2012, da Escola Vicente Pallotti, foi em 1974 que o estado começou a ser responsável pela mesma, por meio do Decreto 2.330 de 28 de novembro de 1974. Mesmo tendo como mantenedora a Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Mato Grosso do Sul, continuou até 1999 utilizando o espaço do Instituto D. Pedro II, quando a escola passou para o prédio próprio na Rua Pastor Lemos.

¹⁶Linotipo ou linótipo é uma máquina inventada por Ottmar Mergenthaler em 1886, na Alemanha, que funde em bloco cada linha de caracteres tipográficos, composta de um teclado, como o da máquina de escrever.

Foi entrevistada a ex-aluna do Instituto D. Pedro II Iracema Rodrigues de Lima Silva. Nasceu em seis de agosto de 1956 em Cornélio Procópio no estado do Paraná, estudou pedagogia na FIFASUL no ano de 1980, foi professora da Escola Estadual Vicente Pallotti de 2000 a 2011. Ela começou estudar na Escola Paroquial Vicente Pallotti enquanto funcionava no Instituto no ano de 1979 cinco anos após o término do recorte temporal deste trabalho, porém, optamos por incluir seus relatos, uma vez que trata de aspectos presentes nas narrativas do Pe. Ládio Luis Girardi, como quando afirma que a Escola Vicente Pallotti funcionou no prédio do Instituto, que as decorações existentes eram o abecedário nas paredes e a tabuada.

Segundo Iracema (ENTREVISTA, 2016, p. 1), as salas eram pequenas e apertadas com janelas grandes e ventiladas:

Havia um corredor que levava ao pátio e a quadra de esporte, separava os dois. Era de costume hastear a bandeira e cantar o hino nacional em todas as datas comemorativas. O banheiro e a cozinha eram separados da escola. O banheiro não tinha azulejo e localizava perto da quadra de esporte, o lanche era servido na sala de aula.

Figura 23- Mapa completo da cidade de Fátima do Sul (1988)



Fonte: Prefeitura Municipal de Fátima do Sul

A *Figura 23* apresenta cinco dos seis pontos onde a Escola Paroquial Vicente Pallotti funcionou na cidade de Fátima do Sul. Além dos locais apresentados anteriormente acrescenta-se a existência de outros espaços que havia na geografia da cidade na década de 1980: praça, escola, igreja, hospital, comércio, prefeitura, casas comerciais etc.

CAPÍTULO III

ESCOLA PAROQUIAL VICENTE PALLOTTI: FUNCIONAMENTO, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES NA GESTÃO E NAS PROGRAMAÇÕES DAS PRIMEIRAS DÉCADAS

Este capítulo teve como objetivo descrever e analisar as relações e transformações ocorridas na Escola no período do recorte temporal adotado: como funcionou, se e qual apoio recebia do governo do Estado ou de outras instituições e quais elementos determinaram a permanência da igreja, por quase duas décadas, como gestora da Escola e não o Estado.

Pareceu-nos relevante ainda para a tarefa de investigar seu funcionamento dirigir a atenção para as programações efetivadas em seu interior. Trata-se, nesse aspecto, de um olhar e uma aproximação de alguns elementos do cotidiano escolar, algumas das minúcias que em seu interior se efetivaram e que contribuíram para delinear sua singularidade histórica em modos específicos de constituição dos sujeitos; aspectos que podem tê-la diferenciado dos demais processos institucionais ocorridos no período privilegiado no recorte temporal adotado.

A Pedagogia, segundo Noguera-Ramirez (2009) seria as técnicas didáticas presentes nas práticas escolares que podem ser usadas estrategicamente para governar o outro. Segundo o mesmo autor, Noguera-Ramirez, (2009), Foucault (2008a) nos apresenta o significado da neologia “governamentalidade” que seria:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa de saber a economia política por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos outros - soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’ (FOUCAULT, 2008a, p. 171).

A governamentalidade para Foucault (2008a) é uma forma de governo expressa por um saber, por uma técnica e por um objeto. Na citação Foucault (2008a) aponta que a economia política é um saber que por meio de um instrumento técnico, no caso os dispositivos de segurança, governam um objeto: sendo este a população. A educação - a pedagogia - é, também, arte de governar os outros:

[...] educar é governar os outros (guiar, conduzir, dirigir), mas essa guia, essa condução, essa direção pode ser entendida como uma ação de dupla direção: do exterior para o interior e deste para fora; assim, educar seria, também, uma ação que permite ao sujeito realizar uma ação sobre si mesmo e, dessa forma, educar não seria só governar os outros, mas ajudar, incitar, induzir para que os outros se governem a si mesmos (NOGUERA-RAMIREZ, 2009, p. 46).

A Pedagogia trata de formas, esquemas, estratégias, práticas de ensinar; portanto, é um ensino previamente calculado, pensado, sobre a melhor maneira de governar, de acordo com Foucault (1977, p. 232) “As relações de poder são relações de força” “[...] o governo tem, portanto, uma finalidade” (FOUCAULT, 1978, p. 292).

No tópico a seguir buscou-se uma aproximação das práticas e discursos que circularam no interior da Instituição estudada e caracterizaram sua singularidade e o modo de educar, governar. Cabe dizer que a Escola deixou de ser paroquial em 1974, quando o Estado a assumiu integralmente, então nesse momento passou a ser denominada Escola Estadual Vicente Pallotti.

Para uma aproximação do objetivo proposto o Capítulo foi organizado em três partes. Primeiro foi enfocado o funcionamento mais geral da Escola, o posicionamento da igreja em relação à mesma e os discursos sobre educação em circulação nas décadas do estudo. Na segunda parte buscou-se apontar elementos do corpo docente da instituição e, por fim, foram trazidos elementos que permitiram refletir sobre o currículo escolar em seu sentido mais amplo.

3.1 Gestão e modo(s) de educar na Escola Paroquial

Nesta parte buscou-se uma aproximação das práticas e discursos que circularam sobre e no exterior e interior da Instituição estudada e caracterizaram sua singularidade histórica. Buscamos descrever aspectos da sua gestão por parte da Igreja e as linhas gerais que definiram os modos de educar/governar os outros (professores, alunos, relação com a população).

Para abordar esses aspectos utilizamos narrativas de sujeitos e, em especial, fotografias.

Segundo Vidal e Abdala (2005, p. 178):

Apreciar uma fotografia é sempre um momento de prazer. Um deleite que não se resume à contemplação de pessoas ou lugares que conhecemos e que nos trazem à recordação aspectos de nosso passado. Várias vezes nos vemos tomados pelo prazer de vaguear o olhar em imagens que não possuem

qualquer marca de nossa presença, como fotografias de uma festa da qual não participamos ou retratos de lugares pelos quais jamais passamos. Em nossa sociedade ocular (centrada nos apelos da visão e da visibilidade), a fotografia exerce uma poderosa atração sobre aqueles que a miram.

As fotografias da Escola Paroquial nos levam a uma viagem no tempo, ao início da alfabetização institucionalizada da também recente cidade Fátima do Sul ou, como também chamada pela população, “Favo de Mel”. De acordo com Vidal e Abdala (2005, p. 178) “Vemo-nos transportados no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado pela ação mecânica da máquina fotográfica”.

Na contramão de alguns discursos sobre educação e escolarização em circulação no país na primeira metade do século XX, como os da chamada Escola Nova, expressos, no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*¹⁷, de 1932, e reafirmados nas décadas seguintes, a Escola Paroquial Vicente Pallotti, não expressava a laicidade propugnada, mas a religiosidade; não adotou “novos” métodos e “modernização” do trabalho docente e atendia apenas o ensino primário gratuitamente, cobrando pela oferta do ensino secundário. Conforme a ex-aluna Naura (ENTREVISTA, 2017, p.1) afirma: “[...] eu entrei e sei porque meu pai era muito pobre e não tinha condições de pagar”. Aspecto esse que fazia com que muitos pais não pudessem matricular seus filhos em instituições, devido à demora na implantação da gratuidade, após os anos iniciais da educação escolar.

Destacamos que, conforme explicitam Freitas e Biccás (2009), os conteúdos do referido Manifesto (1932) eram contrários ao pensamento católico.

Contudo, em concordância com a visão católica de educação, Jackson de Figueiredo¹⁸ discursou “[...] na década de 1920, a importância de se fundar um ‘partido católico’”

¹⁷ Segundo Freitas e Biccás (2009), mais especificamente na década de 1920, estava em circulação à proposta da renovação educacional na esfera de “muitas reformas educacionais” que ocorreram no período. Entre elas, na década de 1930, encontra-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de março de 1932, cujos temas “[...] mais ‘fortes’ eram a gratuidade necessária para que a educação fosse efetivamente pública; a laicidade para que a escola estatal pudesse ser legitimamente republicana; a obrigatoriedade para que escolarização patrocinada pelo orçamento público pudesse ser um projeto de construção da identidade social de crianças e jovens e fosse, por fim, baseada na co-educação para que expressasse sua abertura aos novos métodos e à modernização do trabalho docente” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 73-74).

¹⁸ Jackson de Figueiredo Martins nasceu em Aracaju, em 1891. Bacharel em direito, dedicou-se à política e ao jornalismo. Seu nome é ponto de referência na história do catolicismo brasileiro como organizador do movimento católico leigo. Entre 1921 e 1922, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, através dos quais combateu o comunismo, o liberalismo e a revolução de modo geral. A sua proposta era reunir leigos e religiosos que se dedicassem aos estudos da doutrina católica. Foi através de sua obra que o pensamento conservador, tradicionalista ou reacionário foi introduzido no Brasil. Colaborador em vários jornais e revistas, como a *Gazeta de Notícias* e *O Jornal*, produziu, entre outras obras, *Afirmarções* (1921), *A reação do bom senso* (1922) e *A coluna de fogo* (1925). Faleceu em 1928.

(FREITAS; BICCAS, 2009, p. 76). Além de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima¹⁹, com seus argumentos, conseguiu influenciar as décadas seguintes ao manifesto ao declarar que este continha ideias “antipatrióticas e anticristãs, abertas ao desregramento das sociedades liberais e, por isso mesmo suscetíveis à sedução do socialismo” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 76). De acordo com Alceu Amoroso o Manifesto dos pioneiros era propenso ao comunismo. O que nos leva a afirmar que havia uma luta de forças em jogo no país, sobre o modelo de educação. As escolas ligadas ou gestadas pelos religiosos católicos, como a Escola Paroquial Vicente Pallotti, mantinham-se na contramão do ideário renovador da época ou, ao menos, o questionavam e nele não se incluíam.

Como mencionado no segundo capítulo, a Escola Paroquial Vicente Pallotti iniciou suas atividades, de forma improvisada, em 1955, no sítio de um colono. Naquele período também encontrava-se em voga o chamado populismo, que se baseava no moralismo o qual, segundo Hilsdorf (2003, p. 112-113), restringia de certa forma os privilégios dos mais favorecidos e abria “[...] espaço para a manifestação das camadas populares e o aparecimento de políticos que se propunham a satisfazer essas reivindicações, acenando com melhorias e reformas em troca do apoio aos seus próprios interesses”. Uma das reivindicações populares eram por mais escolas. Nesses termos o quesito “educação”, na criação de novas cidades, era indispensável.

Em 1957 a Escola passou a funcionar na Capela Nossa Senhora Aparecida à margem esquerda do Rio Dourados que recebeu o título de Escola Paroquial e apenas em 1958 foi nomeada Escola Paroquial Vicente Pallotti, juntamente com a sua regulamentação no dia 28 de março do referido ano. Segundo o Pe. Amadeu Amadori “Lecionaram duas professoras (Irma Soares de Souza e Pedrina Pereira da Silva) nomeadas pelo Estado” (LIVRO DO TOMBO, 1963, p. 7). Segundo o Pe. Ládio Luiz Girardi (2016) a Escola recebia ajuda do Estado, por isso o mesmo as nomeou.

Segundo Hilsdorf (2003, p. 121), a partir da década de 1950 iniciou-se a “[...] redução da ação direta do Estado na educação em proveito das instituições privadas”.

¹⁹Alceu Amoroso Lima, filho de Manuel José Amoroso Lima e Camila da Silva Amoroso Lima, nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1893. Estudou no Colégio Pedro II e formou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1913, foi crítico literário, professor, pensador, escritor, líder católico e polígrafo, que publicou dezenas de livros e desenvolveu uma intensa atividade intelectual, morreu em 14 de agosto de 1983 na cidade de Petrópolis (RJ). (Retirado do site da prefeitura de São Paulo)

Figura 24 - Capela/escola ao fundo e primeira turma da Escola (1957)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

A *Figura 24* é do ano de 1957, quando se iniciaram as aulas da Escola, evidencia a primeira turma em frente à Capela/escola, com 66 alunos, uniformizados. Ao centro o Pe. Amadeu Amadori (fundador da escola), com veste preta, à esquerda a professora Irma Soares de Souza e a direita a professora Pedrina Pereira Aguilera.

Essa forma de posicionamento pode representar a importância dada à igreja como elemento central, assim como as professoras nas laterais podem ser sinal de cuidado e ordem, ao mesmo tempo em que é dada certa hierarquia, a figura do padre ao centro e das professoras em segundo plano, nas laterais. Podem ainda expressar o exercício de poder em jogo na Instituição. A fotografia apresenta o que interessou deixar registrado, tendo como foco a pequena escola, a turma ou turmas de alunos, o padre ao centro e os professores e nada mais. Mas isso não é pouco. Do ponto de vista da distribuição espacial o registro reforça o papel da igreja e dos palotinos na educação das várias almas pequeninas, pois a edificação de madeira aparece minúscula frente à presença das pessoas: os que educam e as crianças que em seu interior estavam sendo educadas.

As aulas na Capela/Escola ocorriam com a improvisação dos recursos, de início não haviam carteiras eram tábuas brutas de peroba para se sentarem e para servirem de mesa.

Podemos observar com as fotografias duas rotinas daquela pequena capela, juntamente com os que as praticavam: na *Figura 24* a capela enquanto escola formava os filhos dos

colonos para o trabalho, mas também para seguirem uma vida espiritual, na qual a leitura não é o único meio, mas constitui-se em ferramenta indispensável. Os personagens dessa imagem como vemos é o padre, as professoras e os alunos, a *Figura 25* nos mostra a capela em sua função primordial. As crianças que antes foram alfabetizadas, agora catequizadas, comparecem na imagem em um evento de comemoração pelo recebimento do sacramento da Primeira Comunhão²⁰.

Figura 25 - Alunos em “Primeira Comunhão”



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Na *Figura 25* registra-se uma comemoração dos alunos que fizeram a Primeira Comunhão; a fotografia foi cedida ao *Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka* por Pedrina Pereira Aguilera uma das primeiras professoras da escola. Uma mesa foi posta na varanda com uma toalha estendida, as meninas usam véu e todos à mesa foram convocados a fazer um gesto com as mãos para fazer uma oração, seguramente de agradecimento, pois ali iriam partilhar a mesa. As crianças da fotografia eram alunas e alunos da Escola que se inseria

²⁰ A sagrada Eucaristia completa a iniciação cristã, foi o próprio Jesus que instituiu a Eucaristia na quinta-feira santa durante a última ceia e foi seguindo a ordem de Jesus “Fazei isto em minha memória” que a Igreja Católica se manteve unida, desde Jerusalém até aos dias de hoje. A fração do pão faz parte da vida de um católico, é o cume da espiritualidade da Igreja Católica, Jesus está vivo e presente na Eucaristia, quem a recebe, recebe o Corpo do Senhor. É o Senhor que permanece em nós e nós nele. A Primeira Comunhão acontece depois que as crianças fazem a formação do catecúmeno que é posterior ao batismo ao qual por meio da Eucaristia, participam, com toda a comunidade, no próprio sacrifício do Senhor. Enfim, pela celebração eucarística, unimo-nos desde já à Liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando Deus for tudo em todos (1 Cor 15, 18). (CANÇÃO NOVA, 2013).

na Capela. Podemos interpretar que de início as práticas escolares e litúrgicas estavam emaranhadas, dando a entender parte das programações da Instituição e como “pretendia” constituir as crianças que a frequentavam ou a questão do governo das crianças como questão pedagógica (MARÍN-DIAZ; NOGUERA-RAMIREZ, 2014). Além do que o fotógrafo colocou esse ritual em primeiro plano, tratando a “Primeira Comunhão” como um acontecimento significativo para a Capela/Escola. Mais recuado é possível observar duas residências de madeira, além de outras pessoas próximas à mesa que devem ter uma relação direta com as crianças, mães ou outros familiares.

A *Revista Rainha* (1979) relata um pouco de como era a capela Nossa Senhora Aparecida que se fez escola e o que ocorreu com a mesma:

A primeira capelinha era uma rude choupana à margem do rio. O vento a deitou em escombros, em 1975. Mais tarde, em terreno doado pelo INCRA, Pe. Amadeu levantou uma capela excelente, nos padrões da época. Media nove metros por quinze, tinha esteios de aroeira e tábuas de peroba. No fundo, erguia-se a casa paroquial, também de madeira. Num terceiro estágio foi edificada a Igreja definitiva, de alvenaria, no ponto mais alto da cidade, com terreno amplo, tendo ao lado casa paroquial e salão de festas (REVISTA RAINHA, 1979, p. 14- 15).

A Escola funcionou na Capela Nossa Senhora Aparecida e ao mesmo tempo na Avenida Nove de Julho, onde hoje se localiza a Praça Getúlio Vargas, isso depois do mês de julho de 1957. Passou a funcionar em dois locais devido à demanda de alunos da comunidade. A Capela/Escola atendia as crianças da zona rural enquanto a Escola Paroquial Vicente Pallotti atendia as crianças que residiam na cidade.

Em 1960 os padres construíram uma escola de madeira em terreno emprestado e recursos doados pela comunidade e por duas serrarias. Mesmo com esse empreendimento a escola não deu conta da demanda estudantil e precisou funcionar concomitantemente em uma sala cedida pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA, cujo prédio se localizava no centro da cidade (na Avenida Nove de Julho esquina com a Rua Melvin Jones).

No ano de 1966 foi inaugurado o edifício do Instituto D. Pedro II e em março de 1967, a Escola Paroquial Vicente Pallotti passou a funcionar durante o período diurno no mesmo prédio, com 110 alunos e 05 professores (PPP/ESCOLA, 2013).

Segundo a descrição da história da Instituição presente no Projeto Político Pedagógico (2013), foi por meio do Decreto 2.330 de 28 de novembro de 1974, que a escola passou a compor a Rede Estadual de Educação, porém apenas em 1999 passou a funcionar em espaço próprio na Rua Pastor Lemos nº 2.011, no bairro Santa Rita, onde funciona até os dias atuais.

Em 1961 começou funcionar no Instituto D. Pedro II o Curso Comercial:

Curso Comercial (Básico)- Com a presença do Sr. Dr. José Pamisgo- Inspetor Federal do Ensino, de Campo Grande- foi fundado o Curso Comercial do Instituto D. Pedro II, de propriedade dos Padres Palotinos. Nesta ocasião fizeram *Exame de Admissão* para a 1^a²¹ Sede. Isso teve lugar no dia vinte e um de março de mil novecentos e sessenta e um (LIVRO DO TOMBO, 1961, p. 8). (grifos nossos)

Era obrigatório naquela época o chamado “exame de admissão”, fazia-se necessário ser aprovado nesse para ingressar no Ginásio (5.^a a 8.^a série). O exame tinha dupla função: uma de converter as relações de poder em saber e vice-versa. Eles podiam classificar aprovar ou reprovar, portanto eram dotados de muito saber, que faziam circular o poder em exercício, sendo assim “[...] à disciplina e ao exame, aparecem como elementos articuladores da relação saber-poder”. (FOUCAULT, 2008 apud MARÍN-DÍAZ; NOGUERA-RAMÍREZ, 2014, p. 51).

Encontramos alguns relatos no *Livro do Tombo* sobre a prática desses exames, em 1966 houve três dias dedicados às provas do exame para ingressarem no Ginásio Comercial no ano seguinte: “Exames de admissão - De 20 a 23 de dezembro de 1966 realizaram-se *exames de admissão* de 1^a época para o Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II. Apresentaram-se 95 candidatos” (LIVRO DO TOMBO 1966, p. 22). Também há registro de que em 10 de março de 1967 houve exame de admissão.

Além dos exames de admissão também era habitual exames para recuperar o aluno que obtivesse baixo desempenho o que o Pe. Amadeu Amadori chamou de “exames finais” (LIVRO DO TOMBO 1966, p. 21).

Como no *Livro do Tombo* eram registrados os principais acontecimentos foi então anotado a fundação do Curso Ginásial, evidenciando a relevância dada à sua criação.

Segundo Hilsdorf (2003), a Lei de Diretrizes da Educação, Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 apoiava a iniciativa privada. Foi identificado que o Instituto D. Pedro II recebia ajuda governamental para seu funcionamento. A legislação fixava auxílio principalmente para as escolas de nível secundário e superior, oferecendo bolsas de estudo e assistência à infraestrutura.

²¹“Sede” - assim era chamado o Instituto D. Pedro II.

A *Revista Rainha*, em comemoração aos 25 anos da Missão palotina no Mato Grosso, fez reverência ao Instituto D. Pedro II, como uma obra palotina, relatando alguns dos ensinamentos que foram ministrados no Instituto:

A 21 de Março de 1961, os padres fundaram o Instituto Dom Pedro II estabelecimento de ensino que sempre mereceu grande estima. Nele estudaram muitos alunos que hoje são profissionais de renome. Iniciaram pequeno e simples, oferecendo apenas o curso comercial (antigo ginásio). Mais tarde foi criado o segundo grau, com os cursos de técnico em contabilidade e habilitação para o magistério. Não poucos dos que ali estudaram hoje se sentem gratos à escola que os educou e gerou para a vida profissional. E veneram com respeito o seu diretor-fundador, Pe. José Busatto. (REVISTA RAINHA, 1979, p.14).

Percebe-se com a citação que os palotinos se orgulhavam da fundação do Instituto D. Pedro II. A *Revista* (1971) nos faz pensar que a população estudantil do Instituto foi beneficiada e por isso seria grata aos padres palotinos, ao ponto de venerarem o Pe. José Pascoal Busatto por “tão grande feito”. Devemos ressaltar que o foco da referida *Revista* eram os próprios palotinos e sua edição/publicação objetivava fazer circular os feitos e as ideias da Missão.

Segundo o Pe. Amadeu Amadori (LIVRO DO TOMBO, 1965, p. 14) em 29 de junho de 1965 foi “solenemente” inaugurada uma quadra de esportes no terreno da Escola Paroquial Vicente Pallotti. Nessa celebração estavam presentes os padres Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto, o “[...] Sr. Prefeito Reinaldo do Santos Moraes, do Pároco de Glória de Dourados Pe. Roberto F. do Nascimento e todos os alunos do Instituto D. Pedro II, Escola “Vicente Pallotti” de Fátima do Sul e os alunos do Instituto 7 de Setembro de Glória de Dourados, e grande massa popular” (LIVRO DO TOMBO, 1965, p. 14).

Encontramos a fotografia, apresentada neste Relatório como *Figura 26*, de um Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti.

Figura 26 -Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na Escola Paroquial, portanto, funcionou um campo de esportes. Segundo a ex-aluna Naura (ENTREVISTA, 2016, p. 2) nos finais de semana as crianças tinham acesso ao campo, os padres chegaram a realizar o que eles chamavam de “Grêmio Esportivo Vicente Pallotti”. Percebemos a importância dada a essa inauguração com a presença do Pároco, de representante do Instituto 7 de Setembro de Glória de Dourados, além do prefeito da cidade e os alunos do Instituto, da Escola Vicente Pallotti e ainda a “grande massa popular”. Observamos a ênfase dada, toda movimentação para a inauguração de mais uma obra palotina: “O Sr. Prefeito cortou a fita simbólica e o Pároco lançou a benção Litúrgica. A seguir realizaram-se diversos encontros de Basquet-Bool, Foot-Bool de salão na Quadra inaugurada” (LIVRO DO TOMBO, 1965, p. 14).

Pela descrição o campo e a quadra são distintos, porém quanto ao funcionamento da Escola Paroquial, o evento e a imagem nos permitem uma aproximação do espaço em que se praticavam esportes na Escola Paroquial Vicente Pallotti, ou pelo menos nos faz ter uma ideia do que poderia ser, visto que,

[...] por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que

os olhos descortinam, mas o que as sucessões da sintaxe definem (FOUCAULT, 2009, pp. 201-202).

“A Pedagogia Palotina surgiu da necessidade de reavivar a fé e reacender a caridade entre os anos de 1795 a 1850 com Vicente Pallotti em Roma/Itália”. (ORSOLIN, 2009, p. 7). A pedagogia a qual o autor se refere é de caráter educacional e pastoral: “Devido à expansão dos Colégios palotinos, surgiu a necessidade de aprofundar e fortalecer a identidade política pedagógica palotina destas instituições educacionais” (ORSOLIN, 2009, p. 7). Com isso os seminaristas ganharam mais liberdade na hora do lazer: “[...] dispensarem a batina para o esporte, de terem maior contato com a sociedade em geral [...] participarem mais tarde de reuniões dançantes, a liberdade de irem ao cinema ou ao teatro, etc.” (RUBIM, 2002, p. 534 apud ORSOLIN, 2009, p. 20).

Figura 27 - Pe. José Pascoal Busatto (1962)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na *Figura 27* aparece o Pe. José Pascoal Busatto jogando futebol com os alunos do Instituto D. Pedro II. A pedagogia a qual se refere Rubim (2002) se aplica também às escolas palotinas como, por exemplo, o incentivo ao esporte, tendo a experiência se iniciado em 1958. Segundo Orsolin (2009, p. 40), “[...] as instituições palotinas de educação só contribuirão por meio de ações concretas que valorizem o indivíduo em sua totalidade”, o que se refere entre

outros assuntos à valorização não só da alma, mas também do corpo. Ao fundo a imagem evidencia a presença de adultos e crianças, permitindo considerar que era um acontecimento que contava com prestígio de parte ou dos moradores da cidade.

Segundo o Pe. Amadeu Amadori (LIVRO DO TOMBO, 1965, p.13) no dia 08 de março de 1965 as aulas da Escola Paroquial Vicente Pallotti e do Ginásio Comercial do Instituto D. Pedro II tiveram início. No Ginásio foram feitas mais de 200 matrículas e na Escola Paroquial foram 450.

Em 1966 o Instituto D. Pedro II passou a funcionar com luz, este acontecimento foi fundamental para a transferência da Escola Paroquial Vicente Pallotti para o mesmo: “[...]. Aos 12 de setembro de 1966 acabou de ser instalado o grande motor Deutz nos fundos do Ginásio Comercial que deverá fornecer luz e força para o ginásio, Maternidade, a futura Matriz e a futura residência dos padres e Rádio Ivoité” (LIVRO DO TOMBO, 1966, p. 20).

Segundo o Pe. Ládio, “[...] *tinha motor público, como tinha lá em Vicentina, mas funcionava só do escurecer até as dez da noite, aí ficava tudo escuro [...] falhava muito e em todo lugar, lá na colônia eu também estive no tempo dos motores e falhava muito a luz e então um motor próprio era a saída*” (ENTREV.../PE. LÁDIO, 2016, p. 2). A colônia a que o Padre se refere era no Rio Grande do Sul.

Em tese em Fátima do Sul quem terminava o ensino primário podia seguir os estudos, cursando o Ginásio e os cursos profissionalizantes²², oferecidos pelo Instituto D. Pedro II, também criado pelo Movimento Social Palotino.

Mas os concluintes do primário encontravam uma “barreira seletiva [...] representada pelo ‘exame de admissão’ ao ginásio que represava cerca de 50% dos candidatos” (HILSDORF, 2003, p. 115). Por isso os alunos do primário eram em maior número, não eram todos que tinham a oportunidade de ingressar no Ginásio. Também se deve considerar outra forma de seletividade que não somente a do exame de admissão, que era a falta de condições financeiras das famílias para arcar com a mensalidade desse nível da educação de seus filhos; além desse aspecto, alguns jovens necessitavam trabalhar inviabilizando a continuidade dos estudos.

Sobre a cobrança de mensalidade nos cursos oferecidos no Instituto, o Pe. Ládio (ENTREV..., 2016) afirma: “*Agente não podia fazer de graça para todo mundo, quando tinha*

²² Segundo Freitas e Bicas (2009, p. 112) nas décadas de 1930-1940 “[...] circulou com intensidade o discurso que considerava ser ‘natural’ pensar os ensinos secundário e superior para as ‘mentes aptas a dirigir’ e os outros graus e modalidades de ensino destinadas, sem meias palavras, aos pobres, como será o caso explícito do ensino profissionalizante”. A legislação dos anos de 1970 radicalizou a oferta de educação para o mundo do trabalho ou profissionalizante, para o então 2º grau, com a promulgação da Lei 5.692/71 (BRASIL, 1971).

uma família com cinco filhos que estudavam, por exemplo, aí sim um dois deles agente dava, porque recebia algumas verbas do Estado também, mas não tinha bolsa de estudo para todos". De acordo com o padre o Instituto não contava com apoio financeiro do Estado e como o Instituto não tinha condições de manter os cursos profissionalizantes, cobrava uma mensalidade e este aspecto limitava o acesso de parte dos interessados.

O próximo item abordou aspectos referentes aos professores da Escola Vicente Pallotti.

3.2 O sujeito professor: formação e atividades de ensino na Escola

O objetivo nesta parte foi analisar a presença, formação e algumas atividades dos professores que atuaram na Instituição estudada.

A cultura material escolar se refere a "[...] um conjunto de artefatos, cuja existência, uso e significado se ligam historicamente ao processo de escolarização e à consequente disseminação da forma escolar" (ALVES, 2010, p. 103). A materialidade nos leva a compreender as práticas cotidianas do meio escolar sendo a fotografia um desses materiais. A fotografia escolar pode ter expressivo significado:

Um estudo crítico e reflexivo sobre as fotografias deve se preocupar em situar os interesses que direcionaram a produção, circulação e recepção destas imagens e em desvendar o significado que emerge da narrativa visual. A fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais (SÔNEGO, 2010, p. 114).

A Escola Paroquial Vicente Pallotti e o Instituto D. Pedro II tiveram como uns de seus professores: Irma Soares de Souza, Pedrina Pereira da Silva, Valda, Conceição, Neusa de Castro Ribeiro, o Pe. Ládio Luiz Girardi, Quintino Bristot, José Pascoal Busatto, Elcira Gracia Cielo, Edgar Monteiro Salgado, Iraci de Souza, Cinira Simões Dias, entre outros.

O Instituto foi dirigido inicialmente pelos padres Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto, também foram seus diretores José Harfouche e José Câmara.

A *Figura 28* apresenta alguns professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti. Na verdade o que vemos é a própria instituição escolar, ou seja, os sujeitos e as práticas que existem nela, pois só com o conhecimento destes é que podemos pensar uma instituição (FOUCAULT, 2008a). De veste preta é o Pe. José Pascoal Busatto, aos fundos a Escola Paroquial. Segundo o Pe. Ládio Luiz Girardi (2015, p. 1), na época em que ele era diretor do Instituto D. Pedro II, seu vice era o gerente dos Correios e Telégrafos Edgar Monteiro

Salgado, este era também professor e foi educado pelos Salesianos em Mato Grosso. O padre também mencionou ser “muito exigente” com o uniforme porque assim aprendeu com os Salesianos; exigia que os professores usassem uniforme e o mesmo tinha que estar “impecável”.

Figura 28- Professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Podemos ainda considerar que se trata de um período de governo ditatorial e o rigor era profundo. Segundo Freitas e Biccias (2009, p. 61), “o Estado interveio para ‘uniformizar’ vários aspectos da sociedade brasileira”. Quando os autores se referem a uniformizar estão dizendo no sentido literário. Trata-se de tornar uniforme, padronizar ou homogeneizar comportamentos e não somente o vestuário. Contudo, uniformizar o vestuário cumpria uma função importante em instituições como a escola, que de diferentes modos se propunham homogeneizar seus usuários. Observa-se que todas as professoras usam roupas brancas, a maioria delas idênticas.²³

²³ Essa padronização, entretanto, não foi objeto de preocupação somente a partir dos anos de 1960. Desde a década de 1940, com a promulgação das Leis Orgânicas, cujo tema era a “padronização”, foram regulamentadas “[...] as atividades de recreação, as normas de vestimenta que resultaram na universalização do uniforme escolar e até as indicações para a verificação do asseio dos estudantes” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 118-119). Eram as seguintes Leis: Lei Orgânica do Ensino Secundário: 1942; Lei Orgânica do Ensino Industrial: 1942; Lei Orgânica do Ensino Comercial: 1943; Lei Orgânica do Ensino Agrícola: 1946; Lei Orgânica do Ensino Primário: 1946; Lei Orgânica do Ensino Normal: 1946.

Assim como o dia das crianças o dia do professor também não passava em branco, em 1971 foi comemorado com a promoção de palestras e passeio não apenas para os professores de Fátima do Sul, mas também para os da Região, como expresse na citação a seguir:

15-10-71- Dia do professor! No dia de hoje os professores municipais de Fátima do Sul, Jateí, Glória de Dourados tiveram um encontro no recinto do Instituto D. Pedro II. Foi um encontro! Foi uma revisão de missão de professor que a delegacia de ensino de Fátima do sul promoveu com palestras e exposições! À tarde, todos foram passear na ilha do Rio Dourados! (LIVRO TOMBO, 1971, p. 60).

A ênfase dada ao “encontro de professores” com a expressão “Foi um encontro!” expressa entusiasmo por parte do Pe. Amadeu Amadori, assim como o uso do ponto de exclamação repetida vezes nos leva a pensar sobre a importância dada ao dia do professor e a imaginar como podem ter sido apropriadas as palestras e as exposições juntamente com o passeio, porém, não podemos esquecer o fato de esse “encontro” ter sido promovido pelo padre, e que ele mesmo registrou o que lhe interessou. Ou seja, em diálogo com Foucault (2008), devemos considerar a “posição de sujeito” que ocupa e pensar qual seria a intenção do autor que conta a história. Outro ponto relevante nos é dado com a frase “Foi uma revisão de missão de professor”. E, pensar a educação como uma “missão”, parece ser uma “obviedade” vinda de um missionário, de um evangelizador; entretanto, esse posicionamento acerca do professorado era argumento usado em diversos discursos da época.

Podemos pensar a governamentalidade referente também aos professores, segundo Foucault (1977, p. 231) “as relações de poder existem entre [...] aquele que sabe e aquele que não sabe”, a forma de governo então pode ser pensada com o fato de os professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti ser aqueles que “sabem” em relação aos alunos e concomitantemente serem os que “não sabem” em relação aos padres e as irmãs, uma vez que os mesmos promoviam palestras e reuniões para “aperfeiçoar” o professorado, como veremos no próximo tópico.

O Pe. Amadeu Amadori (LIVRO..., 1967) considerava o corpo docente do Instituto D. Pedro II, nele incluso a Escola Paroquial Vicente Pallotti, ótimos profissionais:

Instituto D. Pedro II inicia as aulas- Aos 6 de março de 1967, com 300 alunos no Ginásio e 45 no técnico, tiveram início as aulas do presente ano, no prédio novo em frente à nova matriz em construção. É a melhor e a mais frequentada Escola do Município. Conta com a melhor equipe de professores (LIVRO DO TOMBO, 1967, p. 23).

O registro no *Livro do Tombo* (1967) enfatiza a equipe de professores da Instituição. A ex-professora Elcira (ENTREV..., 2014, p. 6) narra em seu depoimento que: “Durante o

período que lecionei no Instituto o homem pisou na lua (1969). A meu pedido os alunos fizeram um trabalho sobre a chegada do homem à lua, que foi deslumbrante e o foco de atenção a todos, perfeito". Ao que parece a ex-professora valoriza o próprio trabalho e talvez o desempenho dos alunos pela ênfase dada à atividade realizada com os alunos.

Entretanto, segundo o Pe. Ládio (2016, p. 3), entre os anos de 1972 e 1974 havia somente dois professores com curso superior: ele e uma professora oriunda de São Paulo. A maioria dos professores “[...] tinham o II Grau incompleto, outros nem isso. Havia alguns, por exemplo, que não tinham curso de matemática, mas eram bons em cálculo, então este iria dar aula de Matemática”.

Esse aspecto não se constituía, entretanto, privilégio da Escola estudada, visto que na época, era limitada a possibilidade de obtenção de um título de nível superior; dar continuidade aos estudos era um desafio e, ser “bom em cálculo”, como afirmou o padre, credenciava alguém na área de matemática e podia ser significado de “bom professor”, do contrário ficaria impossível o funcionamento da escola, pois não havia número suficiente de professores licenciados.

Em 1969 a ex-professora Elcira (ENTREV..., 2014, p. 6) lecionou também no magistério no Instituto D. Pedro II, a mesma havia cursado o magistério no próprio Instituto no ano anterior; a mesma narra que “[...] morava entre o convento das Irmãs do Coração de Maria e o seminário dos padres palotinos, próximo à igreja matriz, daí o meu apego pela escola Vicente Pallotti. Lecionei também nas Escolas Estaduais Filinto Muller e Batista”. De sua experiência como professora afirma que:

Levar o saber aos alunos é super gratificante. A gente percebe a necessidade que eles têm de saber, de aprender. O professor é figura marcante na vida do aluno, logo, ele tem que ser um exemplo de vida. O aluno confia no professor e os pais, a comunidade confiam na escola. Pelas experiências vividas percebi que o que a igreja e a escola falam é lei para o povo (ENTREV.../ELCIRA, 2014, p.7).

A narrativa da ex-professora evidencia o saber-poder da Igreja e da Escola ao afirmar que “[...] o que a igreja e a escola falam é lei para o povo” (Ibidem), no caso da população ou da comunidade de Fátima do Sul, em outros termos “governamentalidade”. Um exemplo de relações de poder existente nas escolas pode ser observado “na maneira como, [...] as crianças eram expostas, todos os dias, ao olhar de seu professor” (FOUCAULT, 1978, p. 263). No caso da Escola Paroquial Vicente Pallotti, as crianças ficavam expostas aos olhares não só dos professores segundo a ótica da escola, mas também segundo a Igreja.

Os cursos normais²⁴ que habilitavam/licenciavam professores para atuar nas séries iniciais eram oferecidos em Campo Grande, Corumbá, Cuiabá e em outros estados e eram em sua maioria particulares, segundo Furtado (2007). Esse pode ter sido um dos fatores que dificultou para a Escola Paroquial Vicente Pallotti contratar e funcionar com todos os professores licenciados. O próprio Instituto passou a oferecer o Curso Normal, anos após a sua criação em 1961. Mas o curso era particular, dificultando o acesso aos colonos de Fátima do Sul, que para obtenção de terras na Região, precisaram comprovar ter baixa renda, indicando que não possuíam condições financeiras para custear os estudos próprios ou de seus filhos.

Segundo Furtado e Moreira (2015, p. 6) no sul de Mato Grosso os “professores leigos” eram predominantes, em especial assumiam “as classes de 1ª série”. Em “1963, mais de 60% dos professores primários que atuavam no Estado não tinham formação adequada” (MARCÍLIO, 1963 apud FURTADO; MOREIRA, 2015, p. 7). Número alto e por isso preocupante.

Pensando na formação dos professores durante o governo de João Goulart foi implantado segundo Furtado e Moreira (2015, p. 8) o “Programa de Recuperação e Aperfeiçoamento do Magistério”, uma ação entre outras ações que podiam colaborar com a formação dos professores.

No Instituto D. Pedro II chegou a funcionar o Curso Normal de Férias, para que no descanso das crianças os docentes se aperfeiçoassem:

Naquele tempo precisava muito de professor, quem tinha um curso normal era considerado como hoje é o ensino superior. Não havia muitos professores formados, tínhamos que colocar para trabalhar na escola pessoas sem formação mesmo, porque do contrário as crianças ficariam sem professores, mas mesmo assim tentávamos escolher os melhores, aqueles que tivessem o dom de ensinar (ENTREV.../PE. LÁDIO, 2016).

O Instituto D. Pedro II também oferecia o segundo grau com algumas habilitações: “[...] tinha o segundo grau em contabilidade e também em magistério o curso normal agente chamava naquele tempo, que é o magistério, então formava professores e contadores, era só o segundo grau, mas formavam escritório próprio e tal e então era desse jeito” (ENTREV.../PE. LÁDIO, 2016, p. 2). Com essa narrativa o padre evidencia o investimento na

²⁴ O curso Normal ou magistério de 1º grau é um curso secundário que habilita a “exercer a docência na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1999, p. 1).

formação dos professores²⁵ e outros cursos, oferecidos pelo próprio Instituto D. Pedro II, que visavam sanar a necessidade de professores primários nos anos 1960 e 1970.

Segundo Furtado e Silva (2015) a partir de 1930, Mato Grosso passou a “progredir”, porém o mesmo não ocorreu com as escolas normais públicas. A formação dos professores ficou a cargo das escolas particulares:

A primeira Escola Normal denominada Joaquim Murtinho foi instalada no Sul do Mato Grosso em 21 de abril de 1930, em Campo Grande pelo Presidente do Estado Dr. Aníbal Toledo. Conforme ocorreram com outras instituições que foram instaladas em outros estados, a instituição de Campo Grande funcionava em edifícios em péssimo estado de conservação e, também não haviam professores qualificados campograndenses sendo necessário vir docentes de Cuiabá e São Paulo para ministrarem as aulas (FURTADO; SILVA, 2015, p. 4).

Carvalho (2014) evidencia em sua pesquisa como se deram as iniciativas e o processo de implantação e consolidação da Escola Normal no Sul do estado de Mato Grosso, em particular sobre a criação e consolidação da Escola Normal “Jango de Castro”, na cidade de Aquidauana/MT, no período que se estende de 1949 a 1975. A autora enfatizou o processo histórico que culminou na institucionalização da Escola Normal no sul do Estado. Os resultados apontaram que a instituição estudada, dada a realidade histórico-social, seguiu o desenrolar das relações sociais da sociedade capitalista:

[...] A trajetória da Escola Normal Jango de Castro fora marcada pela precariedade do espaço físico, escassez de professores com formação na área, uma vez que tal modalidade de ensino, em sua oferta, contou com a participação de professores leigos, os quais se desdobravam no exercício de dois ou mais ofícios, assim traços de ordem e de controle foram localizados no arquivo escolar cuja finalidade precípua residia em amenizar as consequências dessa realidade um tanto precária (CARVALHO, 2014, p. 7).

A realidade descrita por Carvalho (2014) caracteriza não somente a Escola Normal “Jango de Castro”, mas se assemelha a outras escolas normais da época.

Segundo Furtado e Silva (2015) em 1959 iniciou em Dourados, cidade próxima a Fátima do Sul no Sul de Mato Grosso, uma Escola Normal, nesse período a Escola Paroquial Vicente Pallotti já estava em funcionamento, tendo em Dourados expandido a modalidade de ensino na década de 1960 quando foi criado um “Curso Normal no Colégio Osvaldo Cruz” (FURTADO; SILVA, 2015, p. 5).

²⁵Segundo Freitas e Biccas (2009, p. 88), “ao país faltava uma elite esclarecida; e uma elite esclarecida precisava de professores secundaristas com formação universitária”, no entanto, mesmo com a preocupação quanto à formação de professores que de acordo com o citado consta desde 1925, não havia professores habilitados o suficiente.

Mesmo com a criação de cursos normais em Dourados, em Fátima do Sul nos anos 1960 ainda não havia professores habilitados o suficiente para o ensino primário e nem para o ensino secundário. Devemos considerar naquele momento a recente fundação da referida cidade e o descaso quanto à formação dos professores; tal escassez pode ter ocasionado a procura e tentativa em trazer profissionais habilitados para a Região. Era inviável a possibilidade de os interessados no professorado irem cursar o magistério em Dourados, grande parte da população na década de 1960 não possuía locomoção adequada, além da falta de asfalto dificultar a passagem em época de chuva, por exemplo, além de tais escolas normais serem particulares sendo aberta a primeira escola de Curso Normal em Dourados apenas em 1970 “anexa ao centro Educacional Menodora Fialho de Figueiredo” (FURTADO; SILVA, 2015, p. 5).

O Pe. Amadeu Amadori quis também deixar registrado no Livro do Tombo (1966, p. 23), o Instituto D. Pedro II juntamente com a Escola Paroquial Vicente Pallotti, como “[...] a melhor e a mais frequentada Escola do Município”. Na afirmativa pode ter havido a intenção de demarcar a construção educacional dos padres palotinos como sendo um sucesso considerado pela maioria. Além do mais, segundo Capilé (1999), até o início dos anos 1970, era a única escola a oferecer o ensino secundário no município²⁶.

Durante a ditadura “se investia na melhoria do ‘capital humano’ [...] importada dos Estados Unidos como ‘diretriz de política social para países em desenvolvimento’ [...] garantindo que a conquista de graus escolares mais elevados proporcionava ascensão social.” (HILSDORF, 2003, p. 123-124), por meio de investimentos ao processo de educação escolar, sendo a qualificação para o trabalho o retorno esperado.

O ex-aluno Pedro Rocha (ENTREVISTA, 2014, p. 1) falou um pouco sobre a dificuldade de dar continuidade aos estudos ao ser questionado sobre alguma lembrança do período de ditadura militar no Brasil, a partir de 1964; afirmou que “[...] *no militarismo, o estudo era para as pessoas mais favorecidas que tivessem condições financeiras*”. Fator provavelmente considerado por ele como limitador para dar sequência aos estudos.

Conforme narrativa do Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2014, p. 1), a partir de 1964 nas escolas estaduais, a maior parte dos diretores eram escolhidos pelos governantes, colocavam na direção aqueles que eram de confiança do partido da Aliança Renovadora Nacional

²⁶ O ensino secundário compreendia a escolarização imediatamente posterior aos quatro anos do ensino primário que se organizava em dois ciclos: o fundamental de cinco anos e o complementar de dois anos, segundo Bittar e Bittar (2012).

(ARENA)²⁷. Com isso, muitas escolas ficaram em desvantagem, porque nem sempre a pessoa de confiança do referido partido era uma pessoa qualificada para ser diretor de uma escola: *“Houve até caso de ser escolhido para diretor um analfabeto. Mas isso era apenas em escolas estaduais, no Instituto D. Pedro II isso não chegou a acontecer, porque era particular”* (PE. LÁDIO, 2014, p. 1).

A maioria dos professores da Escola Paroquial e do Instituto D. Pedro II se envolviam nas práticas da igreja. A professora Pedrina Pedreira Aguilera, *Figura 29*, foi Rainha do Sino em 1959, enquanto a professora Neusa de Castro Ribeiro, *Figura 30*, foi à primeira Rainha do Algodão, concurso que ocorreu nos festejos em honra a Nossa Senhora de Fátima no ano de 1960. A professora Irma Soares de Souza era Presidente da Cruzada Eucarística. Essas fotos evidenciam a proximidade das atividades da escola com as da igreja, demonstram que algumas professoras participavam ativamente das práticas religiosas e das festividades da cidade. Todos os professores entrevistados expressaram ser católicos e em suas narrativas não contemplaram informação diversa acerca dos demais professores.

Figura 29 - Rainha do sino (1959)

Figura 30 - Rainha do Algodão (1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

²⁷ Aliança Renovadora Nacional (ARENA) surgiu como partido político de apoio aos militares em 1965 no regime militar, segundo Silveira (2008).

Na *Figura 31* temos o interior da escola e duas das professoras que nela lecionaram nos anos de 1960. À esquerda, mais uma vez, aparece a professora Neusa de Castro Ribeiro (Neuza Piauí). Na imagem podemos observar que as professoras estavam sorrindo à frente de um quadro com letras cursivas escritas com capricho a seguinte frase: “Salve todas as crianças queridas da Escola Vicente Pallotti”.²⁸

Figura 31- Professoras no interior da Escola (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

No próximo tópico foram abordados aspectos mais específicos do que nomeamos de “currículo” ressaltando que, em conformidade com a concepção de currículo adotada, os temas tratados nos capítulos anteriores e nos tópicos anteriores deste Capítulo articulam-se e compõem, em alguma medida, o currículo da Instituição.

3.3 Currículo escolar: civismo e religiosidade

Para melhor entender como funcionou a instituição escolar, a sua forma de educar, foi necessário pensar o currículo, algumas das práticas efetivadas, ou atividades realizadas, as

²⁸ Em alguns registros no *Livro do Tombo* o Pe. Amadeu Amadori não utilizava o termo “Paroquial” ao citar o nome da Escola, porém como explicitado anteriormente à mesma só deixou de ser paroquial em 1974, quando o estado assumiu sua responsabilidade.

disciplinas enquanto matérias escolares e outros elementos que caracterizaram a Escola, como instituição social, constituidora de sujeitos educados.

De acordo com as fontes foram analisados aspectos do currículo da Escola Paroquial Vicente Pallotti. A participação dos alunos em atividades cívicas e calendários de comemorações, recepções de autoridades públicas, inaugurações, além da participação em cerimônias religiosas, entre outros, faziam parte do que denominamos currículo escolar.

Segundo Silva (2010, p. 150): “[...] O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade”.

Nessa perspectiva tudo o que ocorreu no interior da Escola Paroquial Vicente Pallotti, e no exterior que teve ligação com a Escola é currículo. Para Silva (2010, p. 14) “[...] aquilo que o currículo é depende precisamente da forma como ele é definido pelos diferentes autores e teorias. Uma definição não nos revela o que é, essencialmente, o currículo: uma definição nos revela o que uma determinada teoria pensa que o currículo é”. Para o autor não há uma única teoria que consiga trazer a definição de currículo e sim um conjunto de teorias que pensam distintamente sobre o assunto, fazendo-o ter variados significados a depender de quem o pensa.

Segundo Silva (2010, p. 21) “As professoras e os professores de todas as épocas e lugares sempre estiveram envolvidos, de uma forma ou outra, com o currículo, antes mesmo que o surgimento de uma palavra especializada como ‘currículo’” Ou seja, a “organização e método” sempre passam pelas mãos dos professores.

No caso da Escola Paroquial Vicente Pallotti, o currículo prescrito e - como permitem apontar algumas das fontes analisadas - o desenvolvido, tiveram suas raízes e bases definidas ou ao menos articuladas à pedagogia ou ao “currículo” da própria Igreja, aspecto que, mesmo não sendo plenamente explicitado, contribuiu para dar uma forma específica ao currículo.

Nesse sentido não podemos deixar de analisar o chamado currículo “oculto”, ou seja, “[...] as características estruturais da sala de aula e da situação de ensino, mais do que o seu conteúdo explícito, que ‘ensinavam’ certas coisas: as relações de autoridade, a organização espacial, a distribuição do tempo, os padrões de recompensa e castigo” (SILVA, 2010, p. 78). Sendo assim, chamamos de currículo oculto as relações entre professor/aluno, professor/diretor, as relações harmoniosas ou não entre todos os que circulam a escola, os hábitos, além da disposição dos objetos, enfim, tudo o que passa na e pela escola e que contribui para inculcar algo nos alunos e nos demais envolvidos. Mais precisamente, segundo

Silva (2010, p. 78), “[...] o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar, que sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”. Nesses termos, os saberes e poderes em circulação devem ser considerados na análise do currículo de uma Instituição.

Foram necessários treze anos de debates até a promulgação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (BRASIL/MEC, 2007, p. 318); a referida Lei gerou perspectivas quanto a um possível “progresso” que poderia “[...] representar para a organização da educação nacional”.

Segundo a LDB de 1961 eram necessários quatro anos divididos em séries para completar o ensino primário, sendo obrigatório a partir dos sete anos, no caso de ingressos após essa idade era preciso a criação de “salas especiais” adequadas ao desenvolvimento de cada um. A Escola Paroquial Vicente Pallotti oferecia o primário com base nessa legislação.

Segundo o ex-aluno Pedro Rocha a partir de 1958 as disciplinas estudadas eram “Português, Matemática, Ciências, História e Geografia” (ENTREVISTA, 2014, p. 1). Durante o recorte temporal além das disciplinas mencionadas, havia Ensino Religioso, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, sendo as duas últimas disciplinas do período da ditadura militar.

Segundo a professora Elcira (ENTREVISTA, 2014, p. 1) no Ensino Religioso:

Não se focava em uma religião, já que não eram apenas católicos que estudavam na escola e o que mais se exigia em Matemática era o ensino de pesos e medidas. No ensino primário, o básico era a alfabetização. Em história começam estudando sobre a história da sua família, depois da escola, da comunidade, do município, do Estado e do Brasil.

Segundo a ex-aluna Naura (ENTREVISTA, 2016, p. 1), “[...] a separação dos alunos era por série e os professores sempre introduziram o amor a Deus e o respeito nas famílias”. Referindo-se as aulas, afirma que:

[...] era uma professora por turno, uma de manhã e outra à tarde. Naquele tempo tinha o intermediário, tinha aula das 07h00min às 10h00min, das 11h00min às 13h00min e das 13h00min às 16h00min, só eram três horas de aula, tinha uma salinha ali que funcionou para ajudar, porque não cabiam os alunos na escola que funcionava na praça (ENTREV.../EX-ALUNA NAURA, 2016, p. 1).

Freitas e Bicas (2009, p. 114-115) nos ajudam a entender algumas atividades inscritas no currículo da escola e o momento histórico em parte das décadas estudadas:

Para reforçar a bandeira do nacionalismo, o governo implementou várias medidas junto ao sistema escolar primário e secundário. No sentido de propagar um sentimento de patriotismo e de valorização da nacionalidade, o currículo e as práticas escolares foram modificados de modo que tais estratégias repercutiram diretamente no ensino da moral, esta aberta à influência católica, do civismo, da educação física, da história, da geografia brasileira, do canto orfeônico e até nas festividades que ecoavam as ações do Estado Novo.

As datas comemorativas faziam parte do currículo da Escola Paroquial Vicente Pallotti. A *Figura 32* traz uma comemoração do dia das crianças, comemorado com bolo, a sala de aula decorada com fitas e laço, flores à mesa e no quadro negro a frase “Salve 12 de Outubro de 1962, dia dos pequeninos”.

Figura 32- Comemoração do dia das crianças (1962)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Conforme a *Figura 32*, observamos o interior da escola, as crianças uniformizadas e duas professoras com as mesmas, além do mobiliário escolar rústico, composto de bancos, carteiras e mesas de madeira.

No *Livro do Tombo* (1971, p. 60) o Pe. Amadeu Amadori fez referência ao dia das crianças “12-10-71 Dia das crianças! As crianças de Fátima do Sul tiveram um feliz encontro no Instituto D. Pedro II, os mestres prestaram a elas uma simples homenagem! Salve crianças!”.

O dia das crianças fazia parte das práticas da Escola Paroquial Vicente Pallotti como uma data comemorativa e para reafirmar o valor das crianças e de quão preciso era educá-las. Eram feitas singelas homenagens pelos professores com direito a comes e bebes, na *Figura 33* provavelmente se referia mais uma vez ao dia das crianças ou talvez uma comemoração de São João pelo fato de haver bandeirolas e uma criança de chapéu e bigode postiço.

Figura 33 - Professora e os alunos (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

A *Figura 33* apresenta a professora Neusa de Castro Ribeiro (Neusa Piauí) e os alunos na sala de aula, num total de 23. Percebemos que havia a comemoração, de uma data que não foi possível identificar e que as carteiras eram duplas e alinhadas. A fotografia reúne alguns dos aspectos vividos no cotidiano escolar, mas também o que é aparente, o que gostariam que fosse parte do cotidiano.

Segundo Alves (2010), as fotografias do âmbito e das atividades escolares iniciaram no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. As fotografias podem ter caráter privado e/ou público a depender de onde estão sendo armazenadas, no caso, as fotografias desta pesquisa são públicas, pois estão armazenadas em um *site* de um museu *online*, podendo ser acessadas por quem queira.

Entre as práticas da Escola Vicente Pallotti estava à recepção de autoridades em visita à cidade. Na *Figura 34* temos o registro da vinda do Presidente da República João Goulart, em 1963.

Figura 34 – Visita do Presidente da República João Goulart (1963)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Em 16 de setembro de 1963 o presidente João Goulart foi recepcionado por uma estudante da Escola Paroquial Vicente Pallotti. Ao lado do Presidente está o Pe. José Pascoal Busatto e o professor da Escola Paroquial, Quintino Bristot; no ano seguinte o Pe. Amadeu Amadori escreveu no livro do Tombo sobre a deposição do presidente, nos seguintes termos:

Deposição do Presidente João Goulart- A primeiro de abril de 1964 foi deposto pelas forças armadas o presidente da república João Goulart, que, orientado pelo deputado Leonel Brizola vinha comunizando nossa pátria. Tentavam os comunistas dar um golpe para implantar o regime de Fidel Castro, mas na hora certa o Presidente foi deposto. Aqui em Vila Brasil nessa ocasião foram presos diversos comunistoides, sendo que o cabeça conseguiu evadir-se. (LIVRO DO TOMBO/PE. AMADORI, 1964, p.12).

Percebe-se com a *Figura 34* que havia uma cordialidade quanto ao acolhimento do então presidente João Goulart, inclusive com a inclusão dos alunos em sua recepção, porém, o

registro contido no Livro do Tombo (1964) deixa clara a oposição ao presidente deposto e sua associação ao “comunismo”, como foi mencionado no capítulo anterior. Aspecto também exposto anteriormente neste capítulo, quando nos referimos ao escolanovismo.

A instalação da Comarca de Fátima do Sul também mereceu a presença do colegiado:

Instalação da Comarca de Fátima do Sul - Aos 15 de abril de 1966, presidida pelo Desembargador Gervasio Leite, presidente do Tribunal de Justiça do Estado, e presentes 2 secretarias do Estado: do interior e justiça, e de Segurança Pública; o Presidente da Assembléia Legislativa; 2 deputados; o Prefeito Municipal; Magistrados, autoridades civis, militares e eclesiásticas dos municípios vizinhos e todos os colégios de Fátima do Sul e uma compacta massa popular, no edifício provisório do Fórum, ao lado do cartório do 2º ofício, foi solenemente instalado e a Comarca de Fátima do Sul de Glória de Dourados e Jateí. (LIVRO DO TOMBO 1966, p.19). (grifos nossos)

A Escola Paroquial Vicente Pallotti recebia apoio financeiro do Estado para manter-se o que justifica a ação da mesma, por meio da presença dos sujeitos da escola, em prestigiar os litígios públicos.

Em ocasiões religiosas também se fazia presente a Escola Paroquial Vicente Pallotti, no caso da citação a seguir vemos que outras escolas da cidade se faziam presentes:

Visita da Imagem Milagrosa da Virgem Aparecida- Dia 5 de setembro de 1966, Fátima do Sul viveu um dos maiores dias de sua história, com a visita da Imagem Milagrosa de N^a S^a Aparecida. A recepção uma verdadeira apoteose. O Pároco, o Prefeito Municipal e autoridades receberam a Imagem na entrada da cidade, sendo-lhe entregue na ocasião, pelo Prefeito Municipal, a chave simbólica da cidade. Todo o trajeto que vai da ponte sobre o Rio Dourados até o Altar Monumento, erguido em frente à Nova Matriz em construção, o povo tomava literalmente ambos os lados da Avenida. O espoucar de rojões foi ensurdecador e a fumaça dos mesmos toldava os céus de Fátima do Sul. A multidão que se comprimia frente o Altar monumento externava uma fé e um entusiasmo diluentes. Em frente o altar formavam alas os alunos do Instituto ‘D. Pedro II’, Escola Paroquial ‘Vicente Pallotti’, Grupo Escolar ‘D. Aquino’ e Grupo Escolar ‘Izabel Mesquita’. Ao se aproximar a Imagem do Altar, carregada pelo Bispo D. Macedo de Aparecido, entregue a fanfarra do Instituto D. Pedro II num entusiasmo incomum. Colocada a imagem no trono, D. Macedo saudou a multidão que tomava todas as imediações, estimada em 10.000 pessoas. A seguir fizeram guarda de honra as Autoridades presentes, logo após os colegiais, e por fim as Associações Religiosas. Além de D. Macedo Estavam presentes o Bispo Diocesano D. Carlos Schmitt, o missionário Pe. Siqueira e mais sacerdotes das paróquias vizinhas. Seis sacerdotes ouviram confissões durante todo o tempo em que permaneceu a Imagem no Altar. Há 1 hora houve missa campal oficiada por D. Carlos Schmitt. Foram distribuídas 2.000 comunhões pelo Bispo e 3 sacerdotes, Às 2.30 h. sentimental despedida da Imagem Milagrosa que seguiu de avião a Ponta Porã. As 5 horas que a Imagem aqui permaneceu foi um espetáculo de fé e religiosidade

deste povo de Fátima do Sul e arredores (LIVRO DO TOMBO 1966, p. 20).
(grifos nossos)

- Os alunos não só compareceram como também prestaram homenagem à “Imagem Milagrosa”. O Pe. Amadeu Amadori não entrou em detalhes sobre quem foram os alunos que prestaram homenagem, mas segundo o Pe. Ládio (2014, p. 1) e a ex-aluna Naura (2016, p. 1) não eram apenas católicos que estudavam na Escola Paroquial Vicente Pallotti:

Chegada das Irmãs de S. José- Aos 2 de abril de 1967 chegam as Irmãs de S. José para estabelecer-se em Fátima do Sul são 3: Irmã Suzana Maria Possebon superiora da casa, Irmã Maria Xavier Kover e Irmã Santina Detoni. A recepção teve lugar no coreto ao lado da Matriz uma multidão de povo, inclusive as escolas, que tomava todo o largo. Subiram ao coreto entre palmas e flores. Foi-lhes prestado uma manifestação pelos professores e alunos. O Sr. Bispo que não pode estar presente mandou uma mensagem que foi lida pelo pároco, ao povo. Estiveram presentes também as Irmãs franciscanas de Dourados. Após a manifestação seguiu-se a missa no coreto. Ao meio dia foi oferecido um almoço na Cantina Portuguesa, em que tornaram forte as autoridades e os presidentes de organizações e associações. (LIVRO DO TOMBO 1967, p. 23).

Mais uma vez aparecem participações dos alunos e também dos professores em alguma ocasião religiosa, no caso a recepção das Irmãs de São José que vieram se instalar em Fátima do Sul em missão. No ano que se segue as Irmãs de São José promoveram palestras para os alunos e professores, entre outros. “Palestras religiosas- educativas - Pela Irmã Dulcina de S. José, foram feitas diversas palestras aos alunos, juventude, professores e pais de Fátima do Sul” (LIVRO DO TOMBO, 1967, p. 24). Desse registro podemos inferir que os pais, participavam com seus filhos das palestras oferecidas pela igreja, chamadas de “religiosas-educativas”.

Em Fátima do Sul quem terminasse o ensino primário poderia prosseguir os estudos cursando o Ginásio e os cursos profissionalizantes, oferecidos pelo Instituto D. Pedro II, também criado pelo Movimento Social Palotino.

Segundo Freitas e Biccas (2009, p. 112) na chamada “Era Vargas”:

[...] circulou com intensidade o discurso que considerava ser ‘natural’ pensar os ensinos secundário e superior para as ‘mentes aptas a dirigir’ e os outros graus e modalidades de ensino destinadas, sem meias palavras, aos pobres, como será o caso explícito do ensino profissionalizante.

No entanto, os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Instituto não era para todos, pois eram pagos. De acordo com o Pe. Ládio (ENTREVISTA, 2016) o Instituto não contava com apoio financeiro do Estado e como não tinham condições de manter os cursos profissionalizantes, cobravam uma mensalidade.

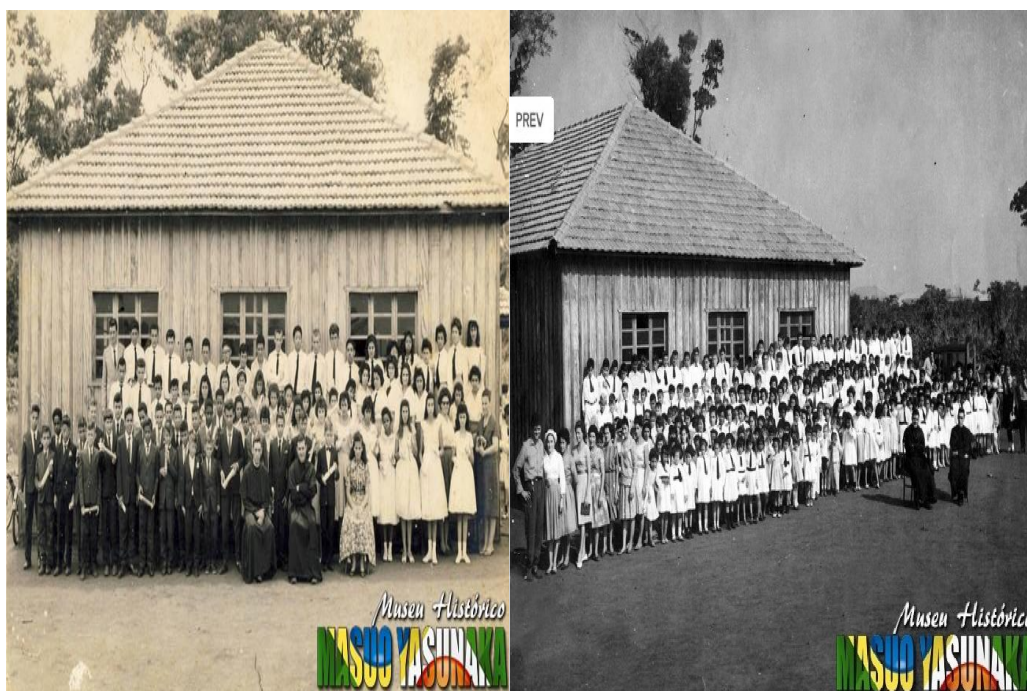
Entre 1942 e 1946 foram promulgadas as Leis Orgânicas do Ensino, cujo tema era a “padronização”.²⁹ Com essa legislação foram regulamentadas “[...] as *atividades de recreação*, as normas de vestimenta que resultaram na universalização do uniforme escolar e até as indicações para a verificação do asseio dos estudantes” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 118-119).

A Lei Orgânica do ensino primário, de 1946, não modificou a seletividade existente, mas facilitou às instituições particulares oferecerem tal ensino. Segundo Freitas e Biccass (2009) era estruturado de forma que o fundamental era dividido em um curso elementar de 4 (quatro) anos, com um curso complementar de 1 (um) ano destinados a crianças de 7 (sete) a 12 (doze) anos de idade, além do chamado supletivo que era dividido em um curso básico de 2 (dois) anos destinados aos adolescentes e aos adultos.

Entre as comemorações da escola estavam às formaturas dos alunos. Destacamos que a formatura era comemorada com uma missa de ação de graças na qual se reuniam todos os formandos e entes dos formandos, independentemente da sua religião. “09-12-71. Missa de formatura do colégio estadual, na Matriz às 19h00min horas. Estiveram participando muitos pastores e adeptos protestantes (LIVRO TOMBO, 1971, p. 61)”.

²⁹Lei Orgânica do Ensino Secundário: 1942; Lei Orgânica do Ensino Industrial: 1942; Lei Orgânica do Ensino Comercial: 1943; Lei Orgânica do Ensino Agrícola: 1946; Lei Orgânica do Ensino Primário: 1946; Lei Orgânica do Ensino Normal: 1946 (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 119).

Figuras 35 e 36 - Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

No *Livro do Tombo* (1968, p. 26) há o relato de que “Com o fim do ano letivo houve solene entrega de Diplomas- Dia 2-12-68: Grupo Escolar “Izabel Mesquita”, Dia 4-12-68: Escola Paroquial “Vicente Pallotti” e Dia 6-12-68: Grupo Escolar de Vila Brasil”.

Nas figuras os padres Amadeu Amadori e José Pascoal Busatto estão de veste preta sentados numa cadeira à frente dos formandos; na *Figura 35* vemos os formandos segurando os canudos, todos vestindo roupa social, os professores também aparecem nas fotografias, porém o destaque é para os padres.

Figura 37 -Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

Na *Figura 37*, mais uma formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti, no fundo está a Escola Paroquial, assim como nas *Figuras 35 e 36*.

No dia 7 de dezembro de 1966 houve o que o Pe. Amadeu Amadori chamou no *Livro do Tombo* (p. 21) de “tradicional Formatura”. Realmente a formatura era vista como parte da tradição, das práticas escolares, celebrarem a cada ano a formação alcançada pelos alunos. No dia e ano mencionados houve a “Formatura de alunos Palotinos do Ginásio Comercial e Escola Primária ‘Vicente Pallotti’”:

[...] Os formandos eram 24 ginasianos e 41 do 4º Ano Primário. O cerimonial (teve lugar às 8h. da noite no Cine Estrela local, com honrosa presença do Sr. Prefeito Municipal, Vice- Prefeito e quase todos os vereadores. Estiveram presentes também o novo Prefeito eleito, autoridades civis, diretores de todos os estabelecimentos de ensino de Fátima do Sul, bem como a maioria dos professores locais (LIVRO DO TOMBO 1966, p. 21).

Era uma “grande” festa, com participação de prefeitos e autoridades civis. Os concluintes do primário encontravam uma “barreira seletiva [...] representada pelo ‘exame de admissão’ ao ginásio que represava cerca de 50% dos candidatos” (HILSDORF, 2003, p. 115). Por isso os alunos do primário eram em maior número, não eram todos que tinham a oportunidade de ingressar no Ginásio, talvez por falta de condições de pagar a mensalidade,

pois a instituição era particular ou por não serem aprovados no exame de admissão; muitos também tinham de trabalhar e não sobrava tempo para se dedicar aos estudos. Sobre o pagamento o Pe. Ládio (ENTREV., 2016) explicou a política de bolsas de estudo adotada pela direção: “*Agente não podia fazer de graça para todo mundo, quando tinha uma família com cinco filhos que estudavam, por exemplo, aí sim uns dois deles agente dava, porque recebia algumas verbas do Estado também, mas não tinha bolsa de estudo para todos*”. Refere-se ao Instituto D. Pedro II.

Em 19 de dezembro de 1968 “[...] mais uma turma de alunos do Instituto D. Pedro II- Ginásio Comercial e Curso Técnico” (LIVRO DO TOMBO, 1968, p. 26). Em 1971 houve a colação de grau dos alunos dos cursos normalista e técnico em contabilidade que foi, provavelmente, a última turma de normalistas³⁰ em virtude de mudanças na legislação educacional com a Lei 5.692/1971 que criou os ensinos de I e II Graus. “16-12-71 Normalistas, técnicos de contabilidade e concluintes do ginásio do Instituto D. Pedro II, receberam diploma hoje no Cine Estrela de Fátima do Sul, tudo ocorreu a contento! Parabéns! (LIVRO TOMBO, 1971, p. 62)”.

Uma nova legislação educacional entra em vigor no período da ditadura militar redefinindo a educação de crianças e jovens no país: “Em 11 de agosto de 1971, foi sancionada a Lei nº 5.692, que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências” (BRASIL/MEC, 2007, p. 319).

A referida reforma “instituiu as escolas de 1º Grau, para ministrar um curso único, seriado, obrigatório e gratuito de oito anos de duração, resultante da reunião dos antigos grupos escolares e ginásios, e definiu o 2º Grau como curso profissionalizante, para formar técnicos para as indústrias” (HILSDORF, 2003, p. 126); dessa forma o Estado e governos não seriam pressionados a oferecer vagas ao ensino superior, pois a previsão é que estas seriam suprimidas pelos cursos profissionalizantes do 2º Grau.

Meses após a promulgação dessa Lei, o secretário de educação de Mato Grosso visitou o Instituto D. Pedro II, para esclarecer sobre as novas modalidades de ensino primário com as mudanças da referida Lei:

³⁰ “O golpe militar de 1964 exigiu adequações no campo educacional efetivadas mediante mudanças na legislação do ensino. Em decorrência, a lei n. 5.692/7 modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau” (SAVIANI, 2009, p. 147).

02-12-71 secretário de educação: Esteve visitando Fátima do Sul o secretário da educação de Matogrosso Dr. Paquim que vem em visita de esclarecimentos das novas modalidades de ensino primário feito em sistemas religioso, que funciona a partir de janeiro de 72 (LIVRO TOMBO, 1971, p. 71).

Na visita o secretário tratou mais especificamente sobre o ensino primário em uma Instituição religiosa, o que reforça que a Escola Paroquial Vicente Pallotti pertencia aos padres, mas não só a pertença como as modalidades de ensino também eram de acordo com o sistema religioso, como o registro no *Livro* explicita.

Segundo Freitas e Biccas (2009, p. 115) “As instituições educacionais particulares, para assegurar seu funcionamento, deveriam acatar essas determinações, caso contrário poderiam ser sumariamente fechadas”. Conforme os autores o “civismo” era uma dessas determinações.

Nesse sentido Souza afirma que:

[...] a escola pública tornou-se palco de realização das comemorações cívicas, mais um dentre os traços inequívocos de aliança da escola primária com a República e com os valores cívico-patrióticos. Tais festas tinham como objetivo solenizar algumas datas ‘notáveis’ da nossa história (SOUZA, 1998, p. 265).

Conforme Souza (1998, p. 241), pode explicitar que:

A escola republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados. Eles podem ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República.

Esse posicionamento, a ser adotado nas escolas públicas, era compartilhado, com suas especificidades próprias, nas demais escolas. A Escola Paroquial Vicente Pallotti, assim como o Instituto D. Pedro II, tinham os desfiles cívicos como prática.

O aniversário da cidade era, sem dúvida, uma data comemorada com a presença de alunos e professores. A *Figura 38* nos mostra a importância dada aos desfiles cívicos. O fotógrafo Masuo Yasunaka com sua lente conseguiu registrar e marcar o momento. Vemos alunos da Escola Paroquial, professores e telespectadores, um menino à cavalo representando o sertanejo.

Figura 38 - Desfile cívico da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

“O projeto político centralizador requeria uma identidade nacional que estaria impreterivelmente associada à necessidade de renovar hábitos e de modernizar o povo brasileiro por meio da educação, da saúde e do saneamento” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 115). Os interesses da ditadura estavam em jogo na educação dos pais.

A *Figura 38* mostra uma cena do desfile do Instituto D. Pedro II e da Escola Paroquial Vicente Pallotti. O Pe. Ládio (ENTREV... 2016 p. 4) afirma que:

Era uma concorrência nunca vista porque tinha a Dona Geralda que era casada com o pastor que eles eram os coordenadores, então tinha aquelas bandas, nós tínhamos a banda de 7 de setembro e no dia do aniversário do município e eles não queriam ficar pra trás, então ela veio até chorando uma vez porque tinha medo de ficar pra trás e tal, mas não tinha concorrência era tudo no chão batido não tinha um pingue de asfalto e faziam uma “coisa” quando faziam os desfiles, então quem fazia mais barulho conseguia agradar mais, com tambores e isso e aquilo. Era umas filas enormes de desfiles, coisa impressionante.

A dona Geralda a qual o Pe. Ládio se refere era a coordenadora da Escola Estadual Senador Filinto Muller, antiga Dom Aquino Correia. Segundo relembra a Escola Filinto Muller era uma concorrente do Instituto D. Pedro II, na cidade.

A *Figura 39* apresenta um desfile cívico da Escola Vicente Pallotti e do Instituto D. Pedro II, do final da década de 1960. Muitas pessoas aparecem a pé e de bicicleta acompanhando o desfile, alunos com uma faixa do Instituto, crianças vestindo roupas com

estampas das letras que formam a palavra “independência”, aos fundos a Escola Paroquial. A rua era de chão batido, sem asfalto. Famílias assistem ao desfile.

Segundo Freitas e Biccas (2009, p. 115) havia um “[...] programa oficial determinado pelo Estado [que adotava] temas de cunho cívico como pátria e família”.

Figura 39 - Desfile Cívico (Final da década de 1960)



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka

O Pe. Amadeu Amadori relatou o décimo terceiro aniversário de Fátima do Sul, no dia 9 de Julho de 1967 “[...] com grandes festejos foi solenizado o 13º aniversário de Fátima do Sul. Houve missa campal na Praça Rui Barbosa, e desfile dos colegiais. Compareceram diversos prefeitos dos municípios vizinhos” (LIVRO DO TOMBO, 1967, p. 24), além do dia da pátria “[...] com grande garbo e patriotismo foi pelos Estudantes Fatimenses, comemorada a magna data da Independência do Brasil” (Ibidem).

No Livro encontra-se ainda o registro do desfile de aniversário da cidade do ano seguinte:

Aniversário de Fátima do Sul- Em 9/7/68 foi comemorado o 14º aniversário da fundação de Fátima do Sul com um extenso programa de festejos. Às 5h, a cidade acordou ao som da alvorada e os espoucar de rojões. Às 8h missa campal no palanque das festividades na Rua Cuiabá, esquina com a AV. 9 de Julho, celebrado pelo pároco Pe. Amadeu Amadori. Às 9h no palanque manifestação alusiva à data, por diversos oradores. Estava presente uma enorme multidão de povo do município e municípios visinhos. Estava presente o governador do Estado Sr. Pedro Pedrossian, senador Garcia Neto,

diversos Deputados Estaduais e os prefeitos de Dourados, Itaporã, Caarapó, Maracaju, Rio Brillhante e Ivinhema e naturalmente o de Fátima do Sul. Logo após a manifestação *houve desfile dos estudantes do município, tanto da sede como do interior*. Terminado o desfile houve inauguração do Parque Infantil, nos fundos da Praça Getúlio Vargas, generosa oferta do Lions Clube de Fátima do Sul. Ao meio dia saboroso churrasco às autoridades e povo, na Fazenda do Sr. Augusto Alves Corrêa. À noite baile no Club Social Rio Dourados (LIVRO DO TOMBO, 1968, p. 25). (grifos nossos)

Figura 40 - Alunos da Escola Paroquial Vicente Pallotti cantando o hino nacional



Fonte: Museu Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka (2016).

Ao observar a postura dos que estão na imagem, *Figura 40*, percebe-se a reverência que se faziam para cantar o hino nacional; eram alunos da Escola Paroquial Vicente Pallotti, todos seguravam uma pequena bandeira do Brasil em uma das mãos. Tal postura nos mostra a característica de um período em que estavam em jogo os “interesses da nação” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 117):

“O desfile durou 2h. Eram mais de 5.000 escolares. No desfile mereceu destaque especial os alunos do Instituto D. Pedro II, dirigido pelos Padres da Paróquia que compreende desde o jardim da infância de Técnico e o Normal” (LIVRO DO TOMBO, 1968, p. 25):

Tanto com a escola como com o atendimento religioso, aconteceu aquilo que acontece com a pessoa humana: aquilo que a pessoa come de alimento e de remédios ao longo da vida desde pequeno é que vai fazer a pessoa viver com saúde, igualdade, não só pensar na salvação da alma e na vida eterna, não só pensar no céu, mas pensar também na vida temporal aqui da terra, então a comunidade foi crescendo de uma forma orgânica, tanto no sentido espiritual como intelectual e com esse alimento das escolas na formação do

aprendizado a comunidade foi se tornando uma sociedade madura, com condições de continuar existindo crescendo e se desenvolvendo. (ENTREV./LÁDIO, 2014, p. 1).

Como observado na citação referente ao comentário de padre, a Escola Paroquial Vicente Pallotti e o seu currículo mantiveram uma relação emaranhada e mesmo inseparável do ideário da Igreja católica. Cabe aqui mencionar que a Escola não era laica, mas confessional.

Também fez parte de seu cotidiano práticas veiculadas pela ditadura militar, tais como a brasilidade inculcada pelo civismo e os trabalhos realizados com os temas pátria, família e uma moral de cunho religioso. Preceitos que se harmonizavam na educação oferecida na Instituição estudada, com vistas a constituir subjetividades infantis educadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Relatório socializou resultados de pesquisa de Mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados e cujo objetivo geral foi descrever e analisar o processo de institucionalização da educação, efetivado na década de 1950, no município de Fátima do Sul, antigo sul de Mato Grosso, investigando como esse processo ocorreu, levando em conta os jogos de poder ou de forças envolvidos.

O recorte temporal foi de 1950-1974, pois interessou ir um pouco além do momento em que a primeira instituição foi criada e investigar as duas décadas em que permaneceu sob a administração e gestão dos padres palotinos.

Os capítulos elaborados expressaram os objetivos específicos de compreender os fatores que possibilitaram a institucionalização da educação materializada na criação e no funcionamento da primeira escola primária no município de Fátima do Sul, sul do antigo Mato Grosso (SMT), contribuindo assim com a produção no campo da História das Instituições e da Educação.

O Capítulo 1, trouxe aspectos sobre a política de ocupação do Centro-Oeste, com a Campanha “Marcha para Oeste”. As questões políticas tratadas no Capítulo evidenciam o incentivo que houve para que Mato Grosso fosse colonizado e o projeto estatal de criação de colônias agrícolas – como a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) ou Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que permitissem a ocupação dos espaços considerados “vazios”, pela fixação de colonos e de suas famílias; política que culminou no surgimento de cidades na Região, como a de Fátima do Sul. A administração da CAND não se mostrou tão preocupada com os colonos, os deixando “se virarem” sozinhos em alguns momentos para poupar gastos, mas a cidade aos poucos foi ganhando formas próprias.

No Capítulo também foi abordado a associação que se estabeleceu no início do século XX, e que se fortaleceu nas décadas seguintes, entre educação escolar e “progresso da nação”, como condição ao desenvolvimento. Além de fazer esse enunciado circular em diferentes discursos foi preciso investir na criação de instituições escolares.

No início do século XX os Grupos Escolares ganharam força trazendo o que tinha de mais moderno para a educação. Sendo a importância desta um discurso em voga no século passado; assim, também os colonos clamavam por uma escola e pela educação de seus filhos. Esse clamor, entretanto, não foi ouvido pelos governantes do Estado nas décadas de 1950-

1960. Essa ausência, permitiu ou possibilitou que entrasse em cena a Igreja católica, por meio da Missão palotina que também se instalara na Colônia, para cuidar das almas dos migrantes que ali se fixavam, que assumiu a responsabilidade de criar uma instituição escolar e prosseguir na educação das crianças que vinham sendo alfabetizadas em um sítio, em uma escola que podemos chamar seguindo nomeação da época de “improvisado”. As ações dos palotinos contavam com apoio e ajuda “voluntária” dos migrantes.

Os padres se instalaram na Colônia com o objetivo de evangelizar porém, visto a necessidade de alfabetização para suprir as necessidades “*terrenas e espirituais*”, como relatou o pe. Ládio (ENTREVISTA, 2014), fundaram a primeira escola de Fátima do Sul. A educação certamente foi um interesse dos palotinos, uma vez que facilitava o trabalho de fazer os colonos entenderem o evangelho, já que para aqueles missionários: “A questão mais importante que pode haver no mundo é a salvação de uma alma” (SÃO VICENTE PALLOTTI).

No Capítulo 2, vimos que o espaço escolar pode ser estudado e compreendido como “constructo cultural” que perpassa sua materialidade, dando visibilidade a alguns discursos. O espaço escolar era de propriedade dos padres, a presença constante dos mesmos na escola, a participação da escola nas atividades e eventos da Igreja, podem ter possibilitado e/ou gerado uma tendência a imposição/adoção de certos significados. Quando a Escola Paroquial passou a funcionar no Instituto D. Pedro II é que a arquitetura visual, além da “oculta”, passou a ser mais explorada como pudemos observar na análise e comparação de algumas narrativas.

Os retratos dos padres que havia nas paredes do Instituto nos levaram a pensar no poder que a arquitetura tem de interiorizar a educação segundo interesses, por exemplo, que a construção da escola se deveu ao esforço dos padres palotinos. A presença dessas imagens nas paredes contribuiu para demarcar o empreendimento palotino e o saber religioso como acontecimentos relevantes, assim como o todo da arquitetura pode ser pensada para o uso e manuseio de seus frequentadores. É notável também que há desenhos na parede, embora a ex-aluna tenha afirmado a ausência de decorações, foi possível observar que elas habitavam o interior escolar, sinalizando as datas comemorativas.

Segundo o Projeto Político Pedagógico-PPP (2012) da Escola foi em 1974 que o Estado passou a ser responsável pela mesma. Mesmo tendo como gestora a Secretária de Educação, continuou a funcionar no prédio do Instituto D. Pedro II, passando somente em 1999 a funcionar em prédio próprio.

O aparecimento da instituição escolar em Fátima do Sul se deu pelo uso específico do tempo e por ocupar espaços da cidade. Entre os elementos que a caracterizam, encontram-se as edificações singelas e os espaços nos quais se abrigou e que durante décadas não lhe

pertenciam. Aspecto que permite pensar certa desvalorização da educação das crianças e do trabalho educativo marcado pela improvisação inicial. Mas esse aspecto “negativo” integrou a cultura escolar, a composição/conformação dos escolares e professores que a ocuparam e a transformaram durante as décadas em estudo.

As construções que a escola habitou e a distribuição dos seus espaços, bem como as mudanças de localidade na geografia da cidade, os usos de espaços que não lhe pertenciam e que caracterizavam, em certo sentido, o valor que lhe foi atribuído no tempo, contribuíram para delimitar sua singularidade.

No Capítulo 3 podemos notar que o currículo escolar fazia funcionar as finalidades religiosas e contou com intervenções concretas como, por exemplo, as reuniões ministradas pelas irmãs de São José aos professores e aos alunos, bem como foi ressaltada a presença de “símbolos Cristãos” que conforme o Pe. Ládio eram respeitados por todos. Além disso, os professores eram católicos, porém nem todos os alunos eram da mesma religião. Embora alguns depoimentos afirmem que nas aulas de ensino religioso não se introduzia o “catolicismo em si”, buscava-se tratar apenas sobre “*o amor de Deus e a vida de Jesus*”. Não podemos desconsiderar que os alunos participavam de recepções feitas pela Igreja e que, durante as formaturas, não aconteciam cultos ecumênicos e sim missas, das quais participavam os formandos e os pais de outras religiões como espíritas e protestantes. No entanto, não podemos afirmar se havia alguma resistência por parte dos não católicos, mas podem ter ocorrido, já que em diálogo com Foucault (1978) concordamos que “não há relações de poder sem resistências”.

Assim, podemos entender o exercício de poder-saber da igreja, a governamentalidade, em parceria com a administração pública, por meio do acesso a educação das crianças e jovens e em atividades que envolviam a população em geral. Em outros termos, a ação e o modo de governar os outros, presentes em instituições sociais como a escola, igreja e outras.

Algumas fotografias evidenciam essa prática de governo. Ao observarmos os padres sempre ao centro e à frente nas fotografias, demarcando a centralidade e autoridade da Igreja nas atividades educacionais; imagens que “dizem” ou permitem ler: “estamos no comando!!!” Portanto, alguns “não-ditos” presentes nas imagens “dizem algo”, dizem do poder e do saber que este sempre implica exercido pelos padres naquele momento e lugar, em nome de si mesmos e da Igreja que representavam.

A existência de educação primária gratuita em Fátima do Sul nos anos 1960 e 1970, oferecida inicialmente na Escola Paroquial Vicente Pallotti, em acordo com alguns dos discursos da época, como obrigação da família e do poder público não deixou a Igreja de lado,

ao contrário, garantiu-lhe condição de gestar um bem público e inculcar suas ideias na constituição de subjetividades infantis. Por meio de subsídio financeiro e de pessoal o Estado garantiu a Igreja condição de “educar” crianças, depois os jovens, e inculcar suas ideias na constituição de subjetividades infantis, educadas segundo a moral cristã. Um tipo de sujeito e de comportamento desejados e condizentes com o momento histórico e político em que a escola estudada se materializou e funcionou.

O acesso a algumas das programações e atividades realizadas em seu interior e a relação com a cidade permite explicitar sua inserção na feitura do lugar e a importância que lhe foi dada. Evidenciou, em especial, a conexão construída entre a pedagogia da Igreja/palotinos e a escolarização das crianças ou, em outros termos, educação como instrumento de “governo do outro”.

O estudo dos métodos de ensino, as disciplinas escolares, a relação professor-aluno e outros aspectos da Instituição estudada, ficam como desafios para pesquisas futuras, aos interessados pela História das Instituições e da Educação no Estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. *As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro*. São Paulo (1889-1920). 2013. 303f. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-03022014-16150.php>. Acesso em: 31 maio 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007. (Coleção história).
- AMARAL, Inez Maria Bitencourt do. *Entre rupturas e permanências: a igreja católica na região de Dourados (1943 – 1971)* 2005. . 122f. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-HISTORIA/INEZ%20MARIA%20BITENCOURT%20DO%20AMARAL.pdf>. Acesso em: mar. 2017.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*.v. 5. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903-1928). *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 103-141. 2001. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2015.
- FREITAS, Marcos Cezar de. BICCAS, Maurilane de Souza. *História Social da Educação no Brasil (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BITTAR, Mariluce; BITTAR, Marisa. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum*. Education, Maringá, v.34, n. 2, p. 157-168, July-Dec., 2012.
- BRAZIL, Maria do Carmo; SILVA, Wilker Solidadede. *História e Educação em Dourados/MS: Grupos Escolares no Sul de Mato Grosso (1963-1974)*. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371327760_ARQUIVO_ANPUH-WILKERSOLIDADEDASILVA.pdf. Acesso em: ago. 2016.
- BOBADILHA, Thierry Rojas; ZILIANI, Rosemeire L. Monteiro. Ensino primário e colonização em Batayporã (1955–1964). 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf> Acesso em: set 2016.
- BOTH, Sérgio José. *República e escola primária: uma comparação da história da educação entre Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso (1889-1930)*. 2013.p. 222 Disponível em: http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5049. Acesso em: 06 mai. 2015.
- CAPILÉ, Cláudia Coutinho. *História de Fátima do Sul*. [S.I.]. Fátima do Sul: Gráfica Caiuás, 1999.
- CARDOSO, CancionilaJanzkovski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Escola Primária em Mato Grosso: aspectos de uma cultura escolar em construção (1910-1915)*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n45/18.pdf>. Acesso em: ago. 2016
- CARVALHO, Alexandre de Filordi. Foucault e a crítica à institucionalização da Educação: implicações para as artes de governo. *Pro-Posições*, v. 25, n. 2 (74), p. 103-120, maio/ago. 2014.

CHIZZOTTI, Antônio. A constituinte de 1823 e a educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 31-53. (Coleção Memória da Educação).

CORDEIRO, Sonia Valdete Aparecida Lima. *A constituição da escola evangélica de Carambei: uma instituição educacional da imigração holandesa na região dos Campos Gerais-PR*. 2007. p. 98. Disponível em: http://www.bicen-tede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=46. Acesso em: 28 maio 2015.

CUSTÓDIO, Regiane Cristina. *Memórias da imigração, memórias da profissão: narrativas de professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980 (Tangará da Serra-MT)*. 2014. p.211. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102317/000933536.pdf?sequence=1>. Acesso em: 06 maio 2015.

DELEUZE, Gilles. *O mistério de Ariana*. Tradução de Edmundo Cordeiro. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 79. Ago. 2002, p. 257-272.

FRAGO, AntonioViñao (1943); ESCOLANO, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. 2. ed. Tradução Alfredo Veiga-Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 152 p.

FREITAG, Alaercio da Costa. *Os padres palotinos, nas fronteiras do sagrado: poder político ou poder simbólico no extremo-oeste paranaense?* Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/39420/R%20-%20E%20-%20ALAERCIO%20DA%20COSTA%20FREITAG.pdf?sequence=1>. Acesso em: Jul 2016.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 5. ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização, Curso do College de France, 1 de fevereiro de 1978. Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. 2008a.174p.

_____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. *Estratégia, Poder-Saber (1977- 1978)*. Ditos & Escritos IV. 2. ed.Organização Manuel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2 ed.43p.

_____. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta. Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. 2008. In: NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem*. 2008. Porto Alegre, 2009. 226p.

FURTADO, Alessandra Cristina. 2007 *Poruma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto-SP (1944- 1964)/* 2007.*Tese* (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. USP, São Paulo, 2007.

- _____. *A escola rural primária e o seu processo de institucionalização no sul de Mato Grosso (1930-1961)*. Disponível em:
<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/A%20ESCOLA%20RURAL%20PRIMARIA%20E%20O%20SEU%20PROCESSO%20DE%20INSTITUCIONALIZACAO.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.
- _____; MOREIRA, Kênia Hilda. 2015. *Professores Leigos em Escolas Rurais Primárias no Sul de Mato Grosso (1930-1970)*. Disponível em:
<http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt02-4438.pdf/>. Acesso em: fev. 2017.
- _____; SILVA, Edilene dos Santos. *História da formação de professores no Sul de Mato Grosso: o caso de Dourados*, 2015. Disponível em:
<http://congressodeeducacaoufgd.com.br/arquivos/199.pdf>. Acesso em: fev. 2017.
- GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 11 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013. p. 90-113.
- GONÇALVES, Arlene da Silva. *Os grupos escolares no estado de Mato Grosso como expressão da política pública educacional: o Grupo Escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, Sul do Estado (1910 – 1950)*. UFMS, 2009, 157f. Disponível em:
<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8145-os-grupos-escolares-no-estado-de-mato-grosso-como-expressao-da-politica-publica-educacional-o-grupo-escolar-joaquim-murtinho-em-campo-grande-sul-do-estado-1910-1950.pdf>. Acesso em: 08 out. 2015.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Cengage Learning, 2003.
- IRALA, Clovis. FURTADO, Alessandra Cristina. *Escola Rural da Picadinha: história e memória da educação no sul de mato grosso (1940-1974)*. 2013. Disponível em:
<http://congressodeeducacaoufgd.com.br/arquivos/b3024888ab05e48409aaf4755d0f2559.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2017.
- JOVCHELOVITH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 11 ed. Petrópolis RJ: Vozes, 2013, p. 90-113.
- LE GOFF, Jacques (1924). *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes. *A história (oral) da educação: algumas reflexões*. Em aberto. v.9, n.47, p.21-28, jul/set. 1990.
- MARÍN-DÍAZ, Dora Lilia; NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. *O efeito educacional em Foucault. O governo, uma questão pedagógica?* Pro-Posições v. 25, N. 2 (74) p. 47- 65 maio/ago. 2014.
- NOGUERA-RAMIREZ, Carlos Ernesto. O governo pedagógico: da sociedade do ensino para a sociedade da aprendizagem. Porto Alegre, 2009. 226 f.
- MOGARRO, M. J. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 10 jul/dez. 2005, p. 75-99.
- MOREIRA, Danilo. L. *Dos Espaços 'vazios' ao processo de colonização particular: uma breve história do processo de ocupação do Sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul*. Revista de Ciências Humanas e Sociais Pitágoras, v. 3, p. 1-12, 2012.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. *Migração e escolarização: história de instituições escolares de Tangará da Serra Mato Grosso- Brasil (1964 -1976)*. 2009, p. 335. Disponível em: http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2782. Acesso em: 06 maio 2015.

ORSOLIN, André. 2009. *Os Congressos Educacionais Palotinos como um instrumento Político-Pedagógico de Integração (1994-2007)*. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp102165.pdf>. Acesso em: fev. 2017.

PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965)*. Editora Seriema, 2007. 197 p.

RODELINI, Claudiani Ferreira da Cunha. *Grupo Escolar Antônio João Ribeiro: cultura escolar primária em Itaporã- MT. uma contribuição para a história das instituições educativas (1953-1974)*. 2015. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOCTORADO-EDUCACAO/CLAUDIANI%20FERREIRA%20DA%20CUNHA%20RODELINI.pdf>. Acesso em: set 2016.

ROHDEN, Josiane Brol. *E, tudo começou ali, naquela salinha de chão batido! Considerações sobre a história da primeira instituição escolar de Sinop-MT (1973-1979)*. 2013. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/E%20TUDO%20COMECOU%20ALI.pdf>. Acesso em: mar. 2017.

ROSE, Nikolas. Inventando nossos eus. In: Silva, T. T. da. *Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SALLES, Luciana. 2011. Colônia Agrícola Nacional de Dourados- *CAND: Vila São Pedro*—Dourados/MS. 2011. Disponível em: <http://geografiaagrariaufgdiluciana.blogspot.com.br/2011/11/colonia-agricola-nacional-de-dourados.html>. Acesso em: 06 out. 2015.

SANTOS, Claudete Soares de Andrade. *Os Colonos e a Igreja Católica no contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940- 1970)*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em História). Dourados, MS, UFGD. 2007.

SANTOS, Elton Castro Rodrigues dos. *Escolas Reunidas e Grupos Escolares: similaridades e diferenças na instrução primária em Mato Grosso*. 2013. p. 16. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt02_trabalhos_pdfs/gt02_3265_texto.pdf. Acesso em: 06 mai. 2015.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

SCHULBAUER, Anaete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). *Hist. Educ.* [Online], Porto Alegre, v. 18, n. 43, Maio/ago. 2014, p. 71-91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/05.pdf>. Acesso em: 28 maio 2015.

SILVA, Adrielle Squincalhada. História da primeira escola primária de Fátima do Sul: Escola Paroquial Vicente Pallotti, entre 1957 e 1971. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Curso de Pedagogia). Faculdade de Educação. UFGD, 2014.

SILVA, Aílson Basílio da. *A história da educação no Brasil*. 2002. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/monopdf/8/AILSON%20BASILIO%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

- SILVA, Diana Rocha da. *A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903-1920)*. 2011, 68f. Disponível em: http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=651. Acesso em: 06 maio 2015.
- SILVA, Tomaz Tadeu Da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 156 p.
- SILVEIRA, Mariana. *Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no Paraná: o “partido do sim, senhor” e a ditadura militar (1966-1979)*. 2008. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2008/1_sem_2008/mariana_silveira.pdf/. Acesso em: fev. 2017.
- Silva, Wilker Solidade da. Grupo Escolar Presidente Vargas, Dourados-MT: a escola primária urbano-rural em tempos de mudanças no ensino elementar brasileiro (1963-1974)./Wilker Solidade da Silva. – Dourados, MS: UFGD, 2015. 225p.
- SIMÕES, Carlos Artexes. *Educação Básica obrigatória dos 4 aos 17 anos*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4850-educacao-obrigatoria-4-17anos&Itemid=30192. Acesso em: 20fev. 2016.
- SÔNIGO, Márcio Jesus Ferreira. *A Fotografia como fonte histórica*. 2010. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/hist/article/viewFile/2366/1248>. Acesso em: jan. 2017.
- SOUZA, Rosa Fátima de; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. *As disputas em torno do ensino primário rural (São Paulo, 1931-1947)*. 2014, p.13-32. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/02.pdf>. Acesso em: 06 maio 2015.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. À moda de Foucault: um exame das estratégias arqueológica e genealógica de investigação. Lua Nova, São Paulo, 2010.p. 215-248.
- VALLE, Lílían do. Bases antropológicas da cidadania brasileira: sobre escola pública e cidadania na Primeira República. *Revista Brasileira de Educação*, Jan/Fev/Mar/Abr 2002, n. 19.
- VARELA, Julia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo*. São Paulo: Cortez, 1999. p. 73-106.
- VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, maio/jun/jul/ago 2000, n. 14.
- ZILIANI, Rosemeire de L. M. Centro de Educação Rural de Aquidauana: artes em profissionalizar (1977-2001). 2009. 325f. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009.
- _____. *Educação moderna: pedagogias, psicologias, reformas e tecnologias inscritas no dispositivo de escolarização*. Campo Grande, Abril, 2009. (Digitalizado). 40 p.
- ZOTI, João Carlos. *História e Instituição escolar: Grupo Escolar “Moura Andrade” (1958-1970)* 2015 Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1514.pdf> Acesso em: set 2016.

FONTES

Documentos

BRASIL. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Dispõe sobre a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. (Ed.). *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988. Apêndice. p. 73-78.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. In: SAVIANI, D. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez: Autores Associados, 1988. Apêndice. p. 137-148.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *PRADIME: Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação. Marcos Legais da Educação Nacional/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica*. – Brasília: Ministério da Educação, 2007.

CANÇÃO NOVA. PRIMEIRA COMUNHÃO, 2013. Disponível em: <http://blog.cancaonova.com/hpv/origem-do-sacramento-da-eucaristia/>. Acesso em: dez. 2016.

COMPANHIA. *Companhia Matte Laranjeira*. (2015). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_Matte_Laranjeira. Acesso em: 22 jul. 2016

DOSSIÊ. *Alceu Amoroso Lima*. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_1/alceu/index.php?p=79. Acesso em: fev. 2017.

DOSSIÊ. *Jackson de Figueiredo Martins*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jackson_de_figueiredo. Acesso em: fev. 2017.

LIVRO DO TOMBO. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=46>. Acesso em: jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 1999, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb001_99.pdf. Acesso em: fev. 2017.

PARÓQUIA Nossa Senhora de Fátima. *Livro do Tombo*. Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul 1963- 1990.

PORTAL PALLOTTI. *Palotinos*. Disponível em: <http://www.pallotti.com.br/?op=palotinos>. Acesso em: 28. Jun. 2016.

PREFEITURA Municipal de Fátima do Sul. *Mapa da cidade*. Fátima do Sul, Mato Grosso do Sul 1988.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Vicente Pallotti. Fátima do Sul, 2013.

Fotografias

MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 1. Capa (1979). *Revista Rainha*. In: IGREJA Matriz Nossa Senhora de Fátima/Secretaria. Fátima do Sul, 2016.

FIGURA 2. Capa (1963). *Livro do Tombo* (1963). In: IGREJA Matriz Nossa Senhora de Fátima/Secretaria. Fátima do Sul, 2016.

FIGURA 3. Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados. In: PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965)*. Editora Seriema, 2007. 197 p.

FIGURA 4. Primeiros barracos (1952). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 5. Ponte sobre o Rio Dourados (anos 1954). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 6. Rua Tenente Antônio João esquina com a Rua Cristobalina Ruiz Cabelo (1957). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 7. Desfile cívico (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 8. Capela Nossa Senhora Aparecida (1956). In: *JORNALO Zangão* (1979), Fátima do Sul, 1979.

FIGURA 9. Varanda da capela/escola. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 10. Escola/Capela Nossa Senhora Aparecida. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 11. Mapa com a localização da Capela Nossa Senhora dos Navegantes (1988). In: *PREFEITURA Municipal*. Fátima do Sul, 2016.

FIGURA 12. Primeira edificação da Escola Paroquial (frente; década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 13. Primeira edificação da Escola Paroquial (lateral e fundos; década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 14. Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: Mar. 2016.

FIGURA 15. Salão de Festas da Escola Vicente Pallotti (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 16. Interior da Escola (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 17. Construção do Instituto D. Pedro II (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2014.

FIGURA 18. Predio do Instituto, em fase de acabamento (1966). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2014.

FIGURA 19. Planta baixa com as localizações da Escola (1988). In: *PREFEITURA Municipal. Fátima do Sul*, 2016.

FIGURA 20. Pe. Guido Carcich inaugura o Instituto Dom Pedro II (1966). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 21. Prédio do Instituto D. Pedro II. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 22. Quadra de esporte do Instituto (1967). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: abr. 2016.

FIGURA 23. Mapa completo da cidade de Fátima do Sul (1988). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 24. Capela/escola ao fundo e primeira turma da Escola (1957). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: mar. 2014.

FIGURA 25. Alunos em primeira comunhão. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 26. Campo da Escola Paroquial Vicente Pallotti. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: fev. 2016.

FIGURA 27. Pe. José Pascoal Busatto (1962). *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: out. 2016.

FIGURA 28. Professores da Escola Paroquial Vicente Pallotti. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 29. Rainha do sino (1959). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 30. Rainha do Algodão (1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museufatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA31. Professoras no interior da Escola (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA32. Comemoração do dia das crianças (1962). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 33. Professora e os alunos (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: dez. 2016.

FIGURA 34. Visita do Presidente da República João Goulart (1963). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: dez. 2016.

FIGURA 35. Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 36. Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 37. Formatura da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA38. Desfile cívico da Escola Paroquial Vicente Pallotti (década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: jun. 2016.

FIGURA 39. Desfile Cívico (Década de 1960). In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: dez. 2016.

FIGURA 40. Alunos da Escola Paroquial Vicente Pallotti cantando o hino nacional. In: *MUSEU Histórico e Fotográfico Masuo Yasunaka*. Disponível em: <http://www.museudefatimadosul.com.br/>. Acesso em: dez. 2016.

Entrevistas

AMADEU AMADORI. Entrevista. 2002. In: PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965)*. Editora Seriema, 2007. 197 p.

CINIRA SIMÕES DIAS. *Entrevista* (maio 2016). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2016.

DULCE DE OLIVEIRA. *Entrevista*. 1999. In: PONCIANO, Nilton Paulo. *Fronteira, religião, cidade: o papel da igreja católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul (1943-1965)*. Editora Seriema, 2007. 197 p.

GRACIA CIELO ELCIRA. *Entrevista* (Jul. 2014). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2014.

LÁDIO LUIZ GIRARDI. *Entrevista* (mar. 2014). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2014.

_____. *Entrevista* (abr. 2015). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2015.

_____. *Entrevista* (fev. 2016). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2016.

IRACEMA RODRIGUES DE LIMA SILVA. *Entrevista* (abr. 2016). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2016.

IRACI DE SOUZA DE OLIVEIRA. *Entrevista* (abr. 2016). Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2014.

NAURA SOUZA DA SILVA. *Entrevista* [mar. 2016]. Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2016.

_____. *Entrevista*[jan. 2017]. Entrevistadora: Adriele Aparecida Squincaha da Silva, Fátima do Sul, MS, 2017.

APÊNDICES



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

Projeto de Pesquisa: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO: A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)

Entrevistadora/mestranda: Adriele Aparecida Squinca da Silva

LISTA DE ENTREVISTADOS

(1) Ládio Luiz Girardi (padre palotino) - Graduado em Filosofia e Teologia em Santa Maria (RS), no seminário Colégio Máximo Palotino. Ele foi um dos ex-professores e ex-diretores da Escola Paroquial Vicente Pallotti. Em agosto de 1970, quando chegou a Fátima do Sul, tinha 28 anos de idade.

(2) Elcira Gracia Cielo (professora) - Chegou à cidade de Fátima do Sul em 22 de maio de 1968, pois seu marido foi convidado pelos padres palotinos a ajudar na construção da Casa Paroquial. Nasceu na cidade de Faxinal do Soturno (RS). Formou-se em Estudos Sociais no Centro Universitário de Dourados (CEUD)³¹ e em Pedagogia na cidade de Pereira Barreto (SP). Tem pós-graduação em Educação pela FIFASUL (Faculdades Integradas de Fátima do Sul), antigo Instituto D. Pedro II, fundado pelos palotinos. Começou a lecionar no magistério e no curso técnico do Instituto D. Pedro II em 1969.

(3) Iraci de Souza de Oliveira (ex-professora) - Nasceu em Triunfo, estado de Pernambuco, chegou a Fátima do Sul no ano de 1960, com 22 anos de idade. Formou-se em pedagogia na cidade de Andradina (SP), em 1982. Começou a trabalhar como professora do primário na Escola Paroquial Vicente Pallotti, em 1971.

(4) Quintino Bristot (ex-professor) - Nasceu em Criciúma (SC), no dia 21 de outubro de 1936. Formou-se em Filosofia e Teologia no seminário Colégio dos Servitas, em São José dos Campos (SP), onde estudou por dezesseis anos. Chegou à cidade em abril de 1960, com 23 anos de idade, e foi professor do Instituto D. Pedro II.

5) Cinira Simões Dias (ex-professora e ex-diretora) - nasceu em 10 de janeiro de 1943, na cidade de Álvares Machado no estado de São Paulo, cursou pedagogia na Universidade de

³¹ *Campus* da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, atual Universidade Federal da Grande Dourados.

Urubupungá, na cidade de Pereira Barreto, SP. Lecionou na Escola Vicente Pallotti durante vinte anos, de 1975 a 1995, também foi diretora-adjunta durante três anos e meio, de 1983 a 1986.

6. Naura Souza da Silva (ex-aluna da Escola Paroquial Vicente Pallotti) - Nasceu no dia 28 de Julho de 1954, em Dourados, MS. Possui ensino superior completo com formação em Pedagogia e especialização em Administração Escolar, no ano de 1983, pelas Faculdades Integradas de Fátima do Sul (FIFASUL), em Fátima do Sul, MS.

7. O senhor Pedro Rocha (ex-aluno) – Nasceu em Palmeira dos Índios, AL. Hoje com 63 anos; foi aluno da Escola Paroquial Vicente Pallotti, onde começou a estudar no mesmo ano em que chegou à cidade, em 1958, com sete anos de idade.

8. Iracema Rodrigues de Lima Silva (ex-aluna) – Nasceu em 06 de agosto de 1956, em Cornélio Procopio, PR. Estudou Pedagogia na FIFASUL no ano de 1980, foi professora da Escola Estadual Vicente Pallotti de 2000 a 2011. Ela começou a estudar na Escola Paroquial Vicente Pallotti, enquanto funcionava no Instituto, no ano de 1979. Apesar de ter estudado no Instituto cinco anos após o término do recorte temporal adotado na pesquisa, seu depoimento foi considerado, uma vez que frequentou a Escola estudada e tratou de temas abordados nos relatos do Pe. LádioLuisGirardi.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Projeto de Pesquisa: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO: A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)

Entrevistadora/mestranda: Adriele Aparecida Squinca da Silva

ROTEIRO ENTREVISTA

(Padre Ládio)

- 1- De acordo com sua memória, onde localizava a Escola Paroquial Vicente Pallotti?
- 2- Havia alguma decoração na escola? Que tipo de decoração?
- 3- As salas de aulas eram espaçosas? Bem iluminadas? Como era a separação das salas de aula? (separação por graus, sexos, características dos alunos)
- 4- Como eram as janelas? (Altas, largas, pequenas)
- 5- Havia corredores? (Eram largos, estreitos, longos?)
- 6- Havia pátio?
- 7- Como eram as carteiras? Eram alinhadas? Individuais ou duplas?
- 8- Havia imagens de Jesus ou de santos, bíblias, crucifixos, ou qualquer símbolo religioso em algum ponto do edifício?
- 9- Havia retrato de uma pessoa importante fixado na parede de algum cômodo do edifício? (Chefe de Estado, Padre, Jesus...)?
- 10- Havia o costume de hastear a bandeira e cantar o Hino Nacional? Com qual frequência?
- 11- Havia cartazes com lições impressas ou manuscritas? (abecedário tábuas de multiplicação, pesos e medidas, etc.)
- 12- Havia relógio de parede?
- 13- Havia uma biblioteca? Se havia, poderia descrevê-la?
- 14- Como eram os banheiros? (localização no prédio, higiene, azulejos,...)
- 15- Havia cozinha, cantina ou algum lugar com refeições?



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Projeto de Pesquisa: INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO SUL DE MATO GROSSO: A PRIMEIRA ESCOLA DE FÁTIMA DO SUL (1950-1974)

Entrevistadora/mestranda: Adriele Aparecida Squinca da Silva

ROTEIRO ENTREVISTA

(profa. Elcira)

- 1- A senhora é professora formada? Fez concurso ou seleção para trabalhar na escola?
Quantos anos a senhora têm? Onde nasceu?
- 2- Quando e por que a senhora veio para Fátima do Sul?
- 3- Como estava estruturada a cidade de Fátima do Sul na época da sua chegada?
- 4- O que a cidade oferecia em termos de sistema educacional?
- 5- Em 1969 quando a senhora começou a trabalhar como professora, qual era a demanda da escola (pais e alunos)?
- 6- Quais foram as maiores dificuldades como professora naquela época?
- 7- Como era a relação dos professores com os alunos, com os pais e com os padres palotinos?
- 8- Quais disciplinas eram ensinadas? Quais eram consideradas mais importantes?
- 9- Quais eram os livros e materiais didáticos usados naquela época?
- 10- Em relação ao regime militar, vocês sofriam algum tipo de repressão?

Há algo mais que a senhora considere importante para contribuir com o resgate da história da educação e da Escola em Fátima do Sul?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Orientadora: ProfaDra Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

Mestranda: Adriele Aparecida Squinca da Silva

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG nº _____, declaro que autorizo a utilização do conteúdo da entrevista dada à mestranda Adriele Aparecida Squinca da Silva na pesquisa de mestrado denominada **Institucionalização da educação no sul de Mato Grosso: a primeira escola de Fátima do Sul (1950-1974)**, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados. Esclareço que fui informado (a) do conteúdo da referida pesquisa de mestrado, cujo objetivo é descrever e analisar o processo de Institucionalização da educação, efetivado na década de 1950 até 1974, no município de Fátima do Sul, antigo sul de Mato Grosso, pelo estudo da primeira escola criada no município: a Escola Paroquial Vicente Pallotti. A institucionalização da educação na cidade deveu-se a iniciativa da Igreja, com a chegada dos padres palotinos e foi sob a gestão dos mesmos que a Escola permaneceu funcionando por quase duas décadas. A entrevista visa levantar as memórias dos sujeitos (diretores, professores e alunos) sobre a Instituição escolar. Afirmando que estou ciente e concordo de que minha participação não será mantida em sigilo, pois autorizo o aparecimento textual do meu nome no Relatório de Dissertação, referente ao conteúdo da entrevista que concedi à pesquisadora e de que não receberei nenhum tipo de benefício financeiro ou de outra natureza para contribuir com a mesma. Nesses termos concordo em participar, podendo desistir e retirar meu consentimento, sem penalidades, prejuízo ou perda a qualquer momento. Estou ciente de que terei acesso aos dados registrados e reforço que não fui submetido (a) à pressão ou intimidação para participar da referida pesquisa.

Fátima do Sul, MS, ____/____/____.

Assinatura do(a) entrevistado(a)

Assinatura da entrevistadora

Adriele Aparecida Squinca da Silva Mestranda do PPGEd/FAED/UFGRD - *e-mail*:

dricasquinca@hotmail.com

Fone: (67) 99602-8627

Comissão de Ética/UFGRD

Endereço: Rua João Rosa Goes, nº 1761, Vila Progresso. CEP: 79.825-070 Dourados, MS.

E-mail: etica@ufgd.edu.br